

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ADMINISTRAÇÃO

Pedro Fernandes Saad

Empresas e ODS: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

**São Paulo
2018**

Pedro Fernandes Saad

Empresas e ODS: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Ladislau Dowbor.

São Paulo
2018

Pedro Fernandes Saad

Empresas e ODS: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Ladislau Dowbor.

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

A meu pai Paulo (*in memoriam*) e minha mãe Marina, pelo amor e dedicação. Para minha esposa, Roberta, e meus filhos, Luiza e Pedrinho, e todas as demais pessoas que, de alguma forma, se sacrificaram e me ajudaram para que eu pudesse atingir este importante objetivo pessoal e profissional em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ladislau Dowbor, pela amizade, pela valiosa orientação neste trabalho e pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos nas disciplinas ministradas durante os cursos de mestrado e doutorado.

À Profa. Dra. Myrt Thânia de Souza Cruz e ao Prof. Dr. Antonio Vico Mañas, pela fundamental assistência e significantes contribuições para melhoria desta pesquisa.

A todos os professores, colegas e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que, durante os cursos de mestrado e doutorado, ofereceram apoio e importantes contribuições para a minha formação acadêmica, em especial os amigos Luciano Ferreira da Silva e Miriam Coelho.

Ao amigo Sergio Saad, pelas valiosas opiniões e pela contribuição para a definição do tema da pesquisa.

Aos familiares, amigos e colegas Cíntia Fazion, Eloísa Machado, Erika Buzo Martins, Fabio Cesnik, Fernando Marcato, Gabriel Antônio Clemente dos Santos, João Paulo Serra, Karen Ruggeri Saad, Luciana Faneco, Luiz Roberto M. Gonçalves, Marcelo Cordeiro, Marcelo Tomaszewski, Prof. Dr. Marco Antonio Marques da Silva, Mariana Saad, Marina Passos, Marina Saad, Matthew Shirts, Odilon Saad, Paulo Saad e Renée Zicman pelo apoio e pelos importantes comentários tecidos durante a elaboração deste trabalho.

À equipe da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, em especial os amigos Carlo Pereira, Elisa Badziack e Barbara Dunin.

À UNESCO, em especial os amigos Lucien Munõz e Vincent Defourny.

Ao Itamaraty, em especial a amiga Carmen Lúcia Richter Ribeiro Moura.

Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza; assim como também podemos ser a última a ter uma chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos. (UNIC RIO, 2015)

RESUMO

Compostos por oito objetivos e 21 metas associadas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), que vigoraram do início do milênio até 2015, produziram bons resultados. Ainda que este sucesso não tenha sido integralmente devido aos ODM, mas também a uma série de outras conjunturas globais favoráveis, como o crescimento acelerado da China no período, foram observadas significativas reduções em índices globais como extrema pobreza, fome, crianças fora da escola e mortalidade infantil. A Agenda 2030, que sucedeu os ODM a partir de 2016, é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas, representando uma ambição muito maior para ser atingida em igual prazo de 15 anos. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estima-se que serão necessários de US\$ 5 a 7 trilhões para atingir os ODS, sendo que nos países em desenvolvimento há um déficit de US\$ 2.5 trilhões. Trata-se de uma ordem de grandeza acima da assistência que eles recebem dos países desenvolvidos, na casa de bilhões. É consenso que esta diferença só pode ser coberta por meio de parcerias que envolvam a ONU, governos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e o setor privado (empresas e investidores). Esta ideia é defendida tanto por especialistas do mercado, como pela própria ONU, que desde a criação do Pacto Global das Nações Unidas, em 2000, discute o tema das parcerias a cada dois anos nas Assembleias Gerais, além de ter dedicado o ODS 17 para tratar especificamente das parcerias para o atingimento dos demais Objetivos. Para estimular a participação ativa das empresas nos ODS, incorporando a sustentabilidade em suas cadeias de valor, o Pacto Global tem atuado em diversas frentes, dentre elas a disponibilização do *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* (BBL), um guia que apresenta sugestões de possíveis ações e orientações de como implementá-las. Entretanto, essas ações são apresentadas qualitativamente, sem nenhum tipo de parâmetro de relação custo/benefício esperada que possa auxiliar as empresas e investidores na tomada de decisão. Esta é uma questão que o Copenhagen Consensus Center (CCC) endereça no *Post-2015 Consensus*, sugerindo a priorização das metas dos ODS com base em uma relação de retorno por dólar investido, embora o retorno, neste caso, seja o benefício para as pessoas, o planeta e a prosperidade. O trabalho tem por objetivo propor um método para auxiliar as empresas na tomada de decisão em relação à escolha de ações sustentáveis a serem realizadas em parceria com governos, ONGs e a própria ONU, conforme preconiza o ODS 17, levando em consideração o fator custo/benefício em termos de retorno (para a humanidade) por dólar investido. Para isto, tomam-se por base as ações listadas pelo CCC no *Post-2015 Consensus* e, para aquelas que podem ser executadas por empresas, aplica-se o modelo proposto no BBL pelo Pacto Global. Pretende-se, desta forma, potencializar o impacto das ações sustentáveis executadas pelas empresas e ajudar a ONU e suas agências especializadas, programas e fundos a selecionarem e priorizarem as parcerias de maior impacto, contribuindo, desta forma, para o atingimento das metas pretendidas até 2030.

Palavras-chave: Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS 17; Parcerias; Pacto Global; *Post-2015 Consensus*.

ABSTRACT

Businesses and SDGs: prioritizing the sustainable actions of greater economic, social and environmental return for humanity

Comprising 8 goals and 21 associated targets, the United Nations Millennium Development Goals (MDGs), which were in force since the beginning of the millennium until 2015, have produced good results. Although this success was not entirely due to the MDGs, but also to a number of other global favorable circumstances, such as China's accelerated growth in the period, significant reductions were observed in global indices such as extreme poverty, hunger, out-of-school children and child mortality. The 2030 Agenda, which has succeeded the MDGs since 2016, is composed of 17 Sustainable Development Goals (SDGs) and 169 associated targets, representing a much greater ambition to be achieved in an equal period of 15 years. According to the United Nations Development Program (UNDP), it is estimated that US\$ 5-7 trillion will be needed to meet the SDGs, with a deficit of US\$ 2.5 trillion in developing countries, an order of greatness above the assistance they receive from developed countries, in the order of billions. It is a consensus that this difference can only be covered through partnerships involving the UN, governments, Non-Governmental Organizations (NGOs) and the private sector (companies and investors). This idea is advocated by both market experts and the UN itself. Since the creation of the United Nations Global Compact in 2000, UN has discussed partnerships every two years in the General Assemblies and has dedicated SDG 17 to specifically deal with the partnerships to achieve the other SDGs. In order to stimulate the active participation of companies in SDGs, incorporating sustainability into their value chains, the Global Compact has been active on several fronts, including the provision of Blueprint for Business Leadership in the SDGs (BBL), a guide that presents suggestions for possible actions and guidelines on how to implement them. However, these actions are presented qualitatively, without any kind of expected cost/benefit parameter that can help companies and investors in decision making. This is a matter that the Copenhagen Consensus Center (CCC) addresses in the *Post-2015 Consensus*, suggesting the prioritization of SDG targets based on a return per dollar invested ratio, although the return, in this case, is the benefit to people, the planet and prosperity. The objective of this work is to propose a method to assist companies in decision making regarding the choice of sustainable actions to be carried out in partnership with governments, NGOs and the UN itself, as recommended by SDG 17, taking into account the cost/benefit ratio in terms of return (for mankind) per dollar invested. For this, the actions listed by the CCC in the *Post-2015 Consensus* are taken as basis and, for those that can be executed by companies, the model proposed in the BBL by the Global Compact is applied. The aim is to enhance the impact of sustainable actions carried out by companies and to help the UN and its specialized agencies, programs and funds to select and prioritize the most impactful partnerships, thereby contributing to achieving the intended targets by 2030.

Keywords: 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; SDG 17; Partnerships; Global Compact; *Post-2015 Consensus*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comparativo da receita total do governo, ONGs e corporações nos EUA	17
Figura 2 – Quadro de ícones oficiais dos ODM em português	28
Figura 3 – Quadro de ícones dos ODM em português obtido no Portal ODM.....	30
Figura 4 – Quadro de ícones oficiais dos ODS em português.....	40
Figura 5 – Os 10 princípios do Pacto Global.....	43
Figura 6 – Os 3 passos do BBL	44
Figura 7 – Ações sugeridas no BBL para empresas contribuírem com o ODS 14.....	46
Figura 8 – Classificação das metas dos ODS feita no Post-2015 Consensus.....	48
Figura 9 – Ações listadas pelo CCC no <i>Post-2015 Consensus</i> (parte 1).....	49
Figura 10 – Ações listadas pelo CCC no <i>Post-2015 Consensus</i> (parte 2).....	50
Figura 11 – Exemplo de formato de ação apresentada no BBL para o ODS 14.....	58
Figura 12 – ODS 2 - Ação 4: Combater a desnutrição infantil	61
Figura 13 – ODS 2 - Ação 5: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento para aumentar a eficiência da produção agropecuária.....	63
Figura 14 – ODS 3 - Ação 1: Garantir os melhores resultados de saúde possíveis para funcionários e comunidades vizinhas em todas as operações próprias e da cadeia de suprimentos	66
Figura 15 – ODS 3 - Ação 2: Pesquisar, desenvolver e utilizar produtos, serviços e modelos empresariais para ter melhores resultados de saúde	68
Figura 16 – ODS 3 - Ação 3: Liderar iniciativas de múltiplas partes interessadas que estimulam comportamentos saudáveis e melhoram o acesso a tratamentos de saúde	70
Figura 17 – ODS 3 - Ação 4: Investir em ações de grande impacto: vacinação, doação de remédios e procedimentos de baixa complexidade.....	72
Figura 18 – ODS 4 - Ação 5: Fomentar a pré-escola na África Subsaariana	74
Figura 19 – ODS 5 - Ação 5: Contribuir para o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos.....	76
Figura 20 – ODS 5 - Ação 6: Combater a agressão sexual contra as mulheres.....	78
Figura 21 – ODS 7 - Ação 4: Investir na substituição de fogões a lenha por fogões a combustíveis mais limpos	80
Figura 22 – ODS 8 - Ação 5: Destinar postos de trabalho para mão-de-obra imigrante.....	82
Figura 23 – ODS 9 - Ação 5: Investir na infraestrutura para escoamento da produção de alimentos	84
Figura 24 – ODS 9 - Ação 6: Investir na ampliação do acesso à banda larga móvel em países em desenvolvimento.....	86
Figura 25 – ODS 13 - Ação 5: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias energéticas.....	88
Figura 26 – ODS 14 - Ação 5: Investir na preservação e criação de recifes de corais.....	90
Figura 27 – ODS 15 - Ação 1: Implementar políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados pelas atividades dos negócios e suas cadeias de suprimentos	92
Figura 28 – ODS 15 - Ação 3: Catalisar investimentos para criar consciência, proteger e potencializar o desenvolvimento de ecossistemas naturais	94
Figura 29 – ODS 16 - Ação 4: Combater a violência contra crianças.....	96
Figura 30 – <i>SDG 2 - Action 4: Fight childhood malnutrition</i>	105
Figura 31 – <i>SDG 2 - Action 5: Invest in Research & Development in order to enhance farming productivity</i>	106

Figura 32 – <i>SDG 3 - Action 1: Ensure the best possible health outcomes for employees and surrounding communities across own and supply chain operations</i>	107
Figura 33 – <i>SDG 3 - Action 2: Research, develop, and deploy products, services, and business models for improved health outcomes</i>	108
Figura 34 – <i>SDG 3 - Action 3: Lead on multi-stakeholder initiatives that encourage healthy behaviours and improve access to healthcare</i>	109
Figura 35 – <i>SDG 3 - Action 4: Invest in high-impact actions: vaccination, donations of pharmaceuticals, and simple procedures</i>	110
Figura 36 – <i>SDG 4 - Action 5: Foment pre-schooling in sub-Saharan Africa</i>	111
Figura 37 – <i>SDG 5 - Action 5: Contribute to universal access to reproductive health and to contraceptive methods</i>	112
Figura 38 – <i>SDG 5 - Action 6: Protect women against sexual assaults</i>	113
Figura 39 – <i>SDG 7 - Action 4: Invest in shifting from wood to cleaner fuels stoves</i>	114
Figura 40 – <i>SDG 8 - Action 5: Provide jobs for immigrant workers</i>	115
Figura 41 – <i>SDG 9 - Action 5: Invest in infrastructure for food production and logistics</i>	116
Figura 42 – <i>SDG 9 - Action 6: Invest in increasing the access to mobile broadband in developing countries</i>	117
Figura 43 – <i>SDG 13 - Action 5: Invest in Research & Development of energy technologies</i>	118
Figura 44 – <i>SDG 14 - Action 5: Invest in the preservation and creation of coral reefs</i>	119
Figura 45 – <i>SDG 15 - Action 1: Implement policies and practices to protect natural ecosystems that are affected by business and supply chain activities</i>	120
Figura 46 – <i>SDG 15 - Action 3: Galvanize finance to create awareness, protect, and further develop natural ecosystems</i>	121
Figura 47 – <i>SDG 16 - Action 4: Engage in stopping violence against children</i>	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre os originais em inglês e as respectivas traduções oficiais para português dos títulos dos ODM	29
Quadro 2 – Metas dos ODM.....	30
Quadro 3 – Lista dos ODS.....	38
Quadro 4 – Número de ações por tema em cada etapa do processo de seleção	55
Quadro 5 – Cruzamento entre as ações selecionadas do Post-2015 Consensus e as ações do BBL	56
Quadro 6 – Número de ações e exemplos pré-existentes no BBL e gerados	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBL	Blueprint for Business Leadership on the SDGs
BCG	The Boston Consulting Group
CCC	Copenhagen Consensus Center
CGDES	Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSC	Forest Stewardship Council
IAEG-SDGs	Inter-Agency and Expert Group on SDG indicators
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Impacto Social Total
ODA	Official Development Assistance
ODM	Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RTA	Retorno Total aos Acionistas
SDKP	Sustainable Development Knowledge Platform
TSI	Total Societal Impact
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNIC Rio	Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil
UNGC	United Nations Global Compact

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Motivação	13
1.2	Objetivo	19
1.3	Contribuição.....	19
1.4	Método de trabalho	20
1.5	Organização do trabalho	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Introdução	22
2.2	Desigualdade: um desafio para a humanidade e uma ameaça para a economia.....	22
2.3	Desenvolvimento sustentável: conceito.....	25
2.4	Posicionamento da ONU em relação às parcerias	25
2.5	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	27
2.6	Dos ODM à Agenda 2030.....	33
2.7	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	38
2.7.1	ODS 17	41
2.8	O Pacto Global das Nações Unidas e o fomento às parcerias pelos ODS	42
2.8.1	<i>Blueprint for Business Leadership on the SDGs</i>	44
2.9	Post-2015 Consensus	47
2.10	Conclusão.....	51
3	SELEÇÃO DAS AÇÕES LISTADAS NO <i>POST-2015 CONSENSUS</i> QUE PODEM SER EXECUTADAS POR EMPRESAS.....	53
3.1	Introdução	53
3.2	Critérios de seleção das ações.....	53
3.3	Resultados da seleção	53
3.4	Conclusão.....	55
4	APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO NO BBL ÀS AÇÕES SELECIONADAS	56
4.1	Introdução	56
4.2	Definição da forma de integração de cada ação ao BBL.....	56
4.3	Aplicação do modelo às ações selecionadas.....	58
4.3.1	ODS 2 - Ação 4.....	60
4.3.2	ODS 2 - Ação 5.....	62
4.3.3	ODS 3 - Ação 1.....	64
4.3.4	ODS 3 - Ação 2.....	67
4.3.5	ODS 3 - Ação 3.....	69
4.3.6	ODS 3 - Ação 4.....	71
4.3.7	ODS 4 - Ação 5.....	73
4.3.8	ODS 5 - Ação 5.....	75
4.3.9	ODS 5 - Ação 6.....	77
4.3.10	ODS 7 - Ação 4.....	79
4.3.11	ODS 8 - Ação 5.....	81
4.3.12	ODS 9 - Ação 5.....	83
4.3.13	ODS 9 - Ação 6.....	85
4.3.14	ODS 13 - Ação 5.....	87
4.3.15	ODS 14 - Ação 5.....	89
4.3.16	ODS 15 - Ação 1.....	91
4.3.17	ODS 15 - Ação 3.....	93

4.3.18	ODS 16 - Ação 4.....	95
4.4	Conclusão.....	97
5	CONCLUSÃO.....	98
5.1	Considerações finais	98
5.2	Sugestões para pesquisas futuras	100
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE A – VERSÃO EM INGLÊS DAS AÇÕES APRESENTADAS NO	
	CAPÍTULO 4.....	105

1 INTRODUÇÃO

A successful sustainable development agenda requires partnerships between governments, the private sector and civil society. These inclusive partnerships built upon principles and values, a shared vision, and shared goals that place people and the planet at the centre, are needed at the global, regional, national and local level. Urgent action is needed to mobilize, redirect and unlock the transformative power of trillions of dollars of private resources to deliver on sustainable development objectives. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017-1)

1.1 Motivação

Em junho de 2013, Michael Porter, Professor da Harvard Business School, onde lidera o Instituto de Estratégia e Competitividade, e autor de diversos livros considerados referências no mundo dos negócios sobre este tema, realizou uma palestra TED intitulada O caso para permitir que negócios resolvam problemas sociais (*The case for letting business solve social problems*, no original em inglês).

Porter (2013) começa sua palestra afirmando que existe, em nível sem precedentes, uma consciência geral a respeito dos diversos problemas do mundo— tais como desnutrição, falta de acesso à água, mudança climática, desmatamento, falta de habilidades, insegurança, falta de alimentos, atenção à saúde insuficiente e poluição – que qualifica como “sérios”, “grandes” e “urgentes”. Em seguida, Porter observa que, apesar dessa consciência, a forma que a humanidade tem adotado para lidar com esses problemas, baseada em ações de governos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas, não tem sido suficiente para dar conta de resolvê-los, pois apesar de eficazes, essas ações não são capazes de produzir efeito em larga escala. O palestrante então discorre sobre sua visão de que a escala necessária para resolver os problemas do mundo só pode ser alcançada pela atuação das empresas, vistas tradicionalmente como as vilãs que os causam. Segundo ele, os negócios têm a oportunidade de criar valor social e econômico simultaneamente, resolvendo questões sociais com um modelo de negócios, a que ele dá o nome de “valor compartilhado”.

Por si só, a ideia de que as empresas não apenas devem se preocupar com os problemas sociais, mas também podem lucrar com eles desperta bastante atenção, ainda mais vinda de Porter, autor notadamente conhecido por ajudar as empresas a ganharem dinheiro tornando-se mais competitivas. Porter, no entanto, vai além, ressaltando que a efetiva solução dos problemas sociais do mundo em larga escala só será possível com o estabelecimento de

uma parceria entre empresas, governos e ONGs, como mostra o trecho destacado na fala que conclui seu raciocínio:

Mas para que essa solução funcione, temos que mudar a maneira como os negócios veem a si mesmos, e felizmente isso está a caminho. As empresas ficaram presas na ideia convencional de que não deveriam se preocupar com problemas sociais, de que isso era algo meio que secundário, que alguém mais estava fazendo. Agora estamos vendo empresas abraçarem essa ideia. **Porém, também temos que reconhecer que as empresas não vão fazer isso com tanta efetividade quanto se tivermos ONGs e o governo trabalhando em parceria com as empresas.** As novas ONGs que estão realmente mexendo os ponteiros são aquelas que fundaram estas parcerias, que descobriram essas maneiras de colaborar. Os governos que estão progredindo mais são os governos que descobriram maneiras de permitir que haja valor compartilhado nos negócios, ao invés de encararem o governo como o único jogador que deve dar as cartas. E o governo tem muitas maneiras de impactar a vontade e a habilidade das empresas para competirem dessa maneira. (PORTER, 2013, grifo nosso)

O ano de 2013 marcou também o início das discussões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de uma decisão tomada por consenso pelos Estados-membros no ano anterior, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (conhecida como Rio+20). De acordo com informações da *Sustainable Development Knowledge Platform* (SDKP), esta decisão foi um dos principais resultados da Rio+20 (SDKP, 2017).

Um grupo de trabalho foi criado no início de 2013 com a missão de elaborar uma proposta para os ODS, a ser apresentada na Assembleia Geral da ONU daquele ano, cujo tema central foi a chamada Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em alusão aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram instituídos pela Assembleia Geral de 2000 e vigoraram até 2015.

Compostos por oito objetivos e 21 metas associadas, os ODM, conforme relatório divulgado pela própria ONU (2015-5), produziram bons resultados, como a redução da extrema pobreza (de aproximadamente 50% em 1990 para 14% em 2015), da subnutrição (de 23,3 % em 1990 para 12,9 % em 2015, nas regiões em desenvolvimento) e da taxa de mortalidade infantil (entre 1990 e 2015, de 90 mortes por 1.000 nascimentos em 1990 para 43 em 2015), entre outros.

É necessário, entretanto, fazer uma ressalva na interpretação desses dados, já que os bons resultados alcançados no período em que vigoraram os ODM podem não ter sido integralmente devidos aos ODM, mas também a uma série de outras conjunturas favoráveis

globais. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o número absoluto de pessoas na condição de extrema pobreza caiu de 1,9 bilhão de pessoas em 1990 para 836 milhões em 2015 (PNUD, 2018). A China, que atingiu todos os ODM até 2015 e contribuiu significativamente para o alcance global dos ODM, apresentou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) médio de quase 10% – a maior expansão sustentável de uma grande economia da história – e sozinha tirou mais de 800 milhões de pessoas da pobreza (WORLD BANK, 2018), o que corresponde a quase 80% do total. A revista *The Economist* (2015) e Lomborg (2015) também corroboram esta visão.

Apesar dessas conquistas positivas, a pobreza e a desigualdade permanecem como grandes desafios a serem vencidos pela humanidade. O critério usado para definir a extrema pobreza considerava apenas quem vivia com menos de US\$ 1.25 por dia, o que não significa que quem estivesse acima desta condição vivia em condições dignas e salubres. Além disso, segundo Prabhu (2017), 1% da população mundial concentra 35% de toda a riqueza privada, superando o total dos 95% mais pobres, e as tendências apontam para o agravamento desta situação, o que coloca a desigualdade como questão central dos problemas sociais, políticos e econômicos dos nossos tempos.

Dados similares do *Global Wealth Report* de 2016, publicado pelo Crédit Suisse, mostram que “oito famílias detêm um patrimônio igual ao da metade mais pobre da população mundial” e que “o 1% mais rico controla mais da metade da riqueza mundial”. Estas constatações são destacadas por Dowbor (2017), que afirma em seguida:

O poder extremamente concentrado dos grandes grupos corporativos, o poder do sistema financeiro no centro e a extrema concentração da riqueza no planeta pertencem a uma dinâmica articulada. Funciona sem dúvida para o 1%, de maneira como nunca antes na história. Mas não funciona para o planeta, nem no plano ambiental, nem no plano social, e muito menos no plano político. Pior, nem no plano econômico funciona. (DOWBOR, 2017, p. 56-57)

Em sua obra, Dowbor (2017) analisa o ecossistema mundial das grandes corporações, mostrando que sua própria estrutura interna, formada por uma hierarquia de milhares de empresas de setores heterogêneos pulverizadas pelo globo, faz com que haja um único denominador comum para medição de desempenho, que é o resultado financeiro. Da mesma forma, os investidores institucionais acompanham apenas o rendimento de suas carteiras de aplicações, pouco se interessando pelos meios empregados – por exemplo, se existem ou não agrotóxicos ou antibióticos nos produtos vendidos por uma fabricante de alimentos (DOWBOR, 2017, p. 69-73).

Se os ODM, com oito objetivos e 21 metas associadas para serem cumpridos em um prazo de 15 anos, já podiam ser considerados um grande desafio, os ODS, compostos por 17 objetivos, 169 metas e o mesmo prazo de 15 anos (2016 a 2030), representam uma ambição ainda maior, indicando que muito provavelmente não será possível atingi-los sem a formação de parcerias com o setor privado.

Esta questão é formalmente endereçada pelo ODS 17 (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável), que preconiza as parcerias como essenciais para o atingimento dos outros 16 objetivos. O tema das parcerias, no entanto, começou a ser discutido regularmente no âmbito da ONU muito antes dos ODS, ganhando força a partir do relatório *We the peoples: the role of the United Nations in the twenty-first century*, assinado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan: “*At both the national and international levels, private investment has an indispensable role to play. Let us resolve therefore: (...) To develop strong partnerships with the private sector to combat poverty in all its aspects.*” (ONU, 2000-4, p.58, grifo nosso). Kofi Annan foi o responsável pela criação, em julho de 2000, do *United Nations Global Compact* (UNGC) – Pacto Global das Nações Unidas, em português – que atualmente reúne mais de 9.500 empresas signatárias de mais de 160 países (UNGC, 2018-1) em torno do tema da sustentabilidade, incentivando a formação de parcerias para o avanço dos ODS.

De acordo com o PNUD (2017), estima-se que serão necessários de US\$ 5 a 7 trilhões para atingir os ODS, sendo que nos países em desenvolvimento há um déficit de aproximadamente US\$ 2.5 trilhões, uma ordem de grandeza acima da assistência que eles recebem dos países desenvolvidos sob a forma de assistência oficial ao desenvolvimento – denominada *Official Development Assistance* (ODA), em inglês –, na casa de bilhões. Ainda segundo o PNUD (2018), esses recursos, que já existem em quantidade mais que suficiente, devem ser mobilizados tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, de fontes domésticas e internacionais, assim como do setor público e do setor privado, sendo crucial para o alcance dos ODS a questão sobre como direcionar os investimentos que apoiem o desenvolvimento sustentável.

O gráfico reproduzido na Figura 1 foi apresentado por Porter (2013) para ilustrar sua afirmação de que somente as empresas poderiam conferir a escala necessária para resolver os problemas do mundo. Fica evidente que, se os investimentos em ações ligadas aos ODS dependerem exclusivamente dos governos e das ONGs, sem a participação do setor privado,

cuja receita é cerca de cinco vezes maior que a dos outros dois setores somados, o volume potencial de recursos será muito menor.

Figura 1 – Comparativo da receita total do governo, ONGs e corporações nos EUA



Fonte: Porter (2013)

Quatro anos depois de Porter, Wendy Woods, diretora do The Boston Consulting Group (BCG), realizou uma palestra TED intitulada Os benefícios da empresa em fazer o bem (*The business benefits of doing good*, no original em inglês), apresentando um conceito criado pelo próprio BCG chamado Impacto Social Total (IST), ou *Total Societal Impact* (TSI), em inglês, como alternativa mais eficaz que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC):

Há poucos anos, **todos os países desenvolvidos do mundo, os mais ricos, e todas as instituições de caridade, doaram juntos cerca de US\$ 200 bilhões aos países em desenvolvimento no mundo todo**, os que carregam os encargos mais pesados dos maiores problemas mundiais: pobreza, fome, mudança climática e desigualdade. Naquele mesmo ano, **as empresas investiram US\$ 3.7 trilhões nesses mesmos países.**

Tenho que viajar muito no meu trabalho, e é um privilégio ver as coisas incríveis que ONGs e alguns governos estão fazendo com alguns daqueles US\$ 200 bilhões: ajudando crianças desnutridas ou famílias que não têm acesso à água potável, crianças que, de outra forma, não seriam educadas. **Mas não é o suficiente porque os maiores problemas do nosso mundo precisam de trilhões, não apenas bilhões. Então, se vamos tornar o progresso duradouro e significativo em grandes desafios do nosso mundo, precisamos que os negócios, tanto as empresas como os investidores, conduzam as soluções.**

Vamos falar sobre o que os negócios deveriam fazer. E quando digo isso, vocês provavelmente acham que falarei sobre filantropia corporativa ou Responsabilidade Social Corporativa. A RSC é a regra hoje em dia, e é muito útil. Ela oferece um caminho para a generosidade corporativa, e essa generosidade é importante aos empregados das corporações e aos clientes.

Mas sabem de uma coisa? **Ela não é grande o suficiente, ou forte o suficiente, ou durável o suficiente para conduzir soluções para os maiores problemas atuais do nosso mundo porque é um custo adicional. Mesmo quando os negócios estão em alta, a RSC não é projetada para representação em escala. Então, é claro que em uma recessão, é um dos primeiros programas a ser cortado.** Então, não. A RSC, responsabilidade social corporativa, não é a resposta. Mas o IST, impacto social total é.

O IST é a soma de todas as formas com as quais um negócio pode afetar a sociedade, ao fazer o trabalho verdadeiro: pensar sobre as cadeias de suprimento, trabalhar no *design* do seu produto e os processos de fabricação e sua distribuição. O trabalho verdadeiro dos negócios, quando feito com inovação, pode, na verdade, criar principais benefícios para uma empresa e pode resolver os problemas significativos atuais do nosso mundo.

Então, como é o IST? Focar o IST significa incorporar considerações sociais e ambientais. E querem saber? É algo que não é completamente novo. Tem sido pensado há algum tempo. **Mas a parte difícil é que as corporações praticamente só pensam em algo chamado RTA: retorno total aos acionistas. Mas o IST, impacto social total, precisa estar ao lado do RTA, como um condutor importante e válido da estratégia e da tomada de decisão corporativa.** (WOODS, 2017, grifo nosso)

A fala de Woods (2017) reforça a visão defendida por Dowbor (2017), ao afirmar que as corporações “só pensam” no Retorno Total aos Acionistas (RTA). Também corrobora a visão do PNUD (2018) de que os recursos necessários para resolver os problemas do mundo são da ordem de trilhões de dólares e existem em quantidade suficiente. Reitera ainda a visão de Porter (2013), ao dizer que as ações realizadas por ONGs e governos com os recursos advindos da RSC não têm escala suficiente e ao ressaltar a necessidade da participação ativa das empresas e investidores incorporando a sustentabilidade em suas cadeias de valor (que Porter chama de valor compartilhado).

Incentivar a formação de parcerias para o atingimento dos ODS tem sido uma das principais frentes de atuação do Pacto Global, que incorporou em sua missão o suporte às empresas na tomada de “ações estratégicas para avançar objetivos sociais mais abrangentes, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com ênfase em colaboração e inovação” (UNGC, 2018-2). Para estimular as empresas a tomarem ações que ajudem a avançar os ODS, o Pacto Global disponibiliza em seu *website* uma biblioteca virtual com diversos materiais sobre o tema, dentre eles o *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* (BBL), um guia que não somente ajuda as empresas a compreenderem os ODS, mas também apresenta sugestões de possíveis ações para cada um deles e orientações sobre como implementá-las.

As ações sugeridas no BBL, entretanto, são apresentadas qualitativamente, sem nenhum tipo de parâmetro de relação custo/benefício esperada que possa auxiliar as empresas e investidores na tomada de decisão. Esta é uma questão que o Copenhagen Consensus Center (CCC) endereça no *Post-2015 Consensus*, sugerindo a priorização das metas dos ODS com base em uma relação de retorno por dólar investido, embora o retorno, neste caso, seja o benefício para as pessoas, o planeta e a prosperidade (LOMBORG, 2015) e não para quem investiu, uma vez que o trabalho não foi voltado às empresas e investidores, e sim à ONU e seus Estados-membros.

Uma combinação entre o modelo proposto no BBL pelo Pacto Global e o trabalho de priorização dos ODS com base no retorno quantitativo realizado pelo CCC no *Post-2015 Consensus* pode não somente ajudar as empresas a escolher em que investir, como também ajudar a ONU e suas agências especializadas, programas e fundos a selecionarem e priorizarem as parcerias de maior impacto, potencializando o benefício do investimento das empresas em prol da humanidade.

1.2 Objetivo

O objetivo deste trabalho é propor uma abordagem para auxiliar as empresas na tomada de decisão em relação à escolha de ações sustentáveis a serem realizadas em parceria com governos, ONGs e a própria ONU, conforme preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17, levando em consideração o fator custo/benefício em termos de retorno (para a humanidade) por dólar investido. Para isto, tomam-se por base as ações listadas pelo Copenhagen Consensus Center no *Post-2015 Consensus* e, àquelas que podem ser executadas por empresas, aplica-se o modelo proposto no guia *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* pelo Pacto Global das Nações Unidas.

1.3 Contribuição

A abordagem proposta neste trabalho evidencia os retornos potenciais quantitativos de ações sustentáveis que podem ser realizadas pelas empresas por meio de parcerias. Pretende-se com isto atrair mais investimentos para os ODS e oferecer à ONU e suas agências especializadas, programas e fundos um critério adicional na seleção e priorização das parcerias de maior impacto. Desta forma, busca-se contribuir para o atingimento das metas pretendidas até 2030.

1.4 Método de trabalho

Entre as principais fontes de fundamentos para a pesquisa, estão livros e artigos recentes, de autores nacionais e internacionais, e documentos da ONU, predominantemente declarações e documentos finais de Assembleias Gerais e conferências, em suas versões originais ou traduções oficiais para o português, quando disponíveis. Também foram consultados materiais produzidos sobre os ODS pelo Pacto Global e sobre o *Post-2015 Consensus* pelo Copenhagen Consensus Center.

O trabalho foi desenvolvido cumprindo-se as etapas a seguir:

- a) Contextualização: análise, a partir de revisão bibliográfica, da inter-relação entre a desigualdade e o cenário econômico mundial, dos resultados atingidos pelos ODM, do escopo abrangido pelos ODS e os desafios representados por eles, além do posicionamento da ONU em relação ao tema parcerias, considerando o histórico desde a criação do Pacto Global, em 2000, até os dias atuais;
- b) Caracterização do problema: caracterização do papel fundamental das parcerias para o atingimento dos ODS até 2030 e da ausência, no modelo proposto pelo Pacto Global no guia *Blueprint for Business Leadership on the SDGs*, de uma medição de custo/benefício que ajude tanto as empresas a escolherem ações de maior impacto, como a ONU e suas agências especializadas, programas e fundos na seleção e priorização de parcerias que sejam focadas nessas ações;
- c) Definição da estratégia a ser adotada para abordar o problema: escolha, com base em revisão bibliográfica, do trabalho de análise de custo/benefício e priorização de ações resultante do *Post-2015 Consensus* realizado pelo Copenhagen Consensus Center;
- d) Execução: aplicação do modelo proposto pelo Pacto Global no guia *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* às ações listadas pelo Copenhagen Consensus Center no *Post-2015 Consensus* que podem ser executadas por empresas.

1.5 Organização do trabalho

Após a Introdução feita neste primeiro capítulo, o capítulo 2, Referencial Teórico, contém a revisão bibliográfica e os conceitos que servem de base para o restante do trabalho. Primeiramente, é apresentada a definição de Desenvolvimento Sustentável da ONU, adotada no trabalho. Em seguida, é feita uma análise do posicionamento da ONU em relação às parcerias, levando-se em conta o histórico desde a criação do Pacto Global, em 2000, até os

dias atuais. Na sequência, são apresentados os ODM, sua evolução para a Agenda 2030 e os ODS, com destaque para o ODS 17, que trata especificamente de parcerias. No próximo tópico, descreve-se o papel do Pacto Global das Nações Unidas, com ênfase no fomento das parcerias em prol dos ODS, aprofundando-se nos detalhes do BBL. Encerrando esse capítulo, são apresentados os resultados do projeto *Post-2015 Consensus* do CCC.

No capítulo 3, Seleção das Ações Listadas no *Post-2015 Consensus* que Podem Ser Executadas por Empresas, é feita uma análise de todas as ações listadas no *Post-2015 Consensus* com o intuito de selecionar aquelas que podem ser executadas por empresas.

No capítulo 4, Aplicação do Modelo Proposto no BBL às Ações Selecionadas, para todas as ações do *Post-2015 Consensus* selecionadas no capítulo anterior, são geradas novas ações com os respectivos exemplos, ou novos exemplos em ações existentes, conforme o modelo proposto no BBL pelo Pacto Global.

Finalmente, o capítulo 5, Conclusão, encerra o trabalho apresentando as considerações finais e sugerindo pontos de extensão para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Introdução

Este capítulo inicia-se apresentando uma análise, a partir da revisão bibliográfica, da inter-relação entre a desigualdade e o cenário econômico mundial. A seguir, estabelece os conceitos fundamentais que serão úteis para embasar o que será apresentado nos próximos capítulos. Primeiramente, é apresentada a definição de Desenvolvimento Sustentável da ONU, adotada no trabalho. Em seguida, é feita uma análise do posicionamento da ONU em relação às parcerias, levando-se em conta o histórico desde a criação do Pacto Global, em 2000, até os dias atuais. Na sequência, são apresentados os ODM, sua evolução para a Agenda 2030 e os ODS, com destaque para o ODS 17, que trata especificamente de parcerias. No próximo tópico, descreve-se o papel do Pacto Global das Nações Unidas, com ênfase no fomento das parcerias em prol dos ODS, aprofundando-se nos detalhes do BBL. Por fim, são apresentados os resultados do projeto *Post-2015 Consensus* do CCC.

2.2 Desigualdade: um desafio para a humanidade e uma ameaça para a economia

Inequality is not inevitable: it is a choice we make with the rules we create to structure our economy. (STIGLITZ, 2015, p.7)

There is much that we do not know about the future. But one thing we do know is that business as usual will not continue for much longer. Massive change is inevitable. (BROWN, L. 2009, p.241)

A desigualdade é considerada um dos maiores desafios a serem vencidos pela humanidade. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas últimas décadas, o crescimento econômico elevou os padrões de vida e gerou oportunidades de emprego, tirando milhões de pessoas da extrema pobreza. Porém, ao mesmo tempo, também fez com que a desigualdade crescesse nos países desenvolvidos e se mantivesse alta nos países em desenvolvimento, o que tem preocupado os líderes mundiais, já que o prolongamento desta situação pode fomentar tensões sociais que colocam em risco o próprio crescimento econômico (FMI, 2017).

Um estudo realizado por Piketty, Saez e Zucman (2016) ilustra bem a situação do agravamento da desigualdade nos EUA, ao evidenciar que as pessoas na metade inferior da distribuição de renda foram totalmente excluídas do crescimento econômico desde a década de 1970. De 1980 a 2014, a renda média nacional por adulto cresceu 61% no país. No entanto, ao se analisar a evolução da renda média por faixas, constata-se um enorme desequilíbrio:

enquanto a da metade inferior estagnou em cerca de US\$ 16 mil (já considerando a inflação), a dos 10% superiores cresceu 121%, a do 1% superior cresceu 205% e a do 0,001% superior cresceu 636%.

A respeito destes dados, Dowbor (2017, p.23) observa que “o aumento da riqueza no topo se deve essencialmente ao rendimento de aplicações financeiras, capital improdutivo”, ressaltando que deixar de assegurar crescimento para metade de uma população no período de uma geração inteira resulta, inevitavelmente, em “descontentamento com o *status quo*” e “rejeição das políticas do *establishment*”. A desigualdade, no entanto, não é decorrente do crescimento econômico, e sim do modelo de crescimento (o chamado *business as usual*, ou negócios da forma usual, em tradução livre). Novas pesquisas e pensamentos que emergiram em decorrência da crise de 2008 e da grande recessão que a seguiu expuseram a inadequação dos velhos modelos econômicos, sugerindo que igualdade e desempenho econômico são forças complementares, e não opostas. Uma reestruturação de nosso sistema econômico permitiria restaurar o equilíbrio entre governos, empresas e trabalhadores, criando uma economia positiva para todos (STIGLITZ, 2015, p.91).

Um bom exemplo da inadequação dos velhos modelos econômicos é dado por Brown, E. (2013, p.419), que afirma que os bancos de propriedade e controle privados servem os interesses de seus acionistas, que muitas vezes são conflitantes com o interesse público, ou seja, “o que é bom para Wall Street não é necessariamente bom para a economia”. Porém, este modelo de atividade bancária “extrativa” atingiu seus limites e está se provando insustentável, como um parasita que devora sua própria fonte de alimentação e com ele perece.

Uma análise trazida pelo *Trade and Development Report 2017* da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) associa a tendência crescente da desigualdade a um aumento da frequência de crises globais, uma vez que provoca uma insuficiência de demanda por parte da classe baixa e boa parte da classe média, estimulando os investidores a buscarem lucros maiores em novas formas de rentabilidade, através de investimentos de risco cujas consequências se espalham globalmente (UNCTAD, 2017).

A solução da desigualdade, segundo Stiglitz (2012), é multifacetada: é necessário controlar os excessos da camada superior, fortalecer a camada intermediária e auxiliar aqueles na camada inferior. Prahalad (2005) pondera que esta camada mais baixa da população (a que ele se refere como “base da pirâmide”) representa um importante mercado consumidor potencial, e que tanto os problemas quanto as soluções para que isso possa se concretizar são

conhecidos. Faltam investimentos em educação, tecnologia e canais de distribuição, uma vez que a “base da pirâmide” não atrai os investimentos das grandes empresas.

Outra inadequação do modelo econômico tradicional é o uso do PIB como medida de progresso, já que este indicador leva em consideração apenas o volume de riqueza produzida, o que, além de deixar de fora outros aspectos relevantes, pode levar a distorções, como mostra a análise de Dowbor (2017) nos trechos a seguir:

A verdade é que sequer medimos a qualidade da alocação dos recursos. A nossa principal medida de progresso, o PIB, **não mede nem o desastre ambiental nem o drama social. Não contabiliza o que se produz, nem a quem vai o produto, nem a redução do capital natural do planeta, além de contabilizar como positiva a poluição que exige grandes programas de recuperação.** Na realidade, o PIB apresenta apenas a média nacional de intensidade de uso da máquina produtiva. (DOWBOR, 2017, p.31, grifo nosso)

Um desastre ambiental como o vazamento de petróleo no Golfo do México, só para dar um exemplo, elevou o PIB dos Estados Unidos ao gerar gastos suplementares com a descontaminação, “aquecendo” a economia. **O fato de prejudicar o meio ambiente e a população não entrou na conta.** (DOWBOR, 2017, p.224-225, grifo nosso)

O *Global Risks Report*, divulgado pelo World Economic Forum (2017), ressalta que tendências de longo prazo, como o aumento da desigualdade e o aprofundamento da polarização social e política, têm o potencial de exacerbar riscos associados, por exemplo, à fraqueza da recuperação econômica e a velocidade das mudanças tecnológicas. Além disso, apesar de a prosperidade global estar em seu auge em uma década, existe uma insatisfação porque os benefícios do crescimento não foram sentidos por todos. Esta situação torna urgente a necessidade de novos sistemas políticos e econômicos que possam endereçar a insatisfação popular, incluindo políticas de capital humano mais eficazes que permitam que mais pessoas se beneficiem das mudanças tecnológicas, melhor infraestrutura para atender aos anseios da classe média que cresce mundialmente e sistemas de governança mais flexíveis que empoderem os indivíduos localmente.

A desigualdade, portanto, não é ruim apenas pelos problemas sociais que causa para as camadas da população menos favorecidas, que sofrem seus efeitos diretos. Ela representa também uma ameaça para o próprio modelo econômico tradicional (o *business as usual*) que é responsável por agravá-la.

2.3 Desenvolvimento sustentável: conceito

Neste trabalho, utiliza-se a definição de desenvolvimento sustentável utilizada pelo PNUD (2018): “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”.¹

Complementarmente a essa definição, o PNUD lista o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente como elementos centrais que devem ser harmonizados para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Traz também a erradicação da pobreza em todas as suas formas como requisito indispensável.

Para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é crucial harmonizar **três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente**. Esses elementos são interligados e fundamentais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades. **Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável**. Para esse fim, deve haver a promoção de um crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, criando melhores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando padrões básicos de vida, estimulando a inclusão e o desenvolvimento social justo, e promovendo o gerenciamento integrado e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas. (PNUD, 2018, grifo nosso)

Os “três elementos centrais” listados na definição do PNUD são frequentemente referenciados na literatura como os três pilares ou as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental. Como exemplos, podem-se citar a Agenda 21 (BRASIL, 1995, p.98) e a Declaração final da Rio+20 (BRASIL, 2012, p.6).

2.4 Posicionamento da ONU em relação às parcerias

In a world of complex and fast-changing transnational challenges, effective international cooperation among Governments is unquestionably more important than ever before. Yet, in order to effect change and improve the living conditions of billions of people in a sustainable manner, partnering with civil society and business is more than just an option. In many ways, it has turned into a necessity for the United Nations in order to “get the job done”. (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT OFFICE, 2005, p.ix)

¹ Esta definição é uma tradução da definição original em inglês que consta no relatório da Comissão Mundial de Meio-ambiente e Desenvolvimento: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (ONU, 1987, p.37).

Em setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova York, um grupo de líderes mundiais reuniu-se na Cúpula do Milênio. Consolidando discussões de conferências e cúpulas anteriores da ONU ocorridas ao longo de uma década, o evento resultou em um documento final que recebeu o nome de Declaração do Milênio.

Em seu item 20, a Declaração do Milênio traz uma resolução específica sobre o desenvolvimento de parcerias com o setor privado e a sociedade civil: *“We also resolve: (...) To develop strong partnerships with the private sector and with civil society organizations in pursuit of development and poverty eradication.”* (ONU, 2000-3, p.5). Esta resolução teve como origem uma das considerações feitas no relatório *We the peoples: the role of the United Nations in the twenty-first century*, assinado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan e utilizado como insumo pelos participantes da Cúpula do Milênio: *“At both the national and international levels, private investment has an indispensable role to play. Let us resolve therefore: (...) to develop strong partnerships with the private sector to combat poverty in all its aspects.”* (ONU, 2000-4, p.58).

Na tradução oficial em português deste relatório, intitulada Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI, esta consideração foi traduzida como: “Criar parcerias fortes com o sector privado para combater a pobreza em todos os seus aspectos.” (ONU, 2000-1, p.88). Comparando-se, entretanto, o texto da resolução a respeito das parcerias na Declaração do Milênio à sua respectiva tradução na versão oficial em português, nota-se que o termo “parcerias” não foi claramente explicitado nesta última: “Decidimos também: (...) Estabelecer **formas sólidas de colaboração com o sector privado e com as organizações da sociedade civil** em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza.” (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE, 2001, p.10, grifo nosso). O fato de isto ter ocorrido apenas com a Declaração do Milênio, e não com o relatório que a antecedeu, evidencia que a não utilização do termo “parcerias” foi uma mera questão circunstancial da tradução, e não uma questão deliberativa.

Por iniciativa do governo da Alemanha, o relatório do Secretário-Geral foi discutido também na Assembleia Geral de 2000, com o objetivo de promover, junto aos demais governos, o Pacto Global das Nações Unidas, criado em julho daquele ano. Até então, o Pacto Global vinha sendo conduzido por Kofi Annan e representantes do setor privado, fazendo com que os governos se sentissem alheios e reagissem inicialmente com desconfiança (MARTENS, 2007, p.71).

Essa discussão deu origem a uma resolução da Assembleia Geral intitulada *Towards Global Partnerships* (Rumo a Parcerias Globais, em tradução livre), que, dentre suas decisões, incluiu uma solicitação ao Secretário-Geral para que fosse elaborado um relatório aprofundado sobre o tema, contendo uma compilação das visões dos Estados-Membros e de outros parceiros relevantes, bem como suas próprias recomendações em relação às parcerias, para ser analisado pela Assembleia Geral do ano seguinte. A mesma resolução decidiu também incluir um item com o nome *Towards Global Partnerships* na agenda da Assembleia Geral de 2001 (ONU, 2000-2, p.2), que desde então passou a constituir um item fixo da agenda da Assembleia Geral, tratado em ciclos de dois anos, assim como o relatório do Secretário-Geral utilizado como base (MARTENS, 2007, p.71).

O relatório de 2003 trouxe a seguinte definição da ONU para parcerias:

Parcerias são relações voluntárias e colaborativas entre várias partes, tanto públicas como não públicas, em que todos os participantes concordam em trabalhar juntos para alcançar um propósito comum ou empreender uma tarefa específica, compartilhando riscos, responsabilidades, recursos, competências e benefícios. (ONU, 2003, tradução nossa)

Esta definição passou a ser utilizada nos documentos subsequentes da ONU até os dias atuais e, por esta razão, é a definição adotada neste trabalho.

O relatório de 2003 também trouxe a visão de que o melhor papel que a ONU pode exercer nas parcerias é de prover o modelo (*framework*, no original em inglês) e atuar como facilitadora, devido a seu poder agregador, neutralidade, integridade, liderança de questões, conhecimentos específicos e habilidade de motivar atores não governamentais. Em algumas situações, porém, particularmente nos países em desenvolvimento, a ONU pode precisar ser envolvida nas parcerias também como implementadora. (ONU, 2003).

Ao longo dos anos, o conceito de parcerias como veículo para apoiar ações conduzidas por governos veio evoluindo, sendo cada vez mais reconhecidas pela ONU como essenciais para atingir os objetivos de desenvolvimento (ONU, 2015-3, p.16).

2.5 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os ODM foram estabelecidos pela ONU em setembro de 2000, com base na Declaração do Milênio, cuja adoção pelos líderes mundiais participantes significou o compromisso das nações representadas com uma parceria global para reduzir a extrema

pobreza e com uma série de objetivos – que posteriormente foram formalizados como os ODM – com prazo de execução até o final de 2015 (ONU, 2017-3).

Cada ODM possui um título oficial e é representado por um ícone de uma cor específica. Estes ícones são frequentemente utilizados em artigos, documentos e páginas de internet relacionados ao tema. A Figura 2 mostra a versão oficial em português do quadro de ícones dos ODM.

Figura 2 – Quadro de ícones oficiais dos ODM em português



Fonte: ODM Brasil (2017)

Um ponto que chama a atenção é o fato de que, assim como se observou na versão oficial em português da Declaração do Milênio em relação ao item referente a parcerias, as traduções oficiais para português dos títulos dos ODM não são, em sua maioria, totalmente fiéis aos respectivos títulos originais em inglês, conforme mostra o Quadro 1. O primeiro ponto que fica evidente é que todos os títulos em inglês são iniciados por verbos, denotando explicitamente as ações associadas ao alvo de cada objetivo, enquanto na tradução oficial para português, somente os ODM 1, 4, 5 e 6 iniciam-se por verbos.

Além disso, com exceção do ODM 4, nenhuma das demais traduções exprime exatamente o que os respectivos títulos originais dizem. No caso dos ODM 1, 2, 3, 5 e 6, esta diferença não altera significativamente o sentido original do objetivo. Porém, notadamente não se pode afirmar o mesmo acerca do ODM 7, que introduz “qualidade de vida” e troca “sustentabilidade” por “respeito”, e o ODM 8, “desenvolver uma parceria global pelo desenvolvimento”, que ao ser traduzido como “todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento”, transmite a ideia de que todos devem trabalhar em prol de um objetivo comum (o desenvolvimento), mas deixa de fora a ideia central de “parceria global”.

Quadro 1 – Comparação entre os originais em inglês e as respectivas traduções oficiais para português dos títulos dos ODM

Objetivo	Título		
	Original em inglês (ONU, 2017-2)	Tradução livre (nossa)	Tradução oficial (ODM Brasil, 2017)
ODM 1	<i>Eradicate extreme poverty and hunger</i>	Erradicar a extrema pobreza e a fome	Acabar com a fome e a miséria
ODM 2	<i>Achieve universal primary education</i>	Alcançar a educação primária universal	Educação básica de qualidade para todos
ODM 3	<i>Promote gender equality and empower women</i>	Promover a igualdade entre sexos e o empoderamento das mulheres	Igualdade entre sexos e valorização da mulher
ODM 4	<i>Reduce child mortality</i>	Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir a mortalidade infantil
ODM 5	<i>Improve maternal health</i>	Melhorar a saúde materna	Melhorar a saúde das gestantes
ODM 6	<i>Combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases</i>	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	Combater a AIDS, a malária e outras doenças
ODM 7	<i>Ensure environmental sustainability</i>	Garantir a sustentabilidade ambiental	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
ODM 8	<i>Develop a global partnership for development</i>	Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma outra versão dos ícones dos ODM, encontrada no Portal ODM, mantido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), traz títulos bem mais próximos às traduções literais apresentadas no Quadro 1, como se pode constatar na Figura 3.

Figura 3 – Quadro de ícones dos ODM em português obtido no Portal ODM



Fonte: Portal ODM (2017)

A cada ODM foram associadas uma ou mais metas, totalizando 21, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Metas dos ODM

Objetivo	Metas	
	Original em inglês (ONU, 2017-2)	Tradução livre (nossa)
ODM 1	<i>Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than \$1.25 a day</i>	Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cuja renda é inferior a US\$ 1.25 por dia
	<i>Achieve full and productive employment and decent work for all, including women and young people</i>	Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive mulheres e jovens
	<i>Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people who suffer from hunger</i>	Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem com a fome
ODM 2	<i>Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling</i>	Garantir que, até 2015, as crianças de todos os lugares, tanto meninos como meninas, consigam completar a educação primária

Objetivo	Metas	
	Original em inglês (ONU, 2017-2)	Tradução livre (nossa)
ODM 3	<i>Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015</i>	Eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de educação o mais tardar até 2015
ODM 4	<i>Reduce by two thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate</i>	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade até os 5 anos de idade
ODM 5	<i>Reduce by three quarters, between 1990 and 2015, the maternal mortality ratio</i>	Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna
	<i>Achieve, by 2015, universal access to reproductive health</i>	Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva
ODM 6	<i>Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS</i>	Ter detido até 2015 e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS
	<i>Achieve, by 2010, universal access to treatment for HIV/AIDS for all those who need it</i>	Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento para o HIV/AIDS a todos aqueles que dele necessitam
	<i>Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases</i>	Ter detido até 2015 e começado a reverter a incidência de malária e outras doenças
ODM 7	<i>Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the loss of environmental resources</i>	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e reverter a perda de recursos ambientais
	<i>Reduce biodiversity loss, achieving, by 2010, a significant reduction in the rate of loss</i>	Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda
	<i>Halve, by 2015, the proportion of the population without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation</i>	Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente a água potável e ao saneamento básico
	<i>Achieve, by 2020, a significant improvement in the lives of at least 100 million slum dwellers</i>	Alcançar, até 2020, uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de favelas
ODM 8	<i>Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system</i>	Ampliar o desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório
	<i>Address the special needs of least developed countries</i>	Endereçar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos
	<i>Address the special needs of landlocked developing countries and small island developing States</i>	Endereçar as necessidades especiais dos países sem litoral em desenvolvimento e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Objetivo	Metas	
	Original em inglês (ONU, 2017-2)	Tradução livre (nossa)
	<i>Deal comprehensively with the debt problems of developing countries</i>	Lidar de maneira abrangente com os problemas da dívida dos países em desenvolvimento
	<i>In cooperation with pharmaceutical companies, provide access to affordable essential drugs in developing countries</i>	Em cooperação com as empresas farmacêuticas, prover acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento
	<i>In cooperation with the private sector, make available benefits of new technologies, especially information and communications</i>	Em cooperação com o setor privado, disponibilizar os benefícios das novas tecnologias, especialmente de informação e comunicações

Fonte: Elaborado pelo autor

O relatório divulgado pela própria ONU (2015-5) deixa claro que os ODM produziram bons resultados, como os exemplos a seguir:

- a) extrema pobreza: o percentual da população das regiões em desenvolvimento que vive com menos de US\$ 1.25 por dia caiu de aproximadamente 50% em 1990 para 14% em 2015;
- b) fome: a proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase à metade, de 23,3 % em 1990 para 12,9 % em 2015;
- c) crianças fora da escola: o número global de crianças fora da escola primária caiu de 100 milhões em 2000 para 57 milhões em 2015;
- d) taxa de mortalidade infantil: entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças até 5 anos caiu de 90 para 43 mortes por 1.000 nascimentos;
- e) ODA: a assistência oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento, que em 1990 era de US\$ 81 bilhões, teve um aumento real de 66% entre 2000 e 2014, chegando a US\$ 135.2 bilhões;
- f) alcance da internet: cresceu de aproximadamente 6% da população mundial em 2000 para 43% em 2015, o que representou a inclusão digital de 3,2 bilhões de pessoas.

É necessário, entretanto, ressaltar que esses bons resultados alcançados no período em que vigoraram os ODM podem ter sido devidos a uma série de outras conjunturas favoráveis globais além dos próprios ODM, conforme defendem a revista *The Economist* (2015) e Lomborg (2015). O número absoluto de pessoas na condição de extrema pobreza caiu de 1,9

bilhão de pessoas em 1990 para 836 milhões em 2015, de acordo com o PNUD (2018). A China, sozinha, tirou mais de 800 milhões de pessoas da pobreza, o que corresponde a quase 80% do total, e atingiu todos os ODM até 2015, contribuindo significativamente para o alcance global dos ODM. Porém, apresentou neste período crescimento do PIB médio de quase 10% – a maior expansão sustentável de uma grande economia da história (WORLD BANK, 2018).

2.6 Dos ODM à Agenda 2030

O acompanhamento do progresso dos ODM e a revisão do plano de ação e dos compromissos de cada nação foram objeto de discussão em cinco eventos principais (ONU, 2017-3):

- a) Cúpula Mundial, em setembro de 2005;
- b) Evento de Alto-Nível sobre ODM, em setembro de 2008;
- c) Cúpula sobre os ODM, em setembro de 2010;
- d) Sucesso dos ODM: Acelerando Ações e Estabelecendo Parcerias para Causar Impacto, em 23 de setembro de 2013;
- e) Evento Especial para Acompanhamento dos Esforços Realizados para o Alcance dos ODM, em 25 de setembro de 2013.

Em junho de 2012 (entre o evento de 2010 e os dois de 2013, portanto), foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, em alusão à conferência antecessora, realizada 20 anos antes (em 1992) na mesma cidade. Além de reconhecer os avanços trazidos pelos ODM, um dos principais resultados da Rio+20 foi o consenso dos Estados-membros de dar início à elaboração de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável (SDKP, 2017). A conferência não elaborou objetivos específicos, mas estabeleceu diretrizes para isso, como ilustra o trecho a seguir, extraído da versão oficial em português de seu documento final:

Destacamos também que as metas de desenvolvimento sustentável (SDGs) devem ser orientadas para a ação, concisas e fáceis de entender, em número limitado, ambiciosas, de natureza global, e universalmente aplicáveis a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Reconhecemos também que as metas devem abordar as áreas prioritárias para a realização do desenvolvimento sustentável, sendo orientadas por este documento final. Os governos devem conduzir a execução com a participação ativa de todas as partes interessadas, conforme apropriado. (BRASIL, 2012, p.49)

Em janeiro de 2013, conforme decisão registrada mais adiante nesse mesmo documento (BRASIL, 2012, p.49), um grupo de trabalho foi criado com a missão de elaborar uma proposta para os ODS, a ser apresentada na Assembleia Geral daquele ano, cujo tema foi *The Post-2015 Development Agenda: Setting the Stage!* (A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Preparando o Palco!, em tradução livre).

Outro insumo para a Assembleia Geral de 2013 foi o documento final do Painel de Alto Nível sobre a Agenda Pós-2015, formado em julho de 2012 pelo então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, que reuniu um grupo de representantes de diversos países, entre membros da sociedade civil, setor privado e líderes governamentais. Com sua primeira reunião marcada para setembro daquele ano, o Painel teve o objetivo de elaborar um relatório na primeira metade de 2013, refletindo os novos desafios de desenvolvimento e levando em conta a experiência adquirida com a implementação dos ODM, tanto em termos de resultados atingidos como de áreas para melhoria. O trabalho do Painel foi coordenado com o do grupo de trabalho criado a partir da Rio+20 (ONU, 2012).

O documento final do Painel foi intitulado *A new global partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development* (Uma nova parceria global: erradicar a pobreza e transformar economias através do desenvolvimento sustentável, em tradução livre). Nele foi proposto que a nova agenda de desenvolvimento desse continuidade aos princípios da Declaração do Milênio e aos ODM, com foco prático em pontos como pobreza, fome, água, saneamento, educação e assistência médica. No entanto, criticou os ODM afirmando que eles não focaram o suficiente nas pessoas mais pobres e excluídas e foram omissos nas questões envolvendo os efeitos devastadores dos conflitos e da violência advindos do desenvolvimento, deixando de incluir a importância da boa governança e das instituições que garantissem o Estado de Direito, a liberdade de expressão e a transparência dos governos, além da necessidade de crescimento inclusivo para o provimento de empregos.

O documento também critica o fato de os ODM não terem integrado as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental), conforme pregava a Declaração do Milênio, e de não terem endereçado a necessidade de promover padrões sustentáveis de consumo e produção. Como resultado, não houve integração entre meio ambiente e desenvolvimento, fazendo com que as pessoas trabalhassem muito, porém separadamente, em problemas que estavam interligados (ONU, 2013-1). O documento

prosegue enumerando cinco mudanças transformativas que deveriam ser a base norteadora da Agenda Pós-2015:

- a) não deixar ninguém para trás: garantir que nenhuma pessoa, independentemente de etnia, gênero, geografia, deficiência, raça ou outra condição, tenha negados os direitos humanos universais e as oportunidades econômicas básicas, de modo a **acabar com a pobreza extrema em todas as suas formas**;
- b) tornar o desenvolvimento sustentável central: interromper o ritmo alarmante das mudanças climáticas e da degradação ambiental, que representam ameaças sem precedentes à humanidade, trazer mais inclusão social e destacar o papel dos países desenvolvidos no fomento de novas tecnologias e na redução do consumo não sustentável, de modo a **integrar as dimensões ambiental, social e econômica** para erradicar a pobreza e atender as aspirações de 8 bilhões de pessoas em 2030;
- c) transformar economias para gerar empregos e promover o crescimento inclusivo: explorar inovação, tecnologia e o potencial da iniciativa privada, de modo a garantir que todos tenham o que necessitam para crescer e prosperar – incluindo acesso a educação de qualidade, assistência médica, água limpa, eletricidade, telecomunicações e transportes –, facilitar o investimento, o empreendedorismo e o comércio e fazer uma boa gestão da rápida urbanização para que as cidades, que são centros de negócios e inovação, possam prover empregos e crescimento ao mesmo tempo em que contribuem para padrões sustentáveis de trabalho e de vida que serão necessários em um mundo de recursos naturais limitados – um desafio de todos os países;
- d) construir a paz e instituições eficazes, abertas e responsáveis para todos: reconhecer a paz e a boa governança como elementos essenciais ao bem-estar e à prosperidade, com o intuito de encorajar o Estado de Direito, o direito à propriedade, a liberdade de expressão e de imprensa, a abertura de escolhas políticas, o acesso à justiça e a responsabilidade de governos e instituições públicas, de modo a garantir transparência nos gastos dos impostos, assistências e receitas de indústrias extrativistas;
- e) moldar uma nova parceria global: devido à importância deste tópico para o objetivo este trabalho, o texto é apresentado abaixo como citação, em tradução livre:

Talvez a mudança transformativa mais importante seja em direção a um novo espírito de solidariedade, cooperação e responsabilidade mútua que deve ser a base da agenda pós-2015. Uma nova parceria deve ser

fundamentada em um entendimento comum de nossa humanidade compartilhada, pautada em respeito e benefício mútuos em um mundo em encolhimento. **Esta parceria deve incluir pessoas vivendo na pobreza, pessoas com deficiências, mulheres, sociedade civil e comunidades indígenas e locais, grupos tradicionalmente marginalizados, instituições multilaterais, governos nacionais e locais, a comunidade de negócios, a academia e a filantropia privada. Cada área prioritária identificada na agenda pós-2015 deveria ser suportada por parcerias dinâmicas.** É hora de a comunidade internacional utilizar novas formas de trabalhar, para ir além da agenda de assistências e colocar sua própria casa em ordem, implementando uma rápida redução em corrupção, fluxos de financiamento ilícito, lavagem de dinheiro, evasão de impostos e propriedade oculta de ativos. Devemos lutar contra as mudanças climáticas, preconizar o comércio livre e justo e a inovação, transferência e difusão tecnológicas, além de promover estabilidade financeira. **E como esta parceria é construída sobre princípios de humanidade e respeito mútuo, ela deve também ter um novo espírito e ser completamente transparente. Todos os envolvidos devem ser responsáveis.** (ONU, 2013-1, tradução e grifos nossos)

Além da importância atribuída à questão das parcerias, os trechos grifados enumeram os grupos que devem ser envolvidos, entre representantes da sociedade civil, governo, instituições, academia, empresas e terceiro setor. Denotam também a valorização da transparência e responsabilidade de cada parte envolvida.

Em 23 de setembro de 2013, um dia antes da abertura da Assembleia Geral, foi realizado o fórum de alto nível intitulado Sucesso dos ODM: Acelerando Ações e Estabelecendo Parcerias para Causar Impacto, dedicado a catalisar e acelerar ações adicionais para o alcance dos ODM. Além de colocar em discussão exemplos concretos de parcerias, o evento resultou no anúncio de novos compromissos no valor de 2,5 bilhões de dólares (ONU, 2017-3).

Dois dias depois, já durante a Assembleia Geral, ocorreu o Evento Especial para Acompanhamento dos Esforços Realizados para o Alcance dos ODM. Nele, conforme consta em seu documento final (ONU, 2013-2), os representantes das nações reconheceram os avanços conquistados com os ODM, bem como algumas lacunas evidenciadas pelo relatório elaborado por uma força-tarefa criada especialmente para esse propósito. Os representantes também reafirmaram seus compromissos com as metas (cujo prazo de execução restante, na ocasião, era inferior a 850 dias), prometendo intensificar os esforços para que fossem cumpridas, e registraram a visão para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que foi o tema da Assembleia Geral:

Decidimos que a agenda de desenvolvimento pós-2015 deve **reforçar o compromisso da comunidade internacional com a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.** Nós enfatizamos o imperativo

central da erradicação da pobreza e estamos comprometidos a libertar a humanidade da pobreza e da fome como questão de urgência. Reconhecendo a interligação intrínseca entre a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, **salientamos a necessidade de uma abordagem coerente que integre de maneira equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável.** Esta abordagem coerente envolve trabalhar em direção a um **conjunto de objetivos únicos, de natureza universal e aplicáveis a todos os países,** ao mesmo tempo em que leva em conta as diferentes circunstâncias nacionais e respeita as políticas e prioridades nacionais. Deve também promover a paz e a segurança, a governança democrática, o Estado de Direito, a igualdade de gênero e os direitos humanos para todos. (ONU, 2013-2, p.3-4, tradução e grifos nossos)

Os trechos grifados na citação evidenciam a visão da convergência entre erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável, justificando a elaboração de um conjunto unificado de objetivos que abrangesse ambos os temas, e que fossem universais e aplicáveis a todos os países.

Em julho de 2014, o grupo de trabalho formado após a Rio+20 apresentou suas recomendações em relação a 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um ano mais tarde, o assunto foi debatido na Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, na Etiópia. Seu documento final, a Agenda de Ação de Adis Abeba, discorre sobre as diretrizes para apoiar a implementação da Agenda Pós-2015, colocando como fatores críticos de sucesso as políticas, planos e programas de desenvolvimento a serem estabelecidos pelos países e guiados por eles. O documento também orienta que os ODS sirvam como diretrizes para alinhar os planos dos países aos seus compromissos globais e reforça a importância de uma parceria global fortalecida em âmbito mundial, uma vez que as ações de desenvolvimento sustentável para o alcance da nova Agenda exigirão mobilização de recursos e estratégias de financiamento, além da contribuição de todos os grupos interessados: governos, sociedade civil, setor privado, entre outros.

Por fim, no início de agosto de 2015, a Agenda Pós-2015 passou a se chamar Agenda 2030, quando houve um consenso entre os 193 Estados-membros da ONU, que gerou o documento final da nova agenda, intitulada Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, marcou a adoção oficial da nova agenda, composta de 17 objetivos e 169 metas associadas, vigorando entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2030 (PNUD, 2018).

2.7 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

The Sustainable Development Goals will continue the fight begun by the Millennium Development Goals against extreme poverty, and add targets relating to inclusiveness and environmental sustainability. But will a new set of goals actually be able to catalyze a shift from business as usual to true sustainable development? (SACHS, 2015)

O Quadro 3 apresenta a lista dos 17 ODS, tanto no original em inglês, extraído da Agenda 2030, como a tradução oficial para português, publicada pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Por comparação, nota-se que a tradução feita pela CGDES foi bem mais fiel ao original em inglês do que a tradução dos ODM feita para o português (ver Quadro 1 na seção 2.5).

Quadro 3 – Lista dos ODS

Objetivo	Original em inglês (ONU, 2015-4)	Tradução oficial para português (BRASIL, 2016)
ODS 1	<i>End poverty in all its forms everywhere</i>	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
ODS 2	<i>End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture</i>	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
ODS 3	<i>Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages</i>	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 4	<i>Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all</i>	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
ODS 5	<i>Achieve gender equality and empower all women and girls</i>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6	<i>Ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all</i>	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
ODS 7	<i>Ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all</i>	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
ODS 8	<i>Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all</i>	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
ODS 9	<i>Build resilient infrastructure, promote inclusive and sustainable industrialization and foster innovation</i>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10	<i>Reduce inequality within and among countries</i>	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
ODS 11	<i>Make cities and human settlements</i>	Tornar as cidades e os assentamentos

Objetivo	Original em inglês (ONU, 2015-4)	Tradução oficial para português (BRASIL, 2016)
	<i>inclusive, safe, resilient and sustainable</i>	humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12	<i>Ensure sustainable consumption and production patterns</i>	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
ODS 13	<i>Take urgent action to combat climate change and its impacts</i>	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
ODS 14	<i>Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development</i>	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15	<i>Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss</i>	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
ODS 16	<i>Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels</i>	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
ODS 17	<i>Strengthen the means of implementation and revitalize the Global Partnership for Sustainable Development</i>	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pelo autor

Da mesma forma que os ODM, cada ODS possui um título oficial e é representado por um ícone de cor específica. A Figura 4 mostra a versão oficial em português do quadro de ícones dos ODS.

Figura 4 – Quadro de ícones oficiais dos ODS em português



Fonte: Itamaraty (2017)

Para cada ODS, assim como ocorreu com os ODM, foi definido um conjunto de metas, porém em quantidade substancialmente superior: enquanto os ODM possuíam um total de 21 metas (ver Quadro 2), os ODS possuem 169, o que demonstra uma ambição muito maior, já que o prazo para seu cumprimento tem a mesma duração do prazo anterior, de 15 anos.

Em março de 2016, em uma sessão presidida pelo Brasil, representado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Comissão de Estatística das Nações Unidas aprovou um conjunto de 230 indicadores globais para monitorar o cumprimento dos ODS (ONU, 2016). O conjunto de indicadores é gerido pelo *Inter-Agency and Expert Group on SDG indicators* (IAEG-SDGs), que, na reunião de março de 2017 da Comissão de Estatística, realizou uma revisão, elevando a quantidade de indicadores para 244² (IAEG-SDGs, 2017).

Este número elevado de metas e indicadores tem sido alvo de críticas, sendo uma das mais contundentes a do Copenhagen Consensus Center, que argumenta que tantas variáveis de análise dificultam o acompanhamento dos resultados e implicam um alto custo de obtenção dos dados envolvidos (LOMBORG, 2015).

² Atualmente, o número total de indicadores associados aos 17 ODS e suas 169 metas é 244, porém o número de indicadores distintos é 232, uma vez que alguns indicadores se repetem para duas ou até três metas (IAEG-SDGs, 2017).

2.7.1 ODS 17

Partnerships as a mean of implementation have never before in the history of international cooperation been more important. A revitalized Global Partnership to deliver on all the Sustainable Development Goals will facilitate an intensive global engagement, bringing together Governments, civil society, the private sector, the United Nations system and other actors, and mobilizing and utilizing all available resources, to transform the world for the better by 2030. (ONU, 2015-3, p.17)

O ODS 17, “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, é o ODS de maior interesse para este trabalho. Ao analisá-lo, percebe-se que ele difere dos demais, pois trata dos meios de implementação e não de temas específicos associados aos problemas da humanidade, como pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água, energia, mudanças climáticas etc., tal qual os ODS 1 a 16.

Os trechos abaixo, extraídos de um documento do PNUD, mencionam o caráter transversal do ODS 17 como justificativa para terem sido estabelecidos apenas 16 grupos técnicos temáticos pela Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, ao mesmo tempo em que afirma que o ODS 17 foi considerado por todos os grupos:

Assim, foram estabelecidos **16 grupos técnicos temáticos**. Cada grupo ficou encarregado de identificar indicadores para cada um dos **16 ODS temáticos**, sendo liderados pelas diferentes agências especializadas, fundos, programas e entidades da ONU no Brasil com base no alinhamento com seus respectivos mandatos. **Todos também consideraram o 17º objetivo, referente aos meios de implementação.**(PNUD, 2015, p.15, grifo nosso)

O foco da primeira fase do trabalho dos grupos técnicos temáticos da Força-Tarefa da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 foi **o conjunto dos 16 ODS temáticos** tal qual propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), **considerando que o ODS 17, sobre os meios de implementação, tem caráter transversal.** (PNUD, 2015, p.21, grifo nosso)

Enquanto o ODM 8, que também tratava de parcerias, tinha um foco mais assistencialista, procurando fazer com que os países mais ricos ajudassem os países mais pobres (por exemplo com ODA), o ODS 17 se baseia em um conceito mais abrangente de parceria, em que toda a comunidade internacional exerce um esforço conjunto, mobilizando não apenas recursos financeiros, mas também conhecimento e tecnologia para criar capacidades nos países em desenvolvimento (ONU, 2015-3, p.16).

2.8 O Pacto Global das Nações Unidas e o fomento às parcerias pelos ODS

Business cannot thrive unless people and planet are thriving. This includes ensuring that the world is on a path to meet all 17 Sustainable Development Goals (SDGs). [...] Business cannot thrive in a world of poverty, inequality, unrest and environmental stress, and so it has a vital interest in ensuring the 2030 Agenda is delivered. (UNGC, 2017-2, p.3)

Criado em julho de 2000 pelo então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, o Pacto Global das Nações Unidas tem o objetivo de “mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos” (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 2013-1) que abrangem quatro áreas – direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção – e são refletidos em 10 princípios, apresentados na Figura 5.

Um claro sinal da importância do Pacto Global para a ONU é que sua governança, que passou por uma revisão recentemente (UNGC, 2017-1), conta com um conselho presidido *ex-officio* pelo Secretário-Geral da ONU, posto atualmente ocupado por António Guterres. O Pacto Global reúne hoje mais de 9.500 empresas signatárias de mais de 160 países (UNGC, 2018-1), não apenas em torno dos 10 princípios, mas também do tema da sustentabilidade, fomentando a formação de parcerias para o avanço dos ODS, que também foram incorporados em sua missão, como mostra o trecho destacado:

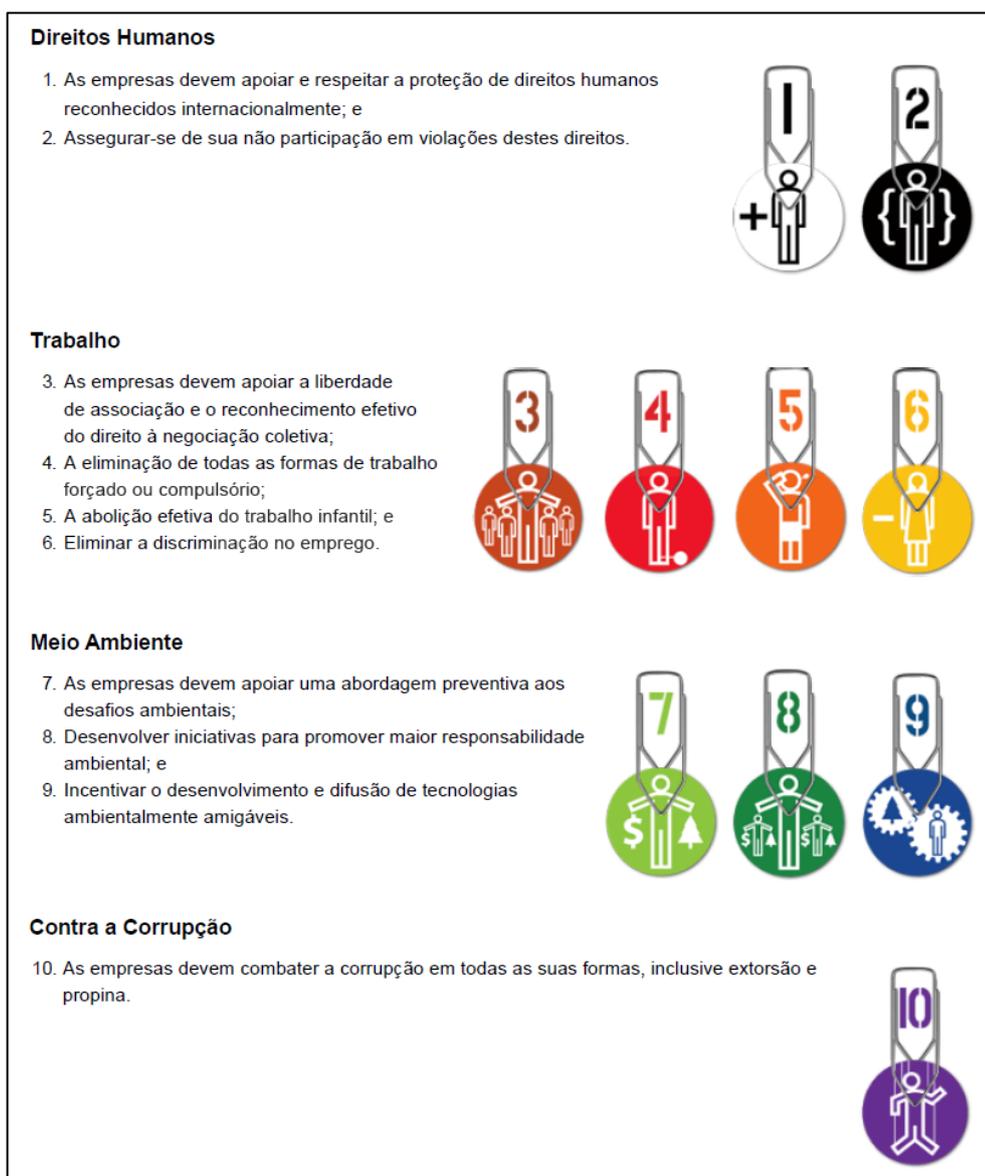
No Pacto Global das Nações Unidas, nós almejamos mobilizar globalmente empresas e partes interessadas sustentáveis para criar o mundo que queremos. Esta é nossa visão.

Para tornar isto realidade, o Pacto Global das Nações Unidas suporta as empresas para:

1. fazer negócios de maneira responsável, alinhando suas estratégias e operações aos 10 princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção; e
2. **tomar ações estratégicas para avançar objetivos sociais mais abrangentes, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com ênfase em colaboração e inovação.**

(UNGC, 2018-2, tradução e grifo nossos)

Figura 5 – Os 10 princípios do Pacto Global



Fonte: Rede Brasileira do Pacto Global (2013-2)

Para estimular as empresas a adotarem ações que ajudem a avançar os ODS, o Pacto Global disponibiliza em seu *website* uma biblioteca virtual com diversos materiais sobre o tema, como *A Call to Action for Sustainable Business*, *Global Climate Action Playbook 2018* e *Women's Empowerment Principles: Global Trends Report 2018*. Dentre esses materiais, chama especial atenção para o propósito deste trabalho o *Blueprint for Business Leadership on the SDGs*, um guia que não somente ajuda as empresas a compreenderem os ODS, mas também apresenta sugestões de possíveis ações para cada um deles e orientações sobre como implementá-las.

2.8.1 *Blueprint for Business Leadership on the SDGs*

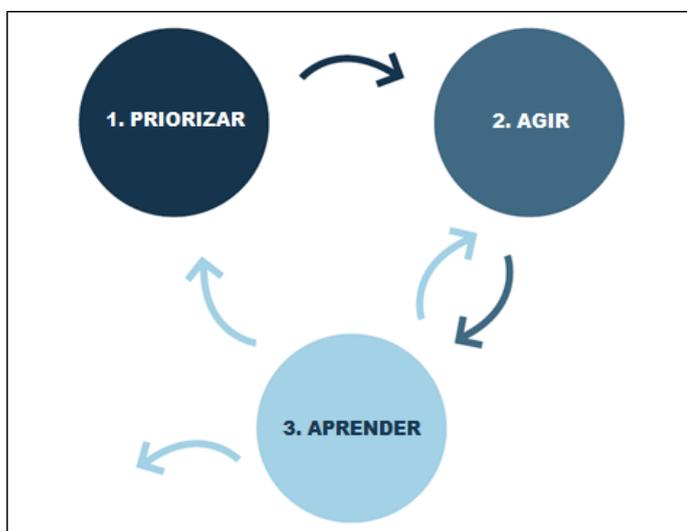
O UNGC (2017-2, p.3) afirma que o BBL apresenta um modelo (*framework*, no original em inglês) para a próxima geração de líderes de negócio e tem a intenção de fomentar a contribuição em larga escala aos ODS. Apresenta também uma estimativa, que classifica como “conservadora”, de que até 2030 os ODS podem trazer economias e receitas no valor de US\$ 12 trilhões, representando grandes oportunidades para práticas de negócios que integrem o respeito aos direitos humanos e a proteção ao planeta.

O BBL defende que oportunidades de negócio e o impacto nos ODS podem caminhar lado a lado, porém reconhece que há um limite para o que as empresas conseguem atingir por conta própria e é necessária a colaboração com as partes interessadas – investidores, sociedade civil e governos.

O modelo apresentado pelo BBL (2017-2, p.4) fundamenta-se em três passos, que se repetem ciclicamente (ver Figura 6):

- a) priorizar: levando em conta os 10 princípios do Pacto Global, a empresa prioriza ações com base em sua contribuição potencial aos ODS, incluindo um mapeamento minucioso dos riscos de impacto negativo em suas operações fim-a-fim e onde podem ser adotadas práticas que maximizem o impacto positivo nos ODS;
- b) agir: a empresa executa ações de modo a incorporar cinco qualidades de liderança – Intencional, Ambiciosa, Consistente, Colaborativa e Responsável;
- c) aprender: a empresa se compromete a aprender sobre os impactos de suas ações e a compartilhar esse aprendizado tanto interna quanto externamente.

Figura 6 – Os 3 passos do BBL



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de UNGC, 2017-2, p.4

Em relação às cinco qualidades de liderança, o BBL (2017-2, p.5) detalha:

- a) intencional: o apoio aos ODS é parte integrante da estratégia da empresa;
- b) ambiciosa: o nível de ambição da empresa excede os níveis prevalecentes, e suas ações se materializam no contexto de suas operações fim-a-fim, focando em resultados de longo prazo;
- c) consistente: o apoio aos ODS está arraigado em suas funções organizacionais e comunicações externas;
- d) colaborativa: o apoio aos ODS envolve parcerias com outras empresas, governo, sociedade civil, entre outros;
- e) responsável: a empresa deve ser transparente, gerenciar riscos, buscar engajamento significativo das partes interessadas e se responsabilizar por impactos adversos.

Após as seções iniciais, que explicam o objetivo do BBL, seu modelo e como ele deve ser utilizado, são apresentadas, para cada um dos 17 ODS, suas respectivas metas e sugestões de ações que as empresas podem executar para contribuir com seu atingimento. O BBL fornece ainda, para cada ação, um detalhamento para ajudar a empresa a avaliar sua aplicabilidade ao contexto de suas operações fim-a-fim, segundo o modelo proposto.

A Figura 7 mostra um exemplo de como as ações sugeridas aparecem no BBL, neste caso para o ODS 14, que trata da vida nos oceanos. São elas, em tradução livre:

- a) implementar políticas e práticas para proteger os ecossistemas oceânicos que são afetados pelas atividades dos negócios e suas cadeias de suprimentos;
- b) pesquisar, desenvolver e colocar em prática produtos, serviços e modelos de negócio que compensem os impactos nos ecossistemas oceânicos e contribuam para sua restauração;
- c) catalisar investimentos para proteger e potencializar o desenvolvimento de ecossistemas oceânicos e fluxos aquáticos;
- d) projetar e implementar soluções para valorizar e respeitar o capital natural e fomentar a adoção em larga escala dessas soluções.

Figura 7 – Ações sugeridas no BBL para empresas contribuírem com o ODS 14

BLUEPRINT FOR BUSINESS LEADERSHIP ON THE SDGS 134

14
LIFE
BELOW WATER



Business Actions in Support of Goal 14

Targets of Goal 14

14.1 By 2025, prevent and significantly reduce marine pollution of all kinds, in particular from land-based activities, including marine debris and nutrient pollution

14.2 By 2020, sustainably manage and protect marine and coastal ecosystems to avoid significant adverse impacts, including by strengthening their resilience, and take action for their restoration in order to achieve healthy and productive oceans

14.3 Minimize and address the impacts of ocean acidification, including through enhanced scientific cooperation at all levels

14.4 By 2020, effectively regulate harvesting and end overfishing, illegal, unreported and unregulated fishing and destructive fishing practices and implement science-based management plans, in order to restore fish stocks in the shortest time feasible

14.5 By 2020, conserve at least 10 per cent of coastal and marine areas, consistent with national and international law and based on the best available scientific information

14.6 By 2020, prohibit certain forms of fisheries subsidies which contribute to overcapacity and overfishing, eliminate subsidies that contribute to illegal, unreported and unregulated fishing

14.7 By 2030, increase the economic benefits to Small Island developing States and least developed countries from the sustainable use of marine resources

Business Actions
▶

- 1

Implement policies and practices to protect ocean ecosystems that are affected by business and supply chain activities
- 2

Research, develop, and deploy products, services, and business models which negate impacts on ocean ecosystems and contribute to their restoration
- 3

Galvanize finance for the protection and further development of ocean ecosystems and water system flows
- 4

Design and implement solutions to accurately value and respect natural capital, and drive wider adoption of these solutions

Fonte: UNGC, 2017-2, p.134

Nota-se que não há uma correspondência direta entre as metas do ODS 14, que aparecem listadas do lado esquerdo, e as ações propostas, à direita, e que, portanto, a intenção é que as quatro ações contribuam para o atingimento das sete metas coletivamente. Mais relevante que isto, entretanto, é o fato de que as ações são apresentadas qualitativamente, sem um parâmetro de relação custo/benefício esperada que possa auxiliar as empresas e investidores na tomada de decisão. Esta é uma questão que o CCC aborda no *Post-2015 Consensus* (apresentado na seção 2.9), sugerindo a priorização das metas dos ODS com base em uma relação de retorno por dólar investido, ainda que o retorno, nesse caso, seja o benefício para as pessoas, o planeta e a prosperidade (LOMBORG, 2015) e não para quem investiu.

2.9 Post-2015 Consensus

Fundado e presidido por Bjorn Lomborg, o CCC é um *think tank* formado por mais de 300 economistas, incluindo sete ganhadores do Prêmio Nobel, dedicado a pesquisar e publicar soluções para os problemas do mundo, com o objetivo de atingir os melhores resultados com os recursos limitados disponíveis (CCC, 2018-1).

Em 2015, alguns meses antes da Assembleia Geral daquele ano, que oficializou a Agenda 2030, o CCC publicou um livro intitulado *The Nobel Laureates Guide to the Smartest Targets for the World: 2016-2030* (LOMBORG, 2015), contendo as conclusões do projeto *Post-2015 Consensus*, que reuniu 82 economistas e 44 especialistas de setores específicos, dentre eles diversos ganhadores do Prêmio Nobel, para identificar as metas com melhor relação custo/benefício³ dentre as 169 associadas aos 17 ODS. O trabalho resultou na publicação de mais de 100 artigos acadêmicos.

Os participantes do estudo, organizados em 60 equipes, estimaram custos e benefícios (não apenas econômicos, mas também de saúde, sociais e ambientais) de 107 metas, contando com contribuições de agências da ONU, ONGs e empresas. Um painel de ganhadores do Prêmio Nobel avaliou as evidências econômicas para classificar as metas de “fenomenal” a “ruim”. O relatório preliminar sobre as relações custo/benefício dos ODS elaborado pelo CCC (2014) traz o resultado dessa classificação pintando o texto das metas com cores, de acordo com o seguinte critério:

- a) verde escuro - “fenomenal” (“*phenomenal*”, no original em inglês): evidências robustas de benefícios acima de 15 vezes maiores que os custos;
- b) verde claro - “boa” (“*good*”, no original em inglês): evidências robustas de benefícios 5 a 15 vezes maiores que os custos;
- c) amarelo - “razoável” (“*fair*”, no original em inglês): evidências robustas de benefícios 1 a 5 vezes maiores que os custos;
- d) vermelho - “ruim” (“*poor*”, no original em inglês): os benefícios são menores que os custos ou a meta é mal especificada (ex.: inconsistente ou incentiva atividades erradas);

³ Salvar uma vida do HIV, por exemplo, custa da ordem de US\$ 10 mil. Com esta mesma quantia, seria possível salvar 10 vidas da malária (LOMBORG, 2015).

- e) cinza - “incerta” (“*uncertain*”, no original em inglês): não há conhecimento suficiente das opções de políticas que poderiam alcançar a meta ou os custos e benefícios das ações para alcançar a meta não são bem conhecidos.

A título de exemplo, a Figura 8 mostra como as metas do ODS 1 e parte das metas do ODS 2 aparecem no relatório (CCC, 2014, p.10), classificadas de acordo com esse critério.

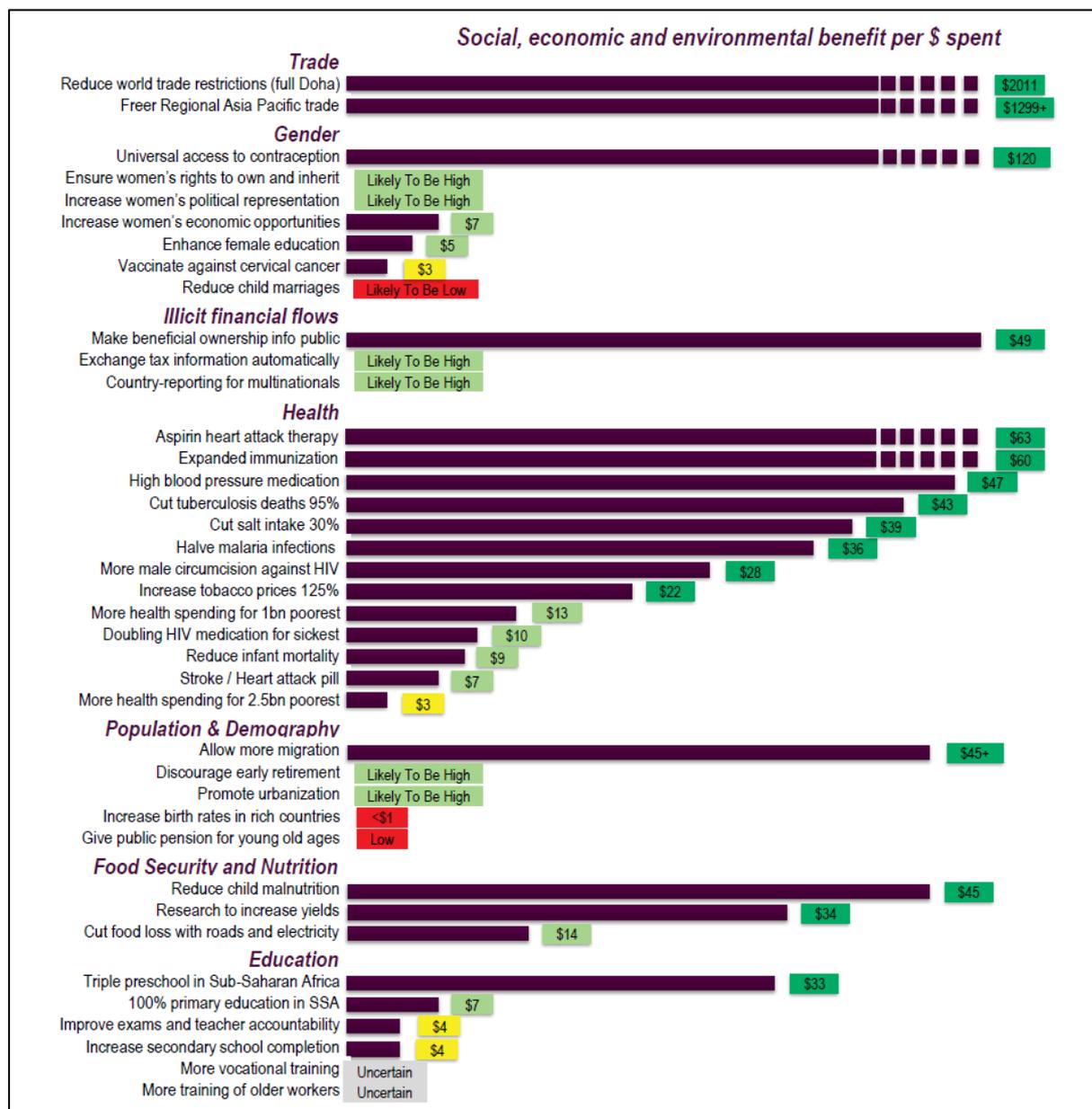
Figura 8 – Classificação das metas dos ODS feita no Post-2015 Consensus

10	Proposal for Sustainable Development Goals
Proposal for Sustainable Development Goals	
Proposed goal 1. End poverty in all its forms everywhere	
1.1	by 2030, eradicate extreme poverty for all people everywhere, currently measured as people living on less than \$1.25 a day
1.2	by 2030, reduce at least by half the proportion of men, women and children of all ages living in poverty in all its dimensions according to national definitions
1.3	implement nationally appropriate social protection systems and measures for all, including floors, and by 2030 achieve substantial coverage of the poor and the vulnerable
1.4	by 2030 ensure that all men and women, particularly the poor and the vulnerable, have equal rights to economic resources, as well as access to basic services, ownership, and control over land and other forms of property, inheritance, natural resources, appropriate new technology, and financial services including microfinance
1.5	by 2030 build the resilience of the poor and those in vulnerable situations, and reduce their exposure and vulnerability to climate-related extreme events and other economic, social and environmental shocks and disasters
1.a	ensure significant mobilization of resources from a variety of sources, including through enhanced development cooperation to provide adequate and predictable means for developing countries, in particular LDCs, to implement programmes and policies to end poverty in all its dimensions
1.b	create sound policy frameworks, at national, regional and international levels, based on pro-poor and gender-sensitive development strategies to support accelerated investments in poverty eradication actions
Proposed goal 2. End hunger, achieve food security and improved nutrition, and promote sustainable agriculture	
2.1	by 2030 end hunger and ensure access by all people, in particular the poor and people in vulnerable situations including infants, to safe, nutritious and sufficient food all year round
2.2	by 2030 end all forms of malnutrition, including achieving by 2025 the internationally agreed targets on stunting and wasting in children under five years of age, and address the nutritional needs of adolescent girls, pregnant and lactating women, and older persons
2.3	by 2030 double the agricultural productivity and the incomes of small-scale food producers, particularly women, indigenous peoples, family farmers, pastoralists and fishers, including through secure and equal access to land, other productive resources and inputs, knowledge, financial services, markets, and opportunities for value addition and non-farm employment
Legend: PHENOMENAL GOOD FAIR POOR UNCERTAIN	

Fonte: CCC, 2014, p.10

A Figura 9 apresenta um sumário das ações e os respectivos retornos por dólar investido para os temas: comércio (*Trade*), igualdade de gênero (*Gender*), fluxos financeiros ilícitos (*Illicit financial flows*), saúde (*Health*), população e demografia (*Population & Demography*), segurança alimentar e nutrição (*Food Security and Nutrition*) e educação.

Figura 9 – Ações listadas pelo CCC no *Post-2015 Consensus* (parte 1)

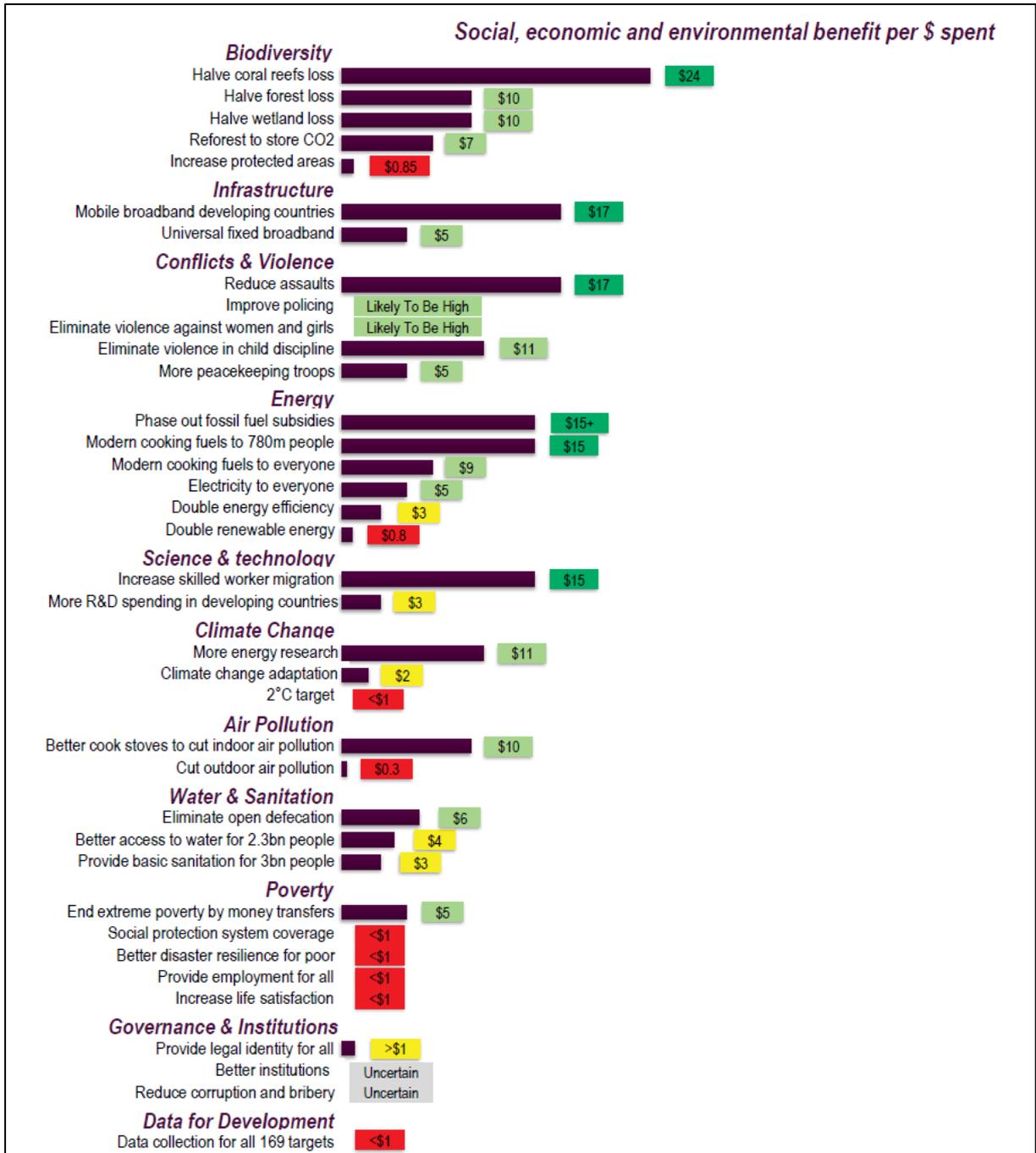


Fonte: CCC. 2018-2

As mesmas informações são apresentadas na Figura 10 para as ações dos temas: biodiversidade (*Biodiversity*), infraestrutura (*Infrastructure*), conflitos e violência (*Conflicts & Violence*), energia (*Energy*), ciência e tecnologia (*Science & technology*), mudanças climáticas (*Climate Change*), poluição do ar (*Air Pollution*), água e saneamento (*Water &*

Sanitation), pobreza (*Poverty*), governança e instituições (*Governance & Institutions*) e dados para o desenvolvimento (*Data for Development*).

Figura 10 – Ações listadas pelo CCC no Post-2015 Consensus (parte 2)



Fonte: CCC, 2018-2

Levando em conta que algumas metas geram benefícios muito maiores que outras por dólar investido, a equipe do *Post-2015 Consensus* elaborou também uma lista contendo 19 “metas inteligentes” (*smart targets*, no original em inglês), defendendo a ideia de que se a ONU se concentrasse nelas, conseguiria de US\$20 a US\$40 em benefícios sociais por dólar

investido, enquanto investindo igualmente nas 169 metas reduziria este retorno a menos de US\$10 por dólar. As 19 metas estão agrupadas em três grandes temas – Pessoas, Planeta e Prosperidade –, conforme listadas a seguir:

- a) Pessoas: reduzir a desnutrição infantil crônica em 40%; reduzir à metade a infecção por malária; reduzir as mortes por tuberculose em 90%; evitar 1,1 milhão de infecções por HIV utilizando a circuncisão; reduzir 1/3 das mortes precoces por doenças crônicas; reduzir a mortalidade de recém-nascidos em 70%; eliminar a violência contra mulheres e meninas; aumentar a imunização para reduzir a mortalidade infantil em 25%; e tornar o planejamento familiar disponível para todos.
- b) Planeta: acabar com os subsídios a combustíveis fósseis; reduzir à metade as perdas de recifes de corais; taxar danos advindos da poluição ligada à energia; e reduzir em 20% a poluição interior.
- c) Prosperidade: reduzir as restrições ao comércio; melhorar a igualdade de gênero em propriedade; negócios e política; impulsionar o crescimento do rendimento agrícola em 40%; aumentar a educação de meninas em dois anos; alcançar educação primária universal na África Subsaariana; e triplicar a pré-escola na África Subsaariana.

Lomborg (2015) ressalta que esta lista de metas não irá resolver todos os problemas do mundo, assim como qualquer outra lista que esteja sujeita a orçamentos realistas. O autor reforça que os governos devem deixar de lado a gratificação instantânea de prometer tudo a todos e ao invés disso focar em escolher os “objetivos de desenvolvimento inteligentes” (*smart development goals*, no original em inglês).

2.10 Conclusão

A crescente desigualdade global constatada nas últimas décadas é um dos maiores desafios para a humanidade e motivo de grande preocupação pela comunidade internacional. Além dos problemas sociais que causa, representa também uma ameaça ao modelo de crescimento econômico vigente, na medida em que gera nas camadas menos favorecidas um sentimento de descontentamento, reduz a demanda de consumo e fomenta investimentos de alto risco, cujas consequências podem atingir proporções mundiais.

O engajamento da ONU e suas agências no combate à pobreza e à desigualdade ganhou força no início do milênio com os ODM (compostos por oito objetivos e 21 metas

associadas), que vigoraram até 2015, produzindo bons resultados. Ainda que este sucesso não tenha sido integralmente devido aos ODM, mas também a uma série de outras conjunturas favoráveis globais, como o crescimento econômico acelerado da China no período, foram observadas significativas reduções em índices globais como extrema pobreza, fome, crianças fora da escola e mortalidade infantil.

A Agenda 2030, que sucedeu os ODM a partir de 2016, é composta por 17 ODS e 169 metas associadas, representando uma ambição muito maior para ser atingida em igual prazo de 15 anos. Isto evidencia o papel fundamental das parcerias preconizadas pelo ODS 17. O Pacto Global das Nações Unidas tem atuado em diversas frentes para estimular as empresas a tomarem ações que ajudem a avançar os ODS, dentre elas a disponibilização do BBL, um guia que apresenta sugestões de possíveis ações e orientações de como implementá-las. Entretanto, essas ações são apresentadas qualitativamente, sem nenhum tipo de parâmetro de relação custo/benefício esperada que possa auxiliar as empresas e investidores na tomada de decisão. Esta é uma questão que o Copenhagen Consensus Center (CCC) aborda no *Post-2015 Consensus*, sugerindo a priorização das metas dos ODS com base em uma relação de retorno por dólar investido, embora o retorno, nesse caso, seja o benefício para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

O próximo capítulo tem por objetivo analisar as ações listadas pelo CCC no *Post-2015 Consensus*, com o intuito de selecionar aquelas que podem ser executadas por empresas.

3 SELEÇÃO DAS AÇÕES LISTADAS NO *POST-2015 CONSENSUS* QUE PODEM SER EXECUTADAS POR EMPRESAS

There is no silver bullet for sustainable development. A number of factors have to come together to improve the lot of the world's poorest, and that's why the economic analysis we are promoting is so important. There are always constraints on money and trained people, and analysing the costs and benefits can help to make sure limited resources are focussed on key priorities which, taken together, are likely to do the most good.
(LOMBORG, 2015)

3.1 Introdução

Este capítulo inicia-se pela definição dos critérios utilizados na seleção das ações listadas no *Post-2015 Consensus* que podem ser executadas por empresas. Em seguida, são apresentados os resultados da seleção através da aplicação dos critérios definidos.

3.2 Critérios de seleção das ações

Para uma parte das ações listadas, o *Post-2015 Consensus* fornece apenas avaliações qualitativas de benefício: Incerto (*Uncertain*), Baixo (*Low*), Provavelmente Baixo (*Likely To Be Low*) e Provavelmente Alto (*Likely To Be High*). Para as demais, o benefício é avaliado quantitativamente, em termos de retorno por dólar investido, com valores abaixo de US\$ 1 até cerca de US\$ 2 mil.

Para efeito deste trabalho, as ações que possuem apenas avaliações qualitativas foram desconsideradas. Das que possuem avaliações quantitativas, foram consideradas aquelas cujo retorno estimado é 10 ou mais vezes maior que o valor investido.

3.3 Resultados da seleção

No total, são listadas 76 ações no *Post-2015 Consensus* (ver Figura 9 e Figura 10 na seção 2.9), das quais foram consideradas as 30 ações (cerca de 40%) que possuem avaliações quantitativas. Este primeiro filtro contemplou todas as ações classificadas pelo CCC como “fenomenais” e parte das classificadas como “boas”. Dessas 30, foram selecionadas 24 (80%), identificadas como passíveis de execução por empresas. A análise das outras 6, listadas abaixo, mostrou que elas não poderiam ser atingidas por iniciativa das empresas, pois dependem de políticas públicas e, em alguns casos, acordos internacionais na esfera diplomática. São elas:

- a) Reduzir restrições ao comércio mundial (*Reduce world trade restrictions*);

- b) Comércio regional mais livre na Ásia e Pacífico (*Freer Regional Asia Pacific trade*);
- c) Tornar públicas as informações de beneficiários (*Make beneficial ownership info public*);
- d) Aumentar os preços do tabaco em 125% (*Increase tobacco prices 125%*);
- e) Mais gastos com saúde para 1 bilhão das pessoas mais pobres (*More health spending for 1bn poorest*);
- f) Eliminar gradativamente os subsídios dos combustíveis fósseis (*Phase out fossil fuel subsidies*).

Como resultado final da aplicação dos critérios de seleção descritos, os temas comércio, fluxos financeiros ilícitos, água e saneamento, pobreza, governança e instituições e dados para o desenvolvimento não tiveram nenhuma ação selecionada. O Quadro 4 sumariza o número de ações de cada tema consideradas em cada etapa do processo de seleção, apresentando também os totais e percentuais absolutos e relativos.

Quadro 4 – Número de ações por tema em cada etapa do processo de seleção

Tema	Número de ações	Benefício quantitativo > US\$ 10	Aplicáveis a empresas
Comércio	2	2	-
Igualdade de Gênero	7	1	1
Fluxos Financeiros Ilícitos	3	1	-
Saúde	13	10	8
População e Demografia	5	1	1
Segurança Alimentar e Nutrição	3	3	3
Educação	6	1	1
Biodiversidade	5	3	3
Infraestrutura	2	1	1
Conflitos e Violência	5	2	2
Energia	6	2	1
Ciência e Tecnologia	2	1	1
Mudanças Climáticas	3	1	1
Poluição do Ar	2	1	1
Água e Saneamento	3	-	-
Pobreza	5	-	-
Governança o Instituições	3	-	-
Dados para o Desenvolvimento	1	-	-
Total	76	30	24
Percentual considerado em relação à etapa anterior	-	39,5%	80,0%
Percentual do Total	100%	39,5%	31,6%

Fonte: Elaborado pelo autor

3.4 Conclusão

No total, o *Post-2015 Consensus* lista 76 ações, das quais 30 (cerca de 40%) possuem retorno quantitativo 10 ou mais vezes maior que o valor investido e foram consideradas. Uma vez que 6 delas dependem de políticas públicas ou acordos internacionais, a análise resultou em 24 ações selecionadas (80%, ou cerca de 32% do total) para aplicação do modelo proposto no BBL, o que será feita no próximo capítulo.

4 APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO NO BBL ÀS AÇÕES SELECIONADAS

4.1 Introdução

Neste capítulo, aplica-se o modelo proposto no BBL pelo Pacto Global às ações do *Post-2015 Consensus* selecionadas no capítulo anterior, gerando novas ações com os respectivos exemplos, ou novos exemplos em ações existentes.

4.2 Definição da forma de integração de cada ação ao BBL

A partir das descrições detalhadas das ações em Lomborg (2015) e da comparação com as ações do BBL, foi feita, para cada ação selecionada, uma análise para decidir se deveria ser criada uma nova ação com seus respectivos exemplos ou se deveria ser incluída como exemplo em alguma ação correspondente no BBL. Os resultados desta análise estão sumarizados no Quadro 5, que apresenta os nomes (em tradução livre) e retorno das ações selecionadas do *Post-2015 Consensus*, além das ações correspondentes no BBL, com o respectivo ODS.

Quadro 5 – Cruzamento entre as ações selecionadas do Post-2015 Consensus e as ações do BBL

<i>Post-2015 Consensus</i>		BBL			
Tema	Ação	Retorno para cada US\$ 1 investido	ODS	Novas Ações e Exemplos	Novos Exemplos em Ações Existentes
Igualdade de Gênero	Acesso universal a métodos contraceptivos	\$120	ODS 5	Ação 5	-
	Terapia com aspirina para ataque cardíaco	\$63	ODS 3	Ação 4	-
Saúde	Imunização expandida	\$60	ODS 3	Ação 4	-
	Medicação de pressão sanguínea alta	\$47	ODS 3	-	Ação 1
	Reduzir as mortes por tuberculose em 95%	\$43	ODS 3	Ação 4	-
	Reduzir a ingestão de sal em 30%	\$39	ODS 3	-	Ações 1 e 2
	Reduzir à metade a infecção por malária	\$36	ODS 3	Ação 4	-
	Mais circuncisões masculinas contra o HIV	\$28	ODS 3	Ação 4	-

	Dobrar a medicação para HIV para os doentes mais graves	\$10	ODS 3	Ação 4	-
População e Demografia	Permitir mais migrações	\$45+	ODS 8	Ação 5	-
	Reduzir a subnutrição infantil	\$45	ODS 2	Ação 4	-
Segurança Alimentar e Nutrição	Pesquisas para aumentar o rendimento agropecuário	\$34	ODS 2	Ação 5	-
	Reduzir as perdas de alimentos com estradas e eletricidade	\$14	ODS 9	Ação 5	-
Educação	Triplicar a pré-escola na África Subsaariana	\$33	ODS 4	Ação 5	-
	Reduzir à metade as perdas de recifes de corais	\$24	ODS 14	Ação 5	
Biodiversidade	Reduzir à metade as perdas de florestas	\$10	ODS 15	-	Ações 1 e 3
	Reduzir à metade as perdas de terras alagadiças	\$10	ODS 15	-	Ações 1 e 3
Infraestrutura	Banda larga móvel nos países em desenvolvimento	\$17	ODS 9	Ação 6	-
	Reduzir a agressão sexual contra mulheres	\$17	ODS 5	Ação 6	-
Conflitos e Violência	Eliminar a violência como forma de disciplinar crianças	\$11	ODS 16	Ação 4	-
Energia	Combustíveis de cocção modernos para 780 milhões de pessoas	\$15	ODS 7	Ação 4	-
Ciência e Tecnologia	Aumentar a migração de trabalhadores qualificados	\$15	ODS 8	-	Ação 5
Mudanças Climáticas	Mais pesquisas energéticas	\$11	ODS 13	Ação 5	-
Poluição do Ar	Melhores fogões para reduzir a poluição dentro de casa	\$10	ODS 3	-	Ação 3

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 Aplicação do modelo às ações selecionadas

Para se aplicar o modelo proposto no BBL, utilizou-se o mesmo formato em que as ações são apresentadas no material disponibilizado no *website* do Pacto Global, exemplificado na Figura 11. A barra superior traz o número (neste caso, 2) e o título da ação. Logo abaixo, um texto descreve brevemente de que se trata a ideia por trás da ação, de modo a justificar sua relevância para o contexto do ODS em questão (neste caso, ODS 14). Mais abaixo, são listados alguns exemplos práticos de como empresas de setores variados podem implementar a ação em seu ambiente de negócios.

Figura 11 – Exemplo de formato de ação apresentada no BBL para o ODS 14

BLUEPRINT FOR BUSINESS LEADERSHIP ON THE SDGS 138

14 LIFE BELOW WATER

BUSINESS ACTION 2
Research, develop, and deploy products, services, and business models which negate impacts on ocean ecosystems and contribute to their restoration

All companies have a responsibility to ensure that their existing products and services minimize impact on ocean ecosystems. Leading companies go beyond this and leverage their innovation capabilities to deliver solutions that negate impacts and/or contribute to the restoration of ocean ecosystems. This can comprise new products and services with much improved environmental performance, such as sustainable fisheries technologies or alternatives for fertilizers and other products for agricultural use that cause polluting run-off. It can also include business models that fundamentally alter the pressures on ocean ecosystems, such as alternatives for fish protein intake. These innovations can have applications throughout the value chain, from agricultural and the extraction of basic materials, through to consumption of products and services.

Example practice

- A shoe company **designs a 3D printed shoe made entirely from recycled ocean debris** and markets it to raise awareness around ocean pollution
- A fishing equipment manufacturer **designs and markets a zero bycatch ocean fishing net** which includes lighted rings that allow small ocean life to escape nets intended to capture large fish
- A fertilising company **develops a phosphorus-free lawn fertiliser** that reduces nutrient runoff causing eutrophication in oceans and freshwater

Consider the leadership qualities and interconnectedness of your action, including...

Ambition: ambitious innovations transform high impact activities into zero impact or restorative activities. They are affordable and accessible, so that other stakeholders can replicate them.

Accountability: developing and adopting new products, services, and business models can cause major shifts in economic activity with risks of negative impacts on local communities and other stakeholders. These risks should be managed, with adequate safeguards in place.

Interconnectedness: research & development progresses innovation (Goal 9) and sustainable production (Goal 12). Healthy oceans, seas, and marine resources are closely interlinked with, and contribute to, climate action (Goal 13) and life on land (Goal 15). As they underpin livelihoods, they contribute to people-focused sdgs.

Fonte: CCC, 2018-2

De modo a permitir sua inclusão neste trabalho, os textos foram elaborados em português. No caso das ações que foram incluídas como exemplos em ações pré-existentes do BBL, a folha da ação original em inglês foi previamente traduzida para português. O material gerado – novas ações com os respectivos exemplos, ou novos exemplos em ações existentes – encontra-se disponível também na íntegra em inglês no APÊNDICE A. Isto foi feito com o intuito de facilitar a análise e eventual integração efetiva dessas ações e exemplos no BBL pelo Pacto Global.

O Quadro 6 sumariza o número de ações e exemplos pré-existentes no BBL e o número de ações e exemplos gerados para cada ODS, apresentando também os totais e percentuais que os itens acrescentados representam.

Quadro 6 – Número de ações e exemplos pré-existentes no BBL e gerados

ODS	Número de ações	Exemplos em ações existentes	Novas ações	Exemplos em novas ações	Novos exemplos em ações existentes
ODS 1	4	13	-	-	-
ODS 2	3	12	2	6	-
ODS 3	3	12	1	3	4
ODS 4	4	13	1	3	-
ODS 5	4	19	2	7	-
ODS 6	3	10	-	-	-
ODS 7	3	9	1	2	-
ODS 8	4	14	1	3	-
ODS 9	4	12	2	6	-
ODS 10	4	16	-	-	-
ODS 11	3	9	-	-	-
ODS 12	4	13	-	-	-
ODS 13	4	10	1	4	-
ODS 14	4	10	1	3	-
ODS 15	4	14	-	-	4
ODS 16	3	8	1	3	-
ODS 17	5	15	-	-	-
Total	63	209	13	40	8
	Percentual acrescentado:		20,6%		23,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

De modo a assegurar uma boa legibilidade, os textos elaborados são apresentados no corpo do documento, e o material elaborado conforme o formato do BBL é reproduzido em seguida, como figura.

4.3.1 ODS 2 - Ação 4

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Reduzir a subnutrição infantil” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Combater a desnutrição infantil

Estudos indicam que a desnutrição infantil prejudica não apenas o desenvolvimento físico, como também as capacidades cognitivas dos indivíduos. Crianças desnutridas têm pior desempenho na escola e tendem a ser mais pobres na vida adulta. Economistas estimam que cada dólar investido em nutrição infantil em países de baixa e média renda pode resultar em **um benefício até 45 vezes maior**. Empresas podem usar sua capacidade de produção e logística e explorar a credibilidade de suas marcas para realizar ações em prol da nutrição infantil, gerando um ciclo virtuoso de adultos que podem contribuir mais para o crescimento econômico de seus países e criar filhos bem-nutridos e saudáveis.

Exemplos:

- a) uma empresa global de alimentos e bebidas **realiza uma campanha mundial para engajar seus consumidores**, destinando, para cada produto vendido, uma doação de alimento para populações carentes, por meio de parcerias com escolas públicas, ONGs, instituições religiosas e forças armadas;
- b) uma empresa de transporte em massa **realiza uma campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis** e utiliza sua própria infraestrutura logística para capilarizar a distribuição em regiões periféricas dos centros urbanos;
- c) um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização sobre a importância da boa nutrição infantil**, ressaltando os danos que sua falta pode causar na vida adulta, com impactos até mesmo na economia do país.

A Figura 12 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 12 – ODS 2 - Ação 4: Combater a desnutrição infantil

2
 FOME ZERO E
 AGRICULTURA
 SUSTENTÁVEL


AÇÃO EMPRESARIAL 4

Combater a desnutrição infantil



Estudos indicam que a desnutrição infantil prejudica não apenas o desenvolvimento físico, como também as capacidades cognitivas dos indivíduos. Crianças desnutridas têm pior desempenho na escola e tendem a ser mais pobres na vida adulta. Economistas estimam que cada dólar investido em nutrição infantil em países de baixa e média renda pode resultar em **um benefício até 45 vezes maior**. Empresas podem usar sua capacidade de produção e logística e explorar a credibilidade de suas marcas para realizar ações em prol da nutrição infantil, gerando um ciclo virtuoso de adultos que podem contribuir mais para o crescimento econômico de seus países e criar filhos bem-nutridos e saudáveis.

Exemplos

- Uma empresa global de alimentos e bebidas **realiza uma campanha mundial para engajar seus consumidores**, destinando, para cada produto vendido, uma doação de alimento para populações carentes, através de parcerias com escolas públicas, ONGs, instituições religiosas e forças armadas
- Uma empresa de transporte em massa **realiza uma campanha de arrecadação de alimentos não-percíveis** e utiliza sua própria infraestrutura logística para capilarizar a distribuição em regiões periféricas dos centros urbanos
- Um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização sobre a importância da boa nutrição infantil**, ressaltando os danos que sua falta pode causar na vida adulta, com impactos até mesmo na economia do país

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.2 ODS 2 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Pesquisas para aumentar o rendimento agropecuário” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento para aumentar a eficiência da produção agropecuária

As perspectivas de crescimento da população mundial e o surgimento de uma nova classe média farão a demanda por alimentos duplicar até 2050, agravando uma situação já precária nos dias de hoje, em que mais de 800 milhões de pessoas sofrem os efeitos da fome. Economistas sugerem que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento para o aumento da eficiência da produção agropecuária pode ser até três vezes mais eficaz do que combater o desperdício de alimentos, **em uma proporção de 34 dólares para cada dólar investido**. Empresas podem focar seus investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no setor agropecuário, firmando parcerias com universidades e centros de pesquisa, além de universalizar o conhecimento para que possa ser aproveitado em escala global.

Exemplos:

- a) uma empresa do setor de aprimoramento genético de sementes **doa (ou fornece a preços reduzidos) seus produtos aos países com populações mais necessitadas, podendo também transferir sua tecnologia gratuitamente** para possibilitar a produção local;
- b) uma empresa **financia pesquisas para desenvolvimento de técnicas agropecuárias voltadas a regiões específicas**, fomentando a produção de alimentos adaptados às condições climáticas e de solo locais;
- c) uma empresa de tecnologia agrícola **investe em um projeto de fazenda vertical de baixo custo** que possa ser facilmente implantado em países em desenvolvimento, contemplando o descritivo do projeto e tutoriais de fácil compreensão.

A Figura 13 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 13 – ODS 2 - Ação 5: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento para aumentar a eficiência da produção agropecuária



2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

AÇÃO EMPRESARIAL 5
Investir em Pesquisa e Desenvolvimento para aumentar a eficiência da produção agropecuária

>>

As perspectivas de crescimento da população mundial e o surgimento de uma nova classe média farão a demanda por alimentos duplicar até 2050, agravando uma situação já precária nos dias de hoje, em que mais de 800 milhões de pessoas sofrem os efeitos da fome. Economistas sugerem que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento para o aumento da eficiência da produção agropecuária pode ser até três vezes mais eficaz do que combater o desperdício de alimentos, **em uma proporção de 34 dólares para cada dólar investido**. Empresas podem focar seus investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no setor agropecuário, firmando parcerias com universidades e centros de pesquisa, além de universalizar o conhecimento para que possa ser aproveitado em escala global.

Exemplos

- Uma empresa do setor de aprimoramento genético de sementes **doa (ou fornece a preços reduzidos) seus produtos aos países com populações mais necessitadas**, podendo também **transferir sua tecnologia gratuitamente** para possibilitar a produção local
- Uma empresa **financia pesquisas para desenvolvimento de técnicas agropecuárias voltadas a regiões específicas**, fomentando a produção de alimentos adaptados às condições climáticas e de solo locais
- Uma empresa de tecnologia agrícola **investe em um projeto de fazenda vertical de baixo custo** que possa ser facilmente implantado em países em desenvolvimento, contemplando o descritivo do projeto e tutoriais de fácil compreensão

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.3 ODS 3 - Ação 1

Esta ação pré-existente no BBL foi traduzida e adaptada para incluir, sob a forma de dois novos exemplos, as ações “Medicação de pressão sanguínea alta” e “Reduzir a ingestão de sal em 30%” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Garantir os melhores resultados de saúde possíveis para funcionários e comunidades vizinhas em todas as operações próprias e da cadeia de suprimentos

As empresas têm um impacto na saúde de seus funcionários e nas operações da cadeia de suprimentos, assim como nas comunidades vizinhas, inclusive no que se refere a poluição, descarte de lixo e segurança de saúde e ocupacional. Assim, têm a responsabilidade de respeitar a saúde como um direito humano, cumprindo as leis pertinentes e os padrões sociais e ambientais, e de monitorar os resultados de saúde. Como os níveis mais elevados de sindicalização correspondem a menos ferimentos e fatalidades no local de trabalho, as empresas devem garantir a liberdade de associação a seus trabalhadores. Empresas líderes definiram novos padrões para melhorar os resultados de saúde que podem inspirar outras a agir e a usar sua influência para melhorar as práticas em diversas camadas de suas cadeias de suprimentos. Isso pode incluir a implementação de padrões de saúde ocupacional e segurança e exigir padrões semelhantes de fornecedores estratégicos, trabalhando com eles para compreender e abordar os desafios de saúde enfrentados pelas comunidades locais em que elas atuam. Também pode ser uma ação para evitar qualquer impacto para a saúde do descarte e tratamento de lixo potencialmente perigoso em todas as operações de ponta a ponta. As empresas podem liderar ao fornecer ampla cobertura de saúde em todas as suas operações e trabalhar com os fornecedores para aumentar sua capacidade de fazer o mesmo.

Exemplos:

- a) [Novo] uma montadora de veículos **cria um programa voltado aos funcionários diagnosticados com hipertensão** nos exames periódicos de saúde ocupacional, realizando o acompanhamento médico e fornecendo gratuitamente medicamentos de controle de pressão;
- b) [Novo] uma empresa petroquímica global **realiza uma campanha de conscientização para sua força de trabalho** ressaltando a importância da redução da ingestão de sal e **reduz em 30% o sal utilizado no preparo das refeições** servidas em seus restaurantes industriais;

- c) um fabricante de roupas associa-se a pares e outros interessados para criar um acordo independente, legalmente compulsório, com sindicatos, o Acordo sobre Segurança em Edifícios e Contra Incêndio em Bangladesh, destinado a criar uma indústria de confecções saudável e segura. Seu objetivo é **permitir um ambiente de trabalho em que nenhum trabalhador precise temer incêndios, desmoronamento de prédios ou outros acidentes que podem ser evitados com medidas razoáveis de saúde e segurança;**
- d) um fabricante de roupas **estabelece a exigência de que seus principais fornecedores integrem programas de bem-estar dos trabalhadores a suas operações industriais;** isso melhora a saúde mental e física dos trabalhadores e também cria um ambiente de trabalho mais produtivo e equilibrado;
- e) uma consultoria **oferece serviços de saúde mental gratuitos a seus empregados** para identificar e tomar medidas corretivas precoces contra problemas de saúde mental.
- f) um fabricante de equipamentos e roupas para uso ao ar livre audita seu processo de produção, assumindo a responsabilidade por todo o ciclo de vida de seus produtos a fim de **limitar as atividades poluentes que podem impactar negativamente a saúde humana.**

A Figura 17 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 14 – ODS 3 - Ação 1: Garantir os melhores resultados de saúde possíveis para funcionários e comunidades vizinhas em todas as operações próprias e da cadeia de suprimentos



3 SAÚDE E BEM-ESTAR

AÇÃO EMPRESARIAL 1
Garantir os melhores resultados de saúde possíveis para funcionários e comunidades vizinhas em todas as operações próprias e da cadeia de suprimentos

>>

As empresas têm um impacto na saúde de seus funcionários e nas operações da cadeia de suprimentos, assim como nas comunidades vizinhas, inclusive no que se refere a poluição, descarte de lixo e segurança de saúde e ocupacional. Assim, têm a responsabilidade de respeitar a saúde como um direito humano, cumprindo as leis pertinentes e os padrões sociais e ambientais, e de monitorar os resultados de saúde. Como os níveis mais elevados de sindicalização correspondem a menos ferimentos e fatalidades no local de trabalho, as empresas devem garantir a liberdade de associação a seus trabalhadores. Empresas líderes definiram novos padrões para melhorar os resultados de saúde que podem inspirar outras a agir e a usar sua influência para melhorar as práticas em diversas camadas de suas cadeias de suprimentos. Isso pode incluir a implementação de padrões de saúde ocupacional e segurança e exigir padrões semelhantes de fornecedores estratégicos, trabalhando com eles para compreender e abordar os desafios de saúde enfrentados pelas comunidades locais em que elas atuam. Também pode ser uma ação para evitar qualquer impacto para a saúde do descarte e tratamento de lixo potencialmente perigoso em todas as operações de ponta a ponta. As empresas podem liderar ao fornecer ampla cobertura de saúde em todas as suas operações e trabalhar com os fornecedores para aumentar sua capacidade de fazer o mesmo.

Exemplos

- Uma montadora de veículos **cria um programa voltado aos funcionários diagnosticados com hipertensão** nos exames periódicos de saúde ocupacional, realizando o acompanhamento médico e fornecendo gratuitamente medicamentos de controle de pressão
- Uma empresa petroquímica global **realiza uma campanha de conscientização para sua força de trabalho** ressaltando a importância da redução da ingestão de sal e **reduz em 30% o sal utilizado no preparo das refeições** servidas em seus restaurantes industriais
- Um fabricante de roupas associa-se a pares e outros interessados para criar um acordo independente, legalmente compulsório, com sindicatos, o Acordo sobre Segurança em Edifícios e Contra Incêndio em Bangladesh, destinado a criar uma indústria de confecções saudável e segura. Seu objetivo é **permitir um ambiente de trabalho em que nenhum trabalhador precise temer incêndios, desmoronamento de prédios ou outros acidentes que podem ser evitados com medidas razoáveis de saúde e segurança**
- Um fabricante de roupas **estabelece a exigência de que seus principais fornecedores integrem programas de bem-estar dos trabalhadores a suas operações industriais**; isso melhora a saúde mental e física dos trabalhadores e também cria um ambiente de trabalho mais produtivo e equilibrado
- Uma consultoria **oferece serviços de saúde mental gratuitos a seus empregados** para identificar e tomar medidas corretivas precoces contra problemas de saúde mental
- Um fabricante de equipamentos e roupas para uso ao ar livre **audita seu processo de produção, assumindo a responsabilidade por todo o ciclo de vida de seus produtos a fim de limitar as atividades poluentes que podem impactar negativamente a saúde humana**

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.4 ODS 3 - Ação 2

Esta ação pré-existente no BBL foi traduzida e adaptada para incluir, sob a forma de um novo exemplo, a ação “Reduzir a ingestão de sal em 30%” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Pesquisar, desenvolver e utilizar produtos, serviços e modelos empresariais para ter melhores resultados de saúde

As empresas têm um grande impacto na saúde e no bem-estar pelo modo como seus produtos e serviços são usados e consumidos, devendo portanto garantir que estes atendam todos os padrões relevantes e que haja processos implementados para garantir a segurança e o uso adequado de produtos e de entrega de serviços. Por exemplo, empresas de seguro-saúde podem direcionar esforços para prescrever adequadamente antibióticos e eliminar tratamentos desnecessários que gastam recursos e levam a complicações de saúde desnecessárias. Todas as empresas deveriam ter sistemas para compreender, monitorar e reduzir os riscos à saúde relacionados a seus produtos e serviços. As companhias líderes pesquisam, desenvolvem e empregam produtos, serviços e modelos de negócios que melhoram os resultados de saúde ao minimizar os impactos negativos sobre a saúde e intensificar os impactos positivos, com um enfoque especial a grupos menos favorecidos e populações mal servidas em todo o mundo. Elas podem aproveitar suas capacidades de inovar e trazer novos medicamentos e modelos de prestação de serviços de saúde às regiões mal servidas. Podem ainda criar e comercializar alimentos e bebidas que melhoram os resultados de saúde. Essas ações têm um grande potencial de ser realizadas em parcerias público-privadas, em que os governos assumem o papel central na melhora dos padrões de saúde dos cidadãos.

Exemplos:

- a) [Novo] uma cadeia de lanchonetes **realiza uma campanha de conscientização para seu público** ressaltando a importância da redução da ingestão de sal e **reduz em 30% o sal utilizado no preparo das refeições** servidas em seus restaurantes;
- b) uma empresa de saúde e nutrição investe em uma fábrica em Ruanda para **produzir alimentos fortificados que beneficiam a nutrição materna e infantil**, produzindo melhores resultados de saúde para mães e filhos e abordando a questão do desenvolvimento infantil;
- c) uma firma **desenvolve próteses de membros de alta tecnologia que são vendidos por preços acessíveis** e permitem sua adoção em comunidades de baixa renda;

- d) uma empresa de TI **cria um aplicativo para celular que conecta pessoas cegas ou com deficiência visual a cuidadores** em todo o mundo por meio de vídeo ao vivo, para melhor se locomover e evitar potenciais acidentes;
- e) uma empresa farmacêutica **lança um modelo empresarial misto que aceita retornos em prazo mais longo para certas áreas do negócio**. A Unidade de Países em Desenvolvimento e Acesso ao Mercado combina objetivos sociais e financeiros, com gerentes dos países incentivados de acordo com o volume de remédios distribuídos, mais que o mero lucro obtido;
- f) por meio de uma parceria público-privada, uma companhia internacional de telecomunicações que trabalha com a UNICEF e o governo local **desenvolve um aplicativo gratuito e de fonte aberta para celular, que ajuda os cidadãos a identificarem o centro de saúde pública mais próximo e comunicarem-se com médicos e paramédicos**, especialmente em casos de emergência.

A Figura 15 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 15 – ODS 3 - Ação 2: Pesquisar, desenvolver e utilizar produtos, serviços e modelos empresariais para ter melhores resultados de saúde

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



AÇÃO EMPRESARIAL 2
Pesquisar, desenvolver e utilizar produtos, serviços e modelos empresariais para ter melhores resultados de saúde

>>

As empresas têm um grande impacto na saúde e no bem-estar pelo modo como seus produtos e serviços são usados e consumidos, devendo portanto garantir que estes atendam todos os padrões relevantes e que haja processos implementados para garantir a segurança e o uso adequado de produtos e de entrega de serviços. Por exemplo, empresas de seguro-saúde podem direcionar esforços para prescrever adequadamente antibióticos e eliminar tratamentos desnecessários que gastam recursos e levam a complicações de saúde desnecessárias. Todas as empresas deveriam ter sistemas para compreender, monitorar e reduzir os riscos à saúde relacionados a seus produtos e serviços. As companhias líderes pesquisam, desenvolvem e empregam produtos, serviços e modelos de negócios que melhoram os resultados de saúde ao minimizar os impactos negativos sobre a saúde e intensificar os impactos positivos, com um enfoque especial a grupos menos favorecidos e populações mal servidas em todo o mundo. Elas podem aproveitar suas capacidades de inovar e trazer novos medicamentos e modelos de prestação de serviços de saúde às regiões mal servidas. Podem ainda criar e comercializar alimentos e bebidas que melhoram os resultados de saúde. Essas ações têm um grande potencial de ser realizadas em parcerias público-privadas, em que os governos assumem o papel central na melhora dos padrões de saúde dos cidadãos.

Exemplos

- Uma cadeia de lanchonetes **realiza uma campanha de conscientização para seu público** ressaltando a importância da redução da ingestão de sal e **reduz em 30% o sal utilizado no preparo das refeições** servidas em seus restaurantes
- Uma empresa de saúde e nutrição investe em uma fábrica em Ruanda para **produzir alimentos fortificados que beneficiam a nutrição materna e infantil**, produzindo melhores resultados de saúde para mães e filhos e abordando a questão do desenvolvimento infantil
- Uma firma **desenvolve próteses de membros de alta tecnologia que são vendidos por preços acessíveis** e permitem sua adoção em comunidades de baixa renda
- Uma empresa de TI **cria um aplicativo para celular que conecta pessoas cegas ou com deficiência visual a cuidadores** em todo o mundo por meio de vídeo ao vivo, para melhor se locomover e evitar potenciais acidentes
- Uma empresa farmacêutica **lança um modelo empresarial misto que aceita retornos em prazo mais longo para certas áreas do negócio**. A Unidade de Países em Desenvolvimento e Acesso ao Mercado combina objetivos sociais e financeiros, com gerentes dos países incentivados de acordo com o volume de remédios distribuídos, mais que o mero lucro obtido
- Por meio de uma parceria público-privada, uma companhia internacional de telecomunicações que trabalha com a UNICEF e o governo local **desenvolve um aplicativo para celular gratuito, de fonte aberta, que ajuda os cidadãos a identificarem o centro de saúde pública mais próximo e comunicarem-se com médicos e paramédicos**, especialmente em casos de emergência

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.5 ODS 3 - Ação 3

Esta ação pré-existente no BBL foi traduzida e adaptada para incluir, sob a forma de um novo exemplo, a ação “Melhores fogões para reduzir a poluição dentro de casa” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Liderar iniciativas de múltiplas partes interessadas que estimulam comportamentos saudáveis e melhoram o acesso a tratamentos de saúde

As empresas possuem recursos críticos, competências e tecnologias de que podem tirar proveito por meio de seu poder congregador em torno de parcerias entre múltiplos interessados visando a melhores resultados na saúde. A liderança nessas parcerias pode unir empresas com sua capacidade de entrega e governos com sua necessidade de melhorar a saúde e alcance. Empresas líderes podem apoiar iniciativas para endereçar comportamentos insalubres, como abuso de substâncias e consumo excessivo de alimentos não saudáveis. A liderança das empresas em parcerias com outras partes interessadas é particularmente importante no que se refere a atender a regiões e grupos menos favorecidos, que não têm os recursos adequados, incluindo o acesso a alimentos nutritivos e medicamentos. Intervenções globais na saúde para endereçar suas necessidades exigem capacidade industrial significativa e capacidades de distribuição, que os governos e as organizações internacionais não possuem.

Exemplos:

- a) [Novo] uma empresa de energia, em parceria com autoridades locais, **promove uma campanha de conscientização** dos riscos para a saúde do uso de fogões a lenha em ambientes fechados e **cria um cadastro de famílias carentes para doação de fogões populares e fornecimento regular de botijões de gás a preços subsidiados**;
- b) uma rede de restaurantes **colabora com nutricionistas qualificados para desenvolver uma série de refeições a preços acessíveis, receitas e manuais sobre alimentação saudável e equilibrada**; ela incentiva os consumidores a adotarem um estilo de vida saudável, em que o alimento que elas ingerem tem alto valor nutricional e não se baseia em "exclusões alimentares" arbitrárias;
- c) uma companhia farmacêutica **doou mais de 1 bilhão de tratamentos para o controle e eventual eliminação da oncocercose** nas regiões necessitadas, em parceria com a OMS, o Banco Mundial, ministérios da Saúde e várias ONGs para maximizar o alcance e o impacto;

- d) uma companhia farmacêutica **faz uma parceria com companhias do mesmo ou de outros setores e uma federação nacional de assistência de saúde, com o objetivo de desenvolver novos produtos e modelos de entrega de serviços para melhorar a saúde materna e de recém-nascidos** em um país em desenvolvimento.

A Figura 16 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 16 – ODS 3 - Ação 3: Liderar iniciativas de múltiplas partes interessadas que estimulam comportamentos saudáveis e melhoram o acesso a tratamentos de saúde



3 SAÚDE E BEM-ESTAR

AÇÃO EMPRESARIAL 3
Liderar iniciativas de múltiplas partes interessadas que estimulem comportamentos saudáveis e melhorem o acesso a assistência de saúde

>>

As empresas possuem recursos críticos, competências e tecnologias de que podem tirar proveito por meio de seu poder congregador em torno de parcerias entre múltiplos interessados visando a melhores resultados na saúde. A liderança nessas parcerias pode unir empresas com sua capacidade de entrega e governos com sua necessidade de melhorar a saúde e alcance. Empresas líderes podem apoiar iniciativas para endereçar comportamentos insalubres, como abuso de substâncias e consumo excessivo de alimentos não-saudáveis. A liderança das empresas em parcerias com outras partes interessadas é particularmente importante no que se refere a atender a regiões e grupos menos favorecidos, que não têm os recursos adequados, incluindo o acesso a alimentos nutritivos e medicamentos. Intervenções globais na saúde para endereçar suas necessidades exigem capacidade industrial significativa e capacidades de distribuição, que os governos e as organizações internacionais não possuem.

Exemplos

- Uma empresa de energia, em parceria com autoridades locais, **promove uma campanha de conscientização** dos riscos para a saúde do uso de fogões a lenha em ambientes fechados e **cria um cadastro de famílias carentes para doação de fogões populares e fornecimento regular de botijões de gás a preços subsidiados**
- Uma rede de restaurantes **colabora com nutricionistas qualificados para desenvolver uma série de refeições a preços acessíveis, receitas e manuais sobre alimentação saudável e equilibrada**; ela incentiva os consumidores a adotarem um estilo de vida saudável, em que o alimento que elas ingerem tem alto valor nutricional e não se baseia em "exclusões alimentares" arbitrárias
- Uma companhia farmacêutica **doou mais de 1 bilhão de tratamentos para o controle e eventual eliminação da oncocercose** nas regiões necessitadas, em parceria com a OMS, o Banco Mundial, ministérios da Saúde e várias ONGs para maximizar o alcance e o impacto
- Uma companhia farmacêutica **faz uma parceria com companhias do mesmo ou de outros setores e uma federação nacional de assistência de saúde, com o objetivo de desenvolver novos produtos e modelos de entrega de serviços para melhorar a saúde materna e de recém-nascidos** em um país em desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.6 ODS 3 - Ação 4

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar as ações “Terapia com aspirina para ataque cardíaco”, “Imunização expandida”, “Reduzir as mortes por tuberculose em 95%”, “Reduzir à metade a infecção por malária”, “Mais circuncisões masculinas contra o HIV” e “Dobrar a medicação para HIV para os doentes mais graves” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir em ações de grande impacto: vacinação, doação de remédios e procedimentos de baixa complexidade

Estudos realizados por economistas apontam que, na área da saúde, existem algumas medidas bastante eficazes que proporcionam um benefício muito maior do que o custo para sua implementação:

- a) expandir a cobertura de imunização para incluir a proteção a formas de influenza, pneumonia e disenteria, **reduzindo a mortalidade infantil em 25% (\$60 para cada \$1 investido)**;
- b) fornecer medicação preventiva a populações com alto risco de contrair tuberculose, **evitando 95% das mortes decorrentes desta doença (\$43 para cada \$1 investido)**;
- c) tratar vítimas de malária com artemisinina combinada a dois outros medicamentos **(\$36 para cada \$1 investido)**;
- d) fornecer aspirina a vítimas no estágio inicial de Infarto Agudo do Miocárdio **(\$63 para cada \$1 investido)**;
- e) fornecer antirretrovirais a pacientes infectados por HIV **(\$10 para cada \$1 investido)**;
- f) realizar a circuncisão masculina, **reduzindo em 60% a transmissão de HIV durante o ato sexual (\$28 para cada \$1 investido)**.

Empresas podem promover estas ações investindo em campanhas, doações e mutirões, contribuindo para salvar vidas.

Exemplos:

- a) uma empresa farmacêutica global **fornece gratuitamente (ou a preços reduzidos) medicamentos e vacinas, ou cede sua patente**, para países com populações mais necessitadas e com maior incidência de HIV, malária e tuberculose;

- b) uma associação de redes de hospitais particulares, em parceria com universidades e médicos cirurgiões, **organiza uma campanha para realização de cirurgias de circuncisão masculina gratuitas em horários de ociosidade;**
- c) uma empresa de transporte em massa **inclui aspirina em seus kits de primeiros socorros e promove uma campanha educativa para seus funcionários e passageiros**, orientando sobre as ações que devem ser tomadas em caso de Infarto Agudo do Miocárdio, contemplando a identificação dos sintomas, formas de acionar a equipe de socorristas etc.

A Figura 17 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 17 – ODS 3 - Ação 4: Investir em ações de grande impacto: vacinação, doação de remédios e procedimentos de baixa complexidade

3
SAÚDE E
BEM-ESTAR



AÇÃO EMPRESARIAL 4
Investir em ações de grande impacto: vacinação, doação de remédios e procedimentos de baixa complexidade

>>

Estudos realizados por economistas apontam que, na área da saúde, existem algumas medidas bastante eficazes que proporcionam um benefício muito maior do que o custo para sua implementação:

- expandir a cobertura de imunização para incluir a proteção a formas de influenza, pneumonia e disenteria, **reduzindo a mortalidade infantil em 25% (\$60 para cada \$1 investido)**
- fornecer medicação preventiva a populações com alto risco de contrair tuberculose, **evitando 95% das mortes decorrentes desta doença (\$43 para cada \$1 investido)**
- tratar vítimas de malária com artemisinina combinada a dois outros medicamentos **(\$36 para cada \$1 investido)**
- fornecer aspirina a vítimas no estágio inicial de Infarto Agudo do Miocárdio **(\$63 para cada \$1 investido)**
- fornecer antirretrovirais a pacientes infectados por HIV **(\$10 para cada \$1 investido)**
- realizar a circuncisão masculina, **reduzindo em 60% a transmissão de HIV durante o ato sexual (\$28 para cada \$1 investido)**

Empresas podem promover estas ações investindo em campanhas, doações e mutirões, contribuindo para salvar vidas.

Exemplos

- Uma empresa farmacêutica global **fornece gratuitamente (ou a preços reduzidos) medicamentos e vacinas, ou cede sua patente**, para países com populações mais necessitadas e com maior incidência de HIV, malária e tuberculose
- Uma associação de redes de hospitais particulares, em parceria com universidades e médicos cirurgiões, **organiza uma campanha para realização de cirurgias de circuncisão masculina gratuitas em horários de ociosidade.**
- Uma empresa de transporte em massa **inclui aspirina em seus kits de primeiros socorros e promove uma campanha educativa para seus funcionários e passageiros**, orientando sobre as ações que devem ser tomadas em caso de Infarto Agudo do Miocárdio, contemplando a identificação dos sintomas, formas de acionar a equipe de socorristas etc.

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.7 ODS 4 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Triplicar a pré-escola na África Subsaariana” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Fomentar a pré-escola na África Subsaariana

Estudos indicam que a educação pré-escolar, quando comparada à educação primária, embora não represente um diferencial muito grande em termos de aprendizado, tem uma correlação de longo prazo com uma melhor remuneração na vida adulta, por estimular habilidades sociais e emocionais nos estágios mais iniciais do desenvolvimento infantil. Economistas consideram que a África Subsaariana, por ser a região que concentra os maiores problemas, é onde os melhores resultados podem ser obtidos, gerando **um benefício 33 vezes maior que o montante investido** em educação pré-escolar. Empresas podem formar parcerias com o poder público ou instituições privadas locais, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas, melhorar a logística e aumentar a qualidade de ensino da pré-escola, contribuindo para a prosperidade da África Subsaariana no médio-longo prazo.

Exemplos:

- a) uma empresa de construção civil, em parceria com secretarias de educação locais, **constrói escolas nas regiões mais carentes**, aumentando a oferta de vagas de educação pré-escolar e diminuindo a distância entre a casa dos alunos e a sala de aula;
- b) uma montadora de veículos, em parceria com uma empresa de transporte local, **doa ônibus e vans escolares** para facilitar o traslado dos alunos às escolas;
- c) uma empresa global de tecnologia para educação, em parceria com uma fabricante de hardware, **doa tablets e computadores às escolas** para que os alunos da pré-escola possam utilizar jogos educativos e assistir a vídeos didáticos.

A Figura 18 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 18 – ODS 4 - Ação 5: Fomentar a pré-escola na África Subsaariana

4
 EDUCAÇÃO DE
 QUALIDADE


AÇÃO EMPRESARIAL 5

Fomentar a pré-escola na África Subsaariana



Estudos indicam que a educação pré-escolar, quando comparada à educação primária, embora não represente um diferencial muito grande em termos de aprendizado, tem uma correlação de longo prazo com uma melhor remuneração na vida adulta, por estimular habilidades sociais e emocionais nos estágios mais iniciais do desenvolvimento infantil. Economistas consideram que a África Subsaariana, por ser a região que concentra os maiores problemas, é onde os melhores resultados podem ser obtidos, gerando **um benefício 33 vezes maior que o montante investido** em educação pré-escolar. Empresas podem formar parcerias com o poder público ou instituições privadas locais, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas, melhorar a logística e aumentar a qualidade de ensino da pré-escola, contribuindo para a prosperidade da África Subsaariana no médio-longo prazo.

Exemplos

- Uma empresa de construção civil, em parceria com secretarias de educação locais, **constrói escolas nas regiões mais carentes**, aumentando a oferta de vagas de educação pré-escolar e diminuindo a distância entre a casa dos alunos e a sala de aula
- Uma montadora de veículos, em parceria com uma empresa de transporte local, **doa ônibus e vans escolares** para facilitar o traslado dos alunos às escolas
- Uma empresa global de tecnologia para educação, em parceria com uma fabricante de hardware, **doa tablets e computadores às escolas** para que os alunos da pré-escola possam utilizar jogos educativos e assistir a vídeos didáticos

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.8 ODS 5 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Acesso universal a métodos contraceptivos” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Contribuir para o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos

A gravidez precoce prejudica a educação das mulheres quando jovens, impactando negativamente também nas oportunidades de trabalho que elas terão depois de adultas. Economistas estimam que o planejamento familiar possa resultar em **um benefício até 120 vezes maior que o montante investido**. Empresas podem fomentar o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos, contribuindo para que as jovens permaneçam mais tempo na escola e tenham oportunidades de trabalho melhor remuneradas no futuro.

Exemplos:

- a) uma empresa farmacêutica **realiza uma ampla campanha de conscientização em escolas e comunidades, oferecendo gratuitamente preservativos e cartilhas** sobre a importância do acompanhamento ginecológico;
- b) uma empresa fabricante de bens de consumo **veicula anúncios em redes sociais e nas embalagens de seus produtos** ressaltando a importância de se evitar a gravidez precoce;
- c) um grande grupo de mídia **inclui em suas séries ou telenovelas a temática da gravidez precoce** e dos impactos para a vida profissional futura das mulheres.

A Figura 19 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 19 – ODS 5 - Ação 5: Contribuir para o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos

5
IGUALDADE DE GÊNERO


AÇÃO EMPRESARIAL 5

Contribuir para o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos



A gravidez precoce prejudica a educação das mulheres quando jovens, impactando negativamente também nas oportunidades de trabalho que elas terão depois de adultas. Economistas estimam que o planejamento familiar pode resultar em **um benefício até 120 vezes maior que o montante investido**. Empresas podem fomentar o acesso universal à saúde reprodutiva e a métodos contraceptivos, contribuindo para que as jovens permaneçam mais tempo na escola e tenham oportunidades de trabalho melhor remuneradas no futuro.

Exemplos

- Uma empresa farmacêutica **realiza uma ampla campanha de conscientização em escolas e comunidades, oferecendo gratuitamente preservativos e cartilhas** sobre a importância do acompanhamento ginecológico
- Uma empresa fabricante de bens de consumo **veicula anúncios em redes sociais e nas embalagens de seus produtos** ressaltando a importância de se evitar a gravidez precoce
- Um grande grupo de mídia **inclui em suas séries ou telenovelas a temática da gravidez precoce** e dos impactos para a vida profissional futura das mulheres

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.9 ODS 5 - Ação 6

Esta nova ação e seus quatro exemplos foram criados para endereçar a ação “Reduzir a agressão sexual contra mulheres” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Combater a agressão sexual contra as mulheres

A violência contra as mulheres parte principalmente de membros da própria família e inclui agressão física, casamentos forçados, estupros e agressões sexuais, além de mutilação genital. Economistas estimam que apenas a agressão sexual represente um custo equivalente a 5,2% do PIB global; combater este tipo de violência pode gerar **um benefício 17 vezes maior**. Empresas podem se engajar neste esforço global, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das mulheres e para a prosperidade do planeta.

Exemplos:

- a) um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização** sobre a importância de se combater a violência contra a mulher, divulgando os canais de denúncia;
- b) uma associação de hospitais, em parceria com ONGs, oferece acompanhamento médico-psicológico gratuito a mulheres vítimas de agressão sexual;
- c) uma empresa de transporte em massa **cria vagões exclusivos para passageiras mulheres**;
- d) uma empresa de tecnologia **lança um serviço de transporte particular de passageiros via aplicativo de celular exclusivo para motoristas e passageiras mulheres**.

A Figura 20 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 20 – ODS 5 - Ação 6: Combater a agressão sexual contra as mulheres

5
IGUALDADE DE GÊNERO


AÇÃO EMPRESARIAL 6
Combater a agressão sexual contra as mulheres



A violência contra as mulheres parte principalmente de membros da própria família e inclui agressão física, casamentos forçados, estupros e agressões sexuais, além de mutilação genital. Economistas estimam que apenas a agressão sexual represente um custo equivalente a 5,2% do PIB global; combater este tipo de violência pode gerar um **benefício 17 vezes maior**. Empresas podem se engajar neste esforço global, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das mulheres e para a prosperidade do planeta.

Exemplos

- Um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização** sobre a importância de se combater a violência contra a mulher, divulgando os canais de denúncia
- Uma associação de hospitais, em parceria com ONGs, **oferece acompanhamento médico-psicológico gratuito a mulheres vítimas de agressão sexual**
- Uma empresa de transporte em massa **cria vagões exclusivos para passageiras mulheres**
- Uma empresa de tecnologia **lança um serviço de transporte particular de passageiros via aplicativo de celular exclusivo para motoristas e passageiras mulheres**

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.10 ODS 7 - Ação 4

Esta nova ação e seus dois exemplos foram criados para endereçar a ação “Combustíveis de cocção modernos para 780 milhões de pessoas” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir na substituição de fogões a lenha por fogões a combustíveis mais limpos

Todos os anos, mais de 4 milhões de pessoas, predominantemente mulheres e crianças, morrem de doenças respiratórias decorrentes do uso de fogões a lenha dentro de casa. Economistas estimam que a substituição de 30% deles (cerca de 780 milhões) por fogões a gás liquefeito traria **um benefício 15 vezes maior que o montante investido**. Empresas podem contribuir para esta ação, com impacto não apenas na saúde e bem-estar, no curto prazo, mas também na produtividade e expectativa de vida, no longo prazo.

Exemplos:

- a) uma empresa fabricante de eletrodomésticos **promove uma campanha de conscientização** dos riscos para a saúde do uso de fogões a lenha em ambientes fechados e, **para cada fogão vendido, doa um fogão popular a uma família carente;**
- b) uma empresa de tecnologia, em parceria com um fabricante de eletrodomésticos, **desenvolve um fogão a energia solar para ser doado a comunidades carentes** localizadas em regiões não abrangidas pela entrega de botijões de gás.

A Figura 21 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 21 – ODS 7 - Ação 4: Investir na substituição de fogões a lenha por fogões a combustíveis mais limpos



7
ENERGIA ACESSÍVEL
E LIMPA

AÇÃO EMPRESARIAL 4
Investir na substituição de fogões a lenha por fogões a combustíveis mais limpos



Todos os anos, mais de 4 milhões de pessoas, predominantemente mulheres e crianças, morrem de doenças respiratórias decorrentes do uso de fogões a lenha dentro de casa. Economistas estimam que a substituição de 30% deles (cerca de 780 milhões) por fogões a gás liquefeito traria **um benefício 15 vezes maior que o montante investido**. Empresas podem contribuir para esta ação, com impacto não apenas na saúde e bem-estar, no curto prazo, mas também na produtividade e expectativa de vida, no longo prazo.

Exemplos

- Uma empresa fabricante de eletrodomésticos **promove uma campanha de conscientização** dos riscos para a saúde do uso de fogões a lenha em ambientes fechados e, **para cada fogão vendido, doa um fogão popular a uma família carente**
- Uma empresa de tecnologia, em parceria com um fabricante de eletrodomésticos, **desenvolve um fogão a energia solar para ser doado a comunidades carentes** localizadas em regiões não-abrangidas pela entrega de botijões de gás

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.11 ODS 8 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar as ações “Permitir mais migrações” e “Aumentar a migração de trabalhadores qualificados” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Destinar postos de trabalho para mão-de-obra imigrante

Enquanto os países mais ricos vêm observando um encolhimento e envelhecimento de sua população, os países mais pobres contam com uma população jovem desempregada ou mal remunerada. Economistas sugerem que a redução das restrições migratórias pode ser uma solução ganha-ganha para o problema, estimando que um aumento de apenas 3% na mão-de-obra dos países mais ricos geraria **um benefício mais de 45 vezes maior do que o custo envolvido**. Empresas podem destinar postos de trabalho específicos para trabalhadores imigrantes, que, ao pagar impostos, ajudariam a custear os serviços para a população idosa dos países mais ricos, além de poder ajudar suas famílias em seus países de origem.

Exemplos:

- a) uma empresa de recursos humanos **cria um serviço específico para recrutamento de imigrantes qualificados e realiza uma campanha** junto a grandes empresas para estimular a contratação desses candidatos;
- b) uma empresa de tecnologia que oferece transporte particular de passageiros via aplicativo de celular **estimula o cadastro de motoristas imigrantes**, disponibilizando em sua plataforma cursos de línguas e orientações sobre especificidades do trânsito local dos países em que atua;
- c) empresas do setor de autopeças **formam um consórcio para estabelecer fábricas de uso intensivo de mão-de-obra em regiões com grande concentração de refugiados**.

A Figura 22 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 22 – ODS 8 - Ação 5: Destinar postos de trabalho para mão-de-obra imigrante



8 TRABALHO DECENTE E
CRESCIMENTO
ECONÔMICO

AÇÃO EMPRESARIAL 5
Destinar postos de trabalho para mão-de-obra imigrante

>>

Enquanto os países mais ricos vêm observando um encolhimento e envelhecimento de sua população, os países mais pobres contam com uma população jovem desempregada ou mal remunerada. Economistas sugerem que a redução das restrições migratórias pode ser uma solução ganha-ganha para o problema, estimando que um aumento de apenas 3% na mão-de-obra dos países mais ricos geraria **um benefício mais de 45 vezes maior do que o custo envolvido**. Empresas podem destinar postos de trabalho específicos para trabalhadores imigrantes, que, ao pagar impostos, ajudariam a custear os serviços para a população idosa dos países mais ricos, além de poder ajudar suas famílias em seus países de origem.

Exemplos

- Uma empresa de recursos humanos **cria um serviço específico para recrutamento de imigrantes qualificados e realiza uma campanha** junto a grandes empresas para estimular a contratação desses candidatos
- Uma empresa de tecnologia que oferece transporte particular de passageiros via aplicativo de celular **estimula o cadastro de motoristas imigrantes**, disponibilizando em sua plataforma cursos de línguas e orientações sobre especificidades do trânsito local dos países em que atua
- Empresas do setor de autopeças **formam um consórcio para estabelecer fábricas de uso intensivo de mão-de-obra em regiões com grande concentração de refugiados**

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.12 ODS 9 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Reduzir as perdas de alimentos com estradas e eletricidade” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir na infraestrutura para escoamento da produção de alimentos

Quase um quarto de todo o alimento produzido mundialmente é desperdiçado a cada ano. Uma equipe de economistas do International Food Policy Research Institute aponta como principal problema a falta de infraestrutura. Sem estradas e ferrovias apropriadas, fazendeiros não podem escoar sua produção. Sem eletricidade, os alimentos não podem ser adequadamente conservados. Estima-se que o investimento em infraestrutura necessário para reduzir à metade o desperdício de alimentos produzidos nos países em desenvolvimento pode gerar **um benefício 13 vezes maior**. Empresas podem atuar direta ou indiretamente na melhora da infraestrutura para escoamento da produção de alimentos, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência, contribuindo para aumentar a segurança alimentar das gerações futuras.

Exemplos:

- a) empresas do setor de agronegócio, em parceria com o setor público, **realizam um mapeamento dos principais gargalos de escoamento e investem em uma malha de transporte que integra ferrovias, rodovias e portos;**
- b) uma empresa de energia **oferece aos produtores agropecuários soluções baseadas em geradores e painéis solares para garantir o suprimento de energia elétrica** nas épocas de escoamento das safras;
- c) uma empresa de construção civil, em parceria com universidades e centros de pesquisa, **desenvolve uma alternativa de asfalto ecológico à base de pneus reciclados**, com maior durabilidade.

A Figura 23 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 23 – ODS 9 - Ação 5: Investir na infraestrutura para escoamento da produção de alimentos

9
 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
 E INFRAESTRUTURA

AÇÃO EMPRESARIAL 5

Investir na infraestrutura para escoamento da produção de alimentos

>>

Quase um quarto de todo o alimento produzido mundialmente é desperdiçado a cada ano. Uma equipe de economistas do International Food Policy Research Institute aponta como principal problema a falta de infraestrutura. Sem estradas e ferrovias apropriadas, fazendeiros não podem escoar sua produção. Sem eletricidade, os alimentos não podem ser adequadamente conservados. Estima-se que o investimento em infraestrutura necessário para reduzir à metade o desperdício de alimentos produzidos nos países em desenvolvimento pode gerar **um benefício 13 vezes maior**. Empresas podem atuar direta ou indiretamente na melhora da infraestrutura para escoamento da produção de alimentos, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência, contribuindo para aumentar a segurança alimentar das gerações futuras.

Exemplos

- Empresas do setor de agronegócio, em parceria com o setor público, **realizam um mapeamento dos principais gargalos de escoamento e investem em uma malha de transporte que integra ferrovias, rodovias e portos**
- Uma empresa de energia oferece aos produtores agropecuários soluções baseadas em geradores e painéis solares para garantir o **suprimento de energia elétrica** nas épocas de escoamento das safras
- Uma empresa de construção civil, em parceria com universidades e centros de pesquisa, **desenvolve uma alternativa de asfalto ecológico à base de pneus reciclados**, com maior durabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.13 ODS 9 - Ação 6

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Banda larga móvel nos países em desenvolvimento” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir na ampliação do acesso à banda larga móvel em países em desenvolvimento

Atualmente, enquanto 83% das pessoas têm acesso à internet banda larga móvel nos países mais ricos, nos países em desenvolvimento este número corresponde a apenas 21%. Economistas afirmam que triplicar este número pode acrescentar 400 bilhões de dólares ao PIB global e criar 10 milhões de empregos diretos, gerando **um benefício 17 vezes maior que o montante de investimento necessário**. Empresas podem investir na ampliação do acesso à banda larga móvel nos países em desenvolvimento, contribuindo para a prosperidade global.

Exemplos:

- a) uma empresa de tecnologia aeroespacial **investe na colocação em órbita de 4.000 minissatélites para oferecer cobertura de internet banda larga globalmente;**
- b) uma empresa de telecomunicações, em parceria com empresas de outros setores, **oferece cobertura wi-fi com acesso gratuito em comunidades carentes e escolas públicas;**
- c) um fabricante de *smartphones* e *tablets* **realiza uma campanha oferecendo desconto aos consumidores que adquirirem aparelhos novos mediante a entrega de aparelhos antigos em condições de uso**, para doação a comunidades carentes.

A Figura 24 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 24 – ODS 9 - Ação 6: Investir na ampliação do acesso à banda larga móvel em países em desenvolvimento



9
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA

AÇÃO EMPRESARIAL 6
Investir na ampliação do acesso à banda larga móvel em países em desenvolvimento

>>

Atualmente, enquanto 83% das pessoas têm acesso à internet banda larga móvel nos países mais ricos, nos países em desenvolvimento este número corresponde a apenas 21%. Economistas afirmam que triplicar este número pode acrescentar 400 bilhões de dólares ao PIB global e criar 10 milhões de empregos diretos, gerando **um benefício 17 vezes maior que o montante de investimento necessário**. Empresas podem investir na ampliação do acesso à banda larga móvel nos países em desenvolvimento, contribuindo para a prosperidade global.

Exemplos

- Uma empresa de tecnologia aeroespacial investe na colocação em órbita de 4.000 minissatélites para oferecer cobertura de internet banda larga globalmente
- Uma empresa de telecomunicações, em parceria com empresas de outros setores, oferece cobertura wi-fi com acesso gratuito em comunidades carentes e escolas públicas
- Um fabricante de *smartphones* e *tablets* realiza uma campanha oferecendo desconto aos consumidores que adquirirem aparelhos novos mediante a entrega de aparelhos antigos em condições de uso, para doação a comunidades carentes

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.14 ODS 13 - Ação 5

Esta nova ação e seus quatro exemplos foram criados para endereçar a ação “Mais pesquisas energéticas” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias energéticas

Economistas afirmam que o efetivo alcance das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa requerem o desenvolvimento de novas tecnologias, visto que as tendências atuais de utilização de combustíveis fósseis ainda são crescentes. Estima-se que o investimento de 0,5% do PIB global no desenvolvimento de tecnologias energéticas pode resultar em **um benefício até 11 vezes maior**. Empresas podem trabalhar em parceria com universidades e centros de pesquisa para criar tecnologias inovadoras de geração de energia ou para aumentar a eficiência das tecnologias existentes.

Exemplos:

- a) uma equipe de cientistas americanos e alemães **desenvolve uma tecnologia de geração de energia por fusão nuclear inspirada no fenômeno que ocorre no sol e em outras estrelas;**
- b) uma empresa do setor energético **desenvolve painéis solares transparentes** que podem ser utilizados como vidraças em fachadas de prédios e janelas;
- c) pesquisadores de uma universidade britânica **desenvolvem uma tecnologia baseada em cerâmica piezoelétrica que gera energia através da movimentação dos veículos** sobre as ruas;
- d) uma empresa fabricante de veículos elétricos **desenvolve telhas capazes de gerar energia solar**, mais resistentes e baratas que as telhas comuns.

A Figura 25 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 25 – ODS 13 - Ação 5: Investir em Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias energéticas



AÇÃO EMPRESARIAL 5
Investir em Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias energéticas



Economistas afirmam que o efetivo alcance das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa requerem o desenvolvimento de novas tecnologias, visto que as tendências atuais de utilização de combustíveis fósseis ainda são crescentes. Estima-se que o investimento de 0,5% do PIB global no desenvolvimento de tecnologias energéticas pode resultar em **um benefício até 11 vezes maior**. Empresas podem trabalhar em parceria com universidades e centros de pesquisa para criar tecnologias inovadoras de geração de energia ou para aumentar a eficiência das tecnologias existentes.

Exemplos

- Uma equipe de cientistas americanos e alemães **desenvolve uma tecnologia de geração de energia por fusão nuclear inspirada no fenômeno que ocorre no sol e em outras estrelas**
- Uma empresa do setor energético **desenvolve painéis solares transparentes** que podem ser utilizados como vidraças em fachadas de prédios e janelas
- Pesquisadores de uma universidade britânica **desenvolvem uma tecnologia baseada em cerâmica piezoelétrica que gera energia através da movimentação dos veículos sobre as ruas**
- Uma empresa fabricante de veículos elétricos **desenvolve telhas capazes de gerar energia solar**, mais resistentes e baratas que as telhas comuns

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.15 ODS 14 - Ação 5

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Reduzir à metade as perdas de recifes de corais” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Investir na preservação e criação de recifes de corais

Os recifes de corais proporcionam abrigo e alimento a seres marinhos, exercendo um papel fundamental nos ecossistemas subaquáticos. Além disso, servem como barreira de proteção contra catástrofes naturais em cidades costeiras. Entretanto, os recifes naturais representam apenas 0,1% da área dos oceanos do planeta. Economistas estimam que reduzir perdas de recifes de corais em 50% pode trazer **um benefício 24 vezes maior do que o montante investido**. Empresas podem participar ativamente da preservação de recifes naturais, bem como da criação de recifes artificiais, contribuindo para a proteção da vida marinha e dos habitantes das regiões litorâneas.

Exemplos:

- a) uma empresa de transporte em massa, em parceria com órgãos ambientais, **realiza o descarte de carcaças de ônibus e vagões de trem próximos à costa para formação de recifes artificiais;**
- b) uma empresa que produz petróleo em plataformas *off-shore*, em parceria com universidades e centros de pesquisa, **financia o mapeamento da costa para orientar ações de preservação e criação de recifes de corais;**
- c) uma empresa de audiovisual **produz uma série de documentários com o propósito de conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos recifes de corais**, a serem veiculados na TV aberta de vários países e disponibilizados gratuitamente na internet.

A Figura 26 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 26 – ODS 14 - Ação 5: Investir na preservação e criação de recifes de corais



AÇÃO EMPRESARIAL 5
Investir na preservação e criação de recifes de corais



Os recifes de corais proporcionam abrigo e alimento a seres marinhos, exercendo um papel fundamental nos ecossistemas subaquáticos. Além disso, servem como barreira de proteção contra catástrofes naturais em cidades costeiras. Entretanto, os recifes naturais representam apenas 0,1% da área dos oceanos do planeta. Economistas estimam que reduzir perdas de recifes de corais em 50% pode trazer **um benefício 24 vezes maior** do que o montante investido. Empresas podem participar ativamente da preservação de recifes naturais, bem como da criação de recifes artificiais, contribuindo para a proteção da vida marinha e dos habitantes das regiões litorâneas.

Exemplos

- Uma empresa de transporte em massa, em parceria com órgãos ambientais, **realiza o descarte de carcaças de ônibus e vagões de trem próximos à costa para formação de recifes artificiais**
- Uma empresa que produz petróleo em plataformas *off-shore*, em parceria com universidades e centros de pesquisa, **financia o mapeamento da costa para orientar ações de preservação e criação de recifes de corais**
- Uma empresa de audiovisual **produz uma série de documentários com o propósito de conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos recifes de corais**, a serem veiculados na TV aberta de vários países e disponibilizados gratuitamente na internet

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.16 ODS 15 - Ação 1

Esta ação pré-existente no BBL foi traduzida e adaptada para incluir, sob a forma de dois novos exemplos, as ações “Reduzir à metade as perdas de florestas” e “Reduzir à metade as perdas de terras alagadiças” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Implementar políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados pelas atividades dos negócios e suas cadeias de suprimentos

As empresas são responsáveis por seguir os padrões ambientais nacionais e os tratados internacionais. Empresas líderes vão além e definem novos parâmetros para continuar crescendo sem danificar os ecossistemas naturais. Elas são incentivadas a fazê-lo por meio de parcerias e padrões das várias partes interessadas. As empresas líderes implementam procedimentos para proteger os ecossistemas naturais nas diversas etapas de suas cadeias de suprimentos. Isso pode incluir a seleção de fornecedores e a colaboração com fornecedores estratégicos para ajudar a aumentar sua capacidade de respeitar e exceder os padrões ambientais.

Exemplos:

- a) [Novo] uma mineradora global **adota como política padrão, além do reflorestamento** de uma área desmatada ao término do período de exploração, **o plantio de árvores em outra área equivalente** no início do período de exploração;
- b) [Novo] uma indústria química **implanta um rigoroso programa de controle de efluentes**, contemplando também o tratamento da água para reuso;
- c) um varejista britânico **garante que todos os seus produtos cumprem os padrões definidos pelo *Responsible Fishing Scheme* (Esquema de Pesca Responsável, em tradução livre) e o *Forest Stewardship Council* (FSC)**; ele adota medidas adicionais para garantir que a cadeia de suprimentos seja verificável e segue rigorosos padrões de sustentabilidade;
- d) uma companhia de cosméticos **adota medidas concretas para obter suas matérias-primas de fontes sustentáveis, para que seus negócios não contribuam para o desmatamento**; ela tem metas e prazos definidos com o objetivo de ser livre de desmatamento até 2020;
- e) um fabricante de equipamento e roupas para atividades ao ar livre **faz auditoria dos materiais e métodos usados na fabricação, assumindo a responsabilidade por todo o ciclo de vida dos produtos; ele examina como os recursos são usados**

- em edifícios e instalações** para garantir que os ecossistemas naturais não sejam direta ou indiretamente prejudicados pelas atividades;
- f) uma grande companhia de mídia **mede seu impacto direto nos ecossistemas florestais monitorando seu consumo de produtos à base de papel**; ela adota uma "política de não desmatamento" e só compra produtos de papel que obedecem aos padrões da FSC ou são reciclados; ela também **incentiva e ajuda outros fornecedores de papel a seguirem critérios igualmente avançados**;
- g) um fornecedor de alimentos no Brasil **investiga sua cadeia de suprimentos** para certificar-se de que suas operações não agridem ilegalmente os ecossistemas naturais e as comunidades; **ele toma medidas para garantir que a presença física das operações comerciais não prejudique a saúde dos ecossistemas terrestres e apoia iniciativas de reflorestamento**.

A Figura 27 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 27 – ODS 15 - Ação 1: Implementar políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados pelas atividades dos negócios e suas cadeias de suprimentos

15 VIDA TERRESTRE



AÇÃO EMPRESARIAL 1
Implementar políticas e práticas para proteger os ecossistemas naturais que são afetados pelas atividades dos negócios e suas cadeias de suprimentos

>>

As empresas são responsáveis por seguir os padrões ambientais nacionais e os tratados internacionais. Empresas líderes vão além e definem novos parâmetros para continuar crescendo sem danificar os ecossistemas naturais. Elas são incentivadas a fazê-lo por meio de parcerias e padrões das várias partes interessadas. As empresas líderes implementam procedimentos para proteger os ecossistemas naturais nas diversas etapas de suas cadeias de suprimentos. Isso pode incluir a seleção de fornecedores e a colaboração com fornecedores estratégicos para ajudar a aumentar sua capacidade de respeitar e exceder os padrões ambientais.

Exemplos

- Uma mineradora global **adota como política padrão**, além do **reflorestamento** de uma área desmatada ao término do período de exploração, o **plântio de árvores em outra área equivalente** no início do período de exploração
- Uma indústria química **implanta um rigoroso programa de controle de efluentes**, contemplando também o tratamento da água para reúso
- Um varejista britânico **garante que todos os seus produtos cumpram os padrões definidos pelo Responsible Fishing Scheme ("Esquema de Pesca Responsável", em tradução livre) e o Forest Stewardship Council (FSC)**; ele adota medidas adicionais para garantir que a cadeia de suprimentos seja verificável e segue rigorosos padrões de sustentabilidade
- Uma companhia de cosméticos **adota medidas concretas para obter suas matérias-primas de fontes sustentáveis, para que seus negócios não contribuam para o desmatamento**; ela tem metas e prazos definidos com o objetivo de ser livre de desmatamento até 2020
- Um fabricante de equipamento e roupas para atividades ao ar livre **faz auditoria dos materiais e métodos usados na fabricação, assumindo a responsabilidade por todo o ciclo de vida dos produtos; ele examina como os recursos são usados em edifícios e instalações** para garantir que os ecossistemas naturais não sejam direta ou indiretamente prejudicados pelas atividades
- Uma grande companhia de mídia **mede seu impacto direto nos ecossistemas florestais monitorando seu consumo de produtos à base de papel**; ela adota uma "política de não-desmatamento" e só compra produtos de papel que obedecem aos padrões da FSC ou são reciclados; ela também **incentiva e ajuda outros fornecedores de papel a seguirem critérios igualmente avançados**
- Um fornecedor de alimentos no Brasil **investiga sua cadeia de suprimentos** para certificar-se de que suas operações não agridem ilegalmente os ecossistemas naturais e as comunidades; **ele toma medidas para garantir que a presença física das operações comerciais não prejudique a saúde dos ecossistemas terrestres e apoia iniciativas de reflorestamento**

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.17 ODS 15 - Ação 3

Assim como a ação anterior, esta ação pré-existente no BBL também foi traduzida e adaptada para incluir, sob a forma de dois novos exemplos, as ações “Reduzir à metade as perdas de florestas” e “Reduzir à metade as perdas de terras alagadiças” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Catalisar investimentos para criar consciência, proteger e potencializar o desenvolvimento de ecossistemas naturais

Empresas de todos os setores, de finanças a indústrias com impacto direto no meio ambiente, desempenham um papel ao alocar capital de maneira compatível com a proteção e o desenvolvimento de ecossistemas naturais saudáveis. As empresas com poder suficiente para influenciar decisões de investimento de outras podem liderar, catalisando investimentos para financiar o apoio à conservação de ecossistemas, iniciativas de restauração e desenvolvimento e geração de consciência entre as principais partes interessadas. Elas podem identificar oportunidades de financiamento e focar particularmente em regiões que não têm capacidade para financiar apoio aos ecossistemas naturais, de modo a maximizar o impacto positivo.

Exemplos:

- a) [Novo] uma empresa de bebidas **cria um fundo de investimentos envolvendo as empresas de sua cadeia de suprimentos** para preservar as florestas no entorno das nascentes e margens de rios;
- b) [Novo] uma companhia aérea **forma um consórcio** com uma agência de turismo e uma rede hoteleira para **investir em infraestrutura e promover o ecoturismo** na Amazônia;
- c) um varejista de roupas e equipamentos **cria um fundo de investimentos que apoia startups com o objetivo de proteger habitats naturais**;
- d) um grande banco comercial **cria um departamento especializado em finanças ambientais e ajuda a estruturar e lançar um título lastreado em florestas** que atrai mais de US\$ 150 milhões em financiamento de investidores institucionais.

A Figura 28 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 28 – ODS 15 - Ação 3: Catalisar investimentos para criar consciência, proteger e potencializar o desenvolvimento de ecossistemas naturais



AÇÃO EMPRESARIAL 3
Catalisar investimentos para criar consciência, proteger e potencializar o desenvolvimento de ecossistemas naturais

>>

Empresas de todos os setores, de finanças a indústrias com impacto direto no meio ambiente, desempenham um papel ao alocar capital de maneira compatível com a proteção e o desenvolvimento de ecossistemas naturais saudáveis. As empresas com poder suficiente para influenciar decisões de investimento de outras podem liderar, catalisando investimentos para financiar o apoio à conservação de ecossistemas, iniciativas de restauração e desenvolvimento e geração de consciência entre as principais partes interessadas. Elas podem identificar oportunidades de financiamento e focar particularmente em regiões que não têm capacidade para financiar apoio aos ecossistemas naturais, de modo a maximizar o impacto positivo.

Exemplos

- Uma empresa de bebidas **cria um fundo de investimentos envolvendo as empresas de sua cadeia de suprimentos** para preservar as florestas no entorno das nascentes e margens de rios
- Uma companhia aérea **forma um consórcio** com uma agência de turismo e uma rede hoteleira para **investir em infraestrutura e promover o ecoturismo** na Amazônia
- Um varejista de roupas e equipamentos **cria um fundo de investimentos que apoia startups com o objetivo de proteger habitats naturais**
- Um grande banco comercial **cria um departamento especializado em finanças ambientais e ajuda a estruturar e lançar um título lastreado em florestas** que atrai mais de US\$ 150 milhões em financiamento de investidores institucionais

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.18 ODS 16 - Ação 4

Esta nova ação e seus três exemplos foram criados para endereçar a ação “Eliminar a violência como forma de disciplinar crianças” do *Post-2015 Consensus*.

Ação: Combater a violência contra crianças

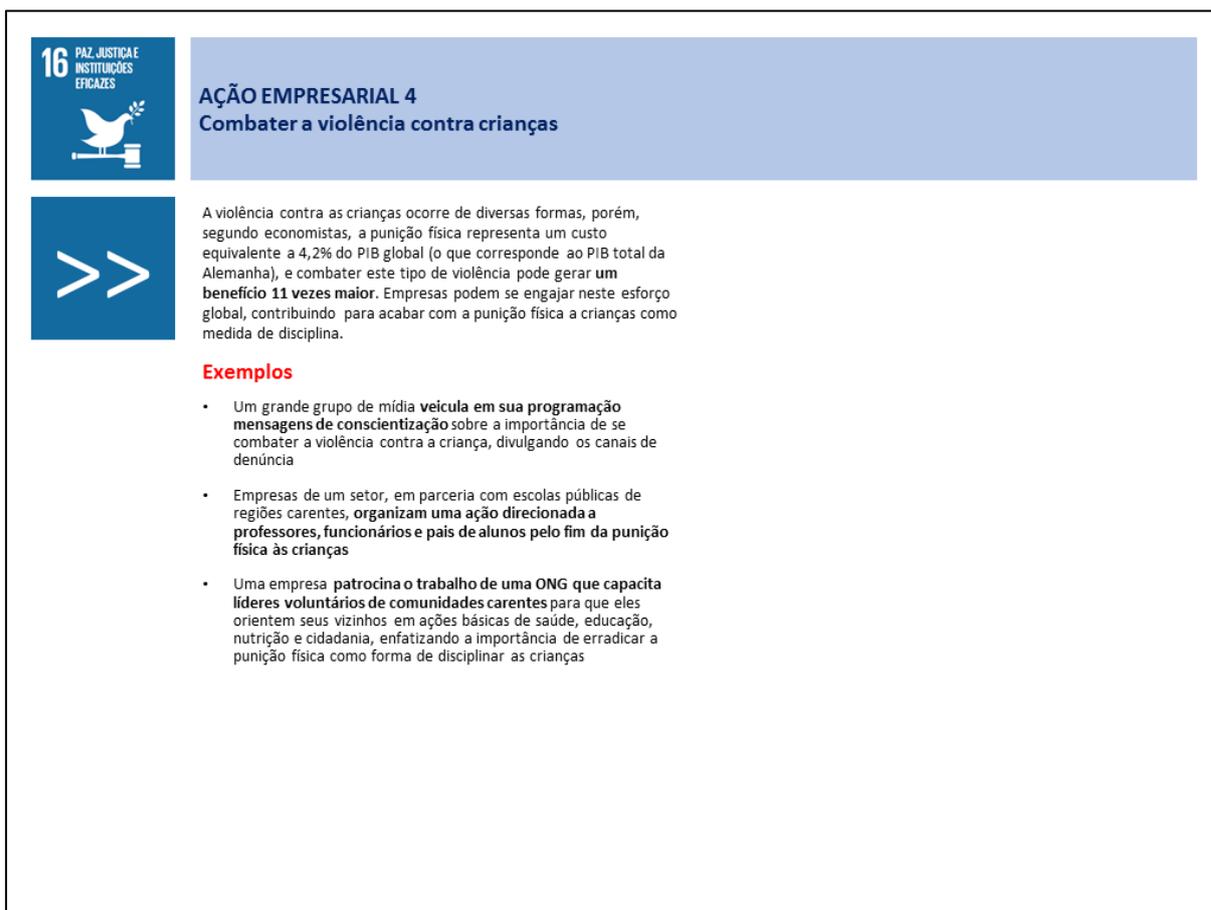
A violência contra as crianças ocorre de diversas formas, porém, segundo economistas, a punição física representa um custo equivalente a 4,2% do PIB global (o que corresponde ao PIB total da Alemanha), e combater este tipo de violência pode gerar **um benefício 11 vezes maior**. Empresas podem se engajar neste esforço global, contribuindo para acabar com a punição física a crianças como medida de disciplina.

Exemplos:

- a) um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização** sobre a importância de se combater a violência contra a criança, divulgando os canais de denúncia;
- b) empresas de um setor, em parceria com escolas públicas de regiões carentes, **organizam uma ação direcionada a professores, funcionários e pais de alunos pelo fim da punição física às crianças**;
- c) uma empresa **patrocina o trabalho de uma ONG que capacita líderes voluntários de comunidades carentes** para que eles orientem seus vizinhos em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania, enfatizando a importância de erradicar a punição física como forma de disciplinar as crianças.

A Figura 29 mostra o material elaborado para esta ação no formato do BBL.

Figura 29 – ODS 16 - Ação 4: Combater a violência contra crianças



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

AÇÃO EMPRESARIAL 4
Combater a violência contra crianças

A violência contra as crianças ocorre de diversas formas, porém, segundo economistas, a punição física representa um custo equivalente a 4,2% do PIB global (o que corresponde ao PIB total da Alemanha), e combater este tipo de violência pode gerar **um benefício 11 vezes maior**. Empresas podem se engajar neste esforço global, contribuindo para acabar com a punição física a crianças como medida de disciplina.

Exemplos

- Um grande grupo de mídia **veicula em sua programação mensagens de conscientização** sobre a importância de se combater a violência contra a criança, divulgando os canais de denúncia
- Empresas de um setor, em parceria com escolas públicas de regiões carentes, **organizam uma ação direcionada a professores, funcionários e pais de alunos pelo fim da punição física às crianças**
- Uma empresa **patrocina o trabalho de uma ONG que capacita líderes voluntários de comunidades carentes** para que eles orientem seus vizinhos em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania, enfatizando a importância de erradicar a punição física como forma de disciplinar as crianças

Fonte: Elaborado pelo autor

4.4 Conclusão

Este capítulo apresentou como, com base na análise das descrições detalhadas do *Post-2015 Consensus*, foi definida a forma pela qual as ações selecionadas de cada tema seriam adaptadas para integrar-se ao modelo proposto no BBL pelo Pacto Global. Como resultado, foram geradas 13 novas ações (incremento de 20,6% sobre as 63 originais) e 48 novos exemplos (incremento de 23,0% sobre os 209 originais), dos quais 40 foram elaborados para as 13 novas ações resultantes do trabalho e oito, para as ações originais.

O próximo capítulo traz as considerações finais sobre o trabalho e os resultados alcançados, bem como algumas sugestões para estender a presente pesquisa.

5 CONCLUSÃO

5.1 Considerações finais

Com a criação da Agenda 2030, a ONU deu um passo importante para a erradicação da pobreza e a solução dos demais problemas da humanidade, dando continuidade aos bons resultados alcançados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entretanto, o atingimento das 169 metas associadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a compõem requer investimentos da ordem de trilhões de dólares, enquanto governos e ONGs trabalham com cifras na casa de bilhões, deixando claro que somente através do estabelecimento de parcerias com empresas, conforme preconiza o ODS 17, será possível ampliar esse montante.

O tema parcerias ganhou força no âmbito da ONU a partir de 2000, com a criação do Pacto Global das Nações Unidas e a inclusão de um item específico na pauta da Assembleia Geral, passando a ser discutido de dois em dois anos. Para estimular a participação ativa das empresas nos ODS, incorporando a sustentabilidade em suas cadeias de valor, o Pacto Global tem atuado em diversas frentes, dentre elas a disponibilização do *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* (BBL), um guia que apresenta sugestões de possíveis ações e orientações de como implementá-las.

Entretanto, essas ações são apresentadas qualitativamente, sem nenhum tipo de parâmetro de relação custo/benefício esperada que possa auxiliar as empresas e investidores na tomada de decisão. Esta é uma questão que o Copenhagen Consensus Center (CCC) endereça no *Post-2015 Consensus*, sugerindo a priorização das metas dos ODS com base em uma relação de retorno por dólar investido, embora o retorno, neste caso, seja o benefício para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

A abordagem proposta neste trabalho teve por objetivo reforçar esta iniciativa, selecionando as ações listadas pelo CCC no *Post-2015 Consensus* que podem ser executadas por empresas e aplicando o modelo proposto no BBL. O material resultante, que pode ser considerado um complemento do BBL, leva em consideração o fator custo/benefício em termos de retorno (para a humanidade) por dólar investido de ações sustentáveis que podem ser realizadas pelas empresas por meio de parcerias com governos, ONGs e a própria ONU, auxiliando-as na tomada de decisão.

Das 76 ações listadas no *Post-2015 Consensus*, foram consideradas as 30 (cerca de 40%) cujo retorno estimado é de 10 ou mais vezes maior que o valor investido. Dessas, foram

selecionadas 24 (80%), identificadas como passíveis de execução por empresas. A aplicação do modelo proposto no BBL gerou 13 novas ações (incremento de 20,6% sobre as 63 originais) e 48 exemplos (incremento de 23,0% sobre as 209 originais), dos quais 40 para as 13 novas ações resultantes do trabalho e 8 para as ações originais.

A análise dos resultados obtidos permite concluir que:

- a) embora o *Post-2015 Consensus* não seja direcionado especificamente a empresas, uma parcela significativa das ações (80% das de maior retorno, ou cerca de 32% do total) podem ser executadas por meio de parcerias com a iniciativa privada;
- b) o BBL, apesar de voltado diretamente a empresas, não contemplava originalmente a grande maioria das 24 ações de maior retorno identificadas como passíveis de serem executadas por meio de parcerias com a iniciativa privada (as 13 novas ações geradas contemplam 19 ações do *Post-2015 Consensus*, enquanto apenas 5 foram integradas às ações originais do BBL sob a forma de exemplos);
- c) os trabalhos do Pacto Global no BBL e do CCC no *Post-2015 Consensus* não são meramente complementares, mas sim sinérgicos, pois a integração de ambos pode não apenas fomentar a participação ativa das empresas nos ODS por meio parcerias, como também ser usado pela ONU e suas agências especializadas, programas e fundos como critério adicional na seleção e priorização das parcerias de maior impacto, potencializando o impacto dos investimentos para o atingimento das metas até 2030.

O engajamento de empresas e investidores em ações sustentáveis em prol dos ODS é necessário e urgente. Temos plena consciência de que enfrentar os problemas econômicos, sociais e ambientais que estão ligados à extrema pobreza e à desigualdade representam um enorme desafio e requerem massivos investimentos. Temos também diagnósticos precisos da inter-relação entre esses problemas e suas consequências para a humanidade e para o planeta. As tecnologias não constituem fator limitante, e os recursos necessários já existem, porém sua efetiva aplicação na escala necessária só será conseguida com a união de todos os atores envolvidos – governos, ONGs, sociedade e setor privado – em ações coordenadas e priorizadas de acordo com o impacto potencial. O ODS 17, na medida em que coloca as parcerias no mesmo nível dos temas abordados pelos outros 16 objetivos, tem fundamental importância para o sucesso da Agenda 2030.

5.2 Sugestões para pesquisas futuras

Uma possível análise de extrema relevância a ser explorada por outros trabalhos seria estender a avaliação da relação custo/benefício seguindo o modelo proposto pelo CCC no *Post-2015 Consensus* para as ações originalmente propostas no BBL pelo Pacto Global.

Também seria de grande valia uma avaliação do benefício das ações sustentáveis para as empresas e investidores, em termos de retorno por dólar investido. Outra opção seria estudar e propor mecanismos que viabilizem e estimulem o aporte de recursos por empresas e investidores em ações sustentáveis ligadas aos ODS, bem como a criação de novos modelos de negócio que incorporem a sustentabilidade nas cadeias de valor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento: Agenda 21**. Brasília: 1995. 471 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20): o futuro que queremos**. Brasília: 2012. 55 p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2016. 18 p.

BROWN, E. H. **The public bank solution: from austerity to prosperity**. Louisiana: Third Millennium Press, 2013. 486 p.

BROWN, L. R. **Plan B 4.0: mobilizing to save civilization**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2009. 370 p.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL (UNIC Rio). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: 2015. 41 p.

COPENHAGEN CONSENSUS CENTER (CCC). **Preliminary benefit-cost assessment of the final OWG outcome**. Tewksbury: Copenhagen Consensus Center, 2014.

_____. **Home Page**. Disponível em: <<http://www.copenhagenconsensus.com>>. Acesso em: 24 mar. 2018-1.

_____. **The Economist special online supplement**. Disponível em: <<http://post2015consensus.com/economist>>. Acesso em: 14 abr. 2018-2.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

THE ECONOMIST. **The good, the bad and the hideous: which MDGs did some good and which SDGs might work?** 26 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/international/21647316-which-mdgs-did-some-good-and-which-sdgs-might-work-good-bad-and-hideous>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Growth that reaches everyone: facts, factors, tools**. 20 set. 2017. Disponível em: <<https://blogs.imf.org/2017/09/20/growth-that-reaches-everyone-facts-factors-tools>>. Acesso em: 09 jun. 2018

INTER-AGENCY AND EXPERT GROUP ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL INDICATORS (IAEG-SDGs). **Report of the Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators. Annex III: revised list of global Sustainable Development Goal indicators**. Nova York: 2017. 26 p.

ITAMARATY. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

LOMBORG, B. **The Nobel Laureates Guide to the Smartest Targets for the World: 2016-2030.** Tewksbury: Copenhagen Consensus Center, 2015.

MARTENS, J. **Multistakeholder partnerships: future models of multilateralism?** Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2007. 78 p.

ODM BRASIL. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio.** Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future.** Nova York: 1987. 247 p.

_____. **Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI.** Nova York: 2000-1. 91 p.

_____. **Towards global partnerships: resolution adopted by the General Assembly.** Nova York: 2000-2. 2 p.

_____. **United Nations Millennium Declaration.** Nova York: 2000-3. 9 p.

_____. **We the peoples: the role of the United Nations in the twenty-first century.** Nova York: 2000-4. 59 p.

_____. **Towards global partnerships: enhanced cooperation between the United Nations and all relevant partners, in particular the private sector: report of the Secretary-General.** Nova York: 2003. 20 p.

_____. **UN Secretary-General appoints high-level panel on post-2015 development agenda.** Nova York: 2012. 1 p.

_____. High-Level Panel on Post-2015 Development Agenda. **A new global partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development.** Nova York: 2013-1. 69 p.

_____. **Outcome document of the special event to follow up efforts made towards achieving the Millennium Development Goals.** Nova York: 2013-2. 4 p.

_____. MDG Gap Task Force. **Millennium Development Goal 8: taking stock of the global partnership for development.** Nova York: 2015-1. 75 p.

_____. MDG Gap Task Force. **Fact sheet: where are the gaps?** Nova York: 2015-2. 3 p.

_____. **Partnerships for sustainable development goals: a legacy review towards realizing the 2030 Agenda.** Nova York: 2015-3. 18 p.

_____. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Nova York: 2015-4. 35 p.

_____. **The Millennium Development Goals report: fact sheet.** Nova York: 2015-5. 4 p.

_____. **Last missing piece completes architecture of 2030 Agenda for Sustainable Development.** Nova York: 2016. 2 p.

_____. **Global Partnerships.** Disponível em: <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/globalpartnerships>>. Acesso em: 01 abr. 2017-1.

_____. **United Nations Millenium Development Goals.** Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals>>. Acesso em: 14 abr. 2017-2.

_____. **United Nations Millenium Development Goals: background.** Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017-3.

PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, E. **Distributional national accounts: methods and estimates for the United States.** Cambridge: National Bureau Of Economic Research, 2016. 57 p.

PORTAL ODM. **Biblioteca multimídia: 8 jeitos de mudar o mundo.** Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/imagem/1/8-jeitos-de-mudar-o-mundo>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PORTER, M. **O caso para permitir que negócios resolvam problemas sociais.** TEDGlobal: 2013. Disponível em <https://www.ted.com/talks/michael_porter_why_business_can_be_good_at_solving_social_problems?language=pt-br>. Acesso em: 31 mar. 2017.

PRABHU, J. **Frugal innovation: the quiet revolution that is fighting off inequality.** World Economic Forum: 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/04/how-frugal-innovation-can-fight-off-inequality>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PRAHALAD, C. K. **The fortune at the bottom of the pyramid.** Philadelphia: Wharton School Publishing, 2005. 402 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Brasília: 2015. 250 p.

_____. **Impact investment to close the SDG funding gap.** 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2017/7/13/What-kind-of-blender-do-we-need-to-finance-the-SDGs-.html>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. **Plataforma Agenda 2030: perguntas mais frequentes.** Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/saiba_mais/faq>. Acesso em: 03 mar. 2018.

REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL. **O que é?** São Paulo: 2013-1. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **Os 10 princípios.** São Paulo: 2013-2. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SACHS, J. D. **Why the Sustainable Development Goals Matter.** Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/sustainable-development-goals-shift-by-jeffrey-d-sachs-2015-03>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

STIGLITZ, J. **The price of inequality**: how today's divided society endangers our future. Nova York: W. W. Norton & Company, 2012. 307 p.

_____. **Rewriting the rules of the American economy**: an agenda for shared prosperity. Nova York: Roosevelt Institute, 2015. 115 p.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT KNOWLEDGE PLATFORM (SDKP). **Open Working Group on Sustainable Development Goals**: introduction. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade and development report 2017**: beyond austerity: towards a global new deal. Genebra: 2017. 169 p.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC). **UNGC governance review**: recommendations from the board. Nova York: 2017-1. 65 p.

_____. **Blueprint for Business Leadership on the SDGs**: a principles-based approach. Nova York: 2017-2. 172 p.

_____. **Who we are**. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>>. Acesso em: 03 mar. 2018-1.

_____. **Our Mission**. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission>>. Acesso em: 03 mar. 2018-2.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT OFFICE. **Business UNusual**: facilitating United Nations reform through partnerships. Nova York: 2005. 96 p.

UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE. **Declaração do Milênio**. Lisboa: 2001. 16 p.

WOODS, W. **Os benefícios da empresa em fazer o bem**. TED@BCG Milan: 2017. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/wendy_woods_the_business_benefits_of_doing_good?language=pt-br>. Acesso em: 13 fev. 2018.

WORLD BANK. **The World Bank in China**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2017**. Genebra: 2017. 70 p.

APÊNDICE A – VERSÃO EM INGLÊS DAS AÇÕES APRESENTADAS NO CAPÍTULO 4

As figuras abaixo mostram a versão em inglês das ações apresentadas no capítulo 4, elaboradas com o intuito de facilitar sua análise e eventual integração efetiva no BBL pelo Pacto Global.

Figura 30 – *SDG 2 - Action 4: Fight childhood malnutrition*



2
ZERO
HUNGER

BUSINESS ACTION 4
Fight childhood malnutrition

Studies indicate that malnutrition in childhood is prejudicial to physical development and the consolidation of cognitive abilities. Underfed children show inferior performance at school and also tend to be less successful in their adult lives. Economists estimate that each dollar invested in children's nourishment in low and middle-income countries may result in benefits up to 45 times larger. Companies may use their production and logistics capacity to explore their brands' trustworthiness and perform actions that benefit childhood nutrition, generating a virtuous cycle of adults who better contribute to the economic growth of their countries, helping to nourish and guarantee the health of their children.

Examples

- A global company of food and beverages may perform a **world campaign to involve their consumers**, designating, for each product sold, a donation of food to needy people, through partnerships with public schools, NGOs, religious institutions and armed forces
- A mass transportation company could perform a **campaign of non-perishable food donation**, and use their own logistic infrastructure to enhance distribution in urban centers' peripheral areas
- A large media group could **transmit in its programming messages of awareness on the importance of proper childhood nutrition**, enhancing the damages that its deficiency may cause in adult life, with impacts on the country's own economy

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 31 – *SDG 2 - Action 5: Invest in Research & Development in order to enhance farming productivity*



2 ZERO HUNGER

BUSINESS ACTION 5
Invest in Research & Development in order to enhance farming productivity

>>

The perspectives of world population growth and the emergence of a new middle class are set to double food demand by 2050, aggravating an already precarious situation, with 800 million people suffering from hunger today. Economists suggest that the investment in Research & Development to increase farm productivity may be up to **three times as effective as fighting food waste, in a proportion of 34 dollars to each dollar invested.** Companies might focus their investments in R&D on the farming industry, making partnerships with universities and research centers, besides universalizing knowledge to make it profitable in a global scale.

Examples

- A company in the area of seed genetic improvement might **donate (or supply for lower prices) their products to countries with more needy populations, or else to transfer its technology for free** to allow local production
- A company might **finance research for the development of farming techniques oriented to specific regions**, fomenting the production of food adapted to local climatic and soil conditions
- A farming technology company might **invest in a project of low-cost vertical farm**, that could be easily implanted in developing countries, contemplating an easily understandable project description and tutorials

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 32 – *SDG 3 - Action 1: Ensure the best possible health outcomes for employees and surrounding communities across own and supply chain operations*

	<p>BUSINESS ACTION 1 Ensure the best possible health outcomes for employees and surrounding communities across own and supply chain operations</p>	
	<p>Business has an impact on the health of its own employees and within supply chain operations, as well as in surrounding communities, including through pollution, waste disposal, and occupational health and safety. Business has a responsibility to respect health as a human right, abiding by the pertinent laws, social and environmental standards, and monitoring health outcomes. As higher levels of unionization correspond to fewer workplace injuries and fatalities, companies should ensure freedom of association for their workers. Leading companies set new standards for improving health outcomes that can inspire others to take action, and leverage their influence to improve practices across multiple tiers of their supply chains. This can include implementing far-reaching occupational health and safety standards and requiring similar standards of strategic suppliers, working with them to understand the health challenges faced by local communities in which they operate and addressing those. It can also be action to avoid any health impacts of disposal and treatment of potentially hazardous waste across end-to-end operations. Companies can lead in providing comprehensive health care coverage across its own operations, and working with suppliers to build capacity to do the same.</p>	<p>Examples</p> <ul style="list-style-type: none"> • A vehicle assembling plant creates a program directed to employees diagnosed with hypertension in the periodic health exams, performing medical following and providing free blood pressure control medication • A global petrochemical company performs an awareness campaign to its work force highlighting the importance of reducing salt consumption, and reduces in 30 percent the salt used in meals served in its restaurants • A garment manufacturer partners with peers and other stakeholders to create an independent, legally binding agreement with trade unions, the Accord on Fire and Building Safety in Bangladesh, designed to work towards a safe and healthy Bangladeshi Ready-Made Garment Industry. Its purpose is to enable a working environment in which no worker needs to fear fire, building collapses, or other accidents that could be prevented with reasonable health and safety measures • A clothing manufacturer establishes a requirement that its key suppliers integrate worker well-being programs into their manufacturing operations; this improves workers' mental and physical health and also creates a more productive and balanced work environment • A consultancy provides free mental health services to its employees to identify and take early corrective action against mental health issues • An outdoor equipment and clothing manufacturer audits its production process, taking responsibility for the entire lifecycle of products to limit polluting activities that can negatively impact human health

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 33 – *SDG 3 - Action 2: Research, develop, and deploy products, services, and business models for improved health outcomes*

	<p>BUSINESS ACTION 2 Research, develop, and deploy products, services, and business models for improved health outcomes</p>	
	<p>Businesses have a large impact on health and well-being through the ways in which their products and services are used and consumed. Business should ensure that these comply with all relevant standards and that there are processes in place to ensure safety and appropriate use of products and delivery of services. For example, healthcare companies can work towards the appropriate prescription of antibiotics, and eliminate unnecessary care which uses up resources and can lead to unnecessary health complications. All companies should have systems to understand, monitor, and reduce health risks related to their products and services. Leading companies research, develop, and deploy products, services, and business models that improve health outcomes by minimizing negative health impacts and accelerating positive health impacts, with a particular focus on disadvantaged groups and underserved populations around the world. They can leverage their capabilities to innovate and bring new medication and health services delivery models to underserved regions. They can create and market food and drink that improves health outcomes. These actions have great potential for being carried out in public-private partnerships, as Governments play the central role in improving health of its citizens.</p>	<p>Examples</p> <ul style="list-style-type: none"> • A restaurant chain stages an awareness campaign for its clients, highlighting the importance of lower consumption of salt, and cuts in 30 percent the salt used to prepare the meals served in its restaurants • A health and nutrition company invests in a factory in Rwanda to produce fortified foods supporting maternal and childhood nutrition, resulting in better health outcomes for mothers and children, and addressing the issue of child stunting • A firm develops state-of-the-art prosthetic limbs that are sold at affordable price points to enable uptake in low-income communities • An IT company establishes an app that connects people who are blind or visually impaired with sighted helpers from around the world via live video connection in order to better navigate and avoid potential accidents • A pharmaceutical company introduces a mixed business model, which accepts longer-term returns for certain areas of the business. The Developing Countries and Market Access Unit combines social and financial objectives, with country managers incentivised on the basis of the volume of medicines distributed, rather than purely by profit delivered • Through a public-private partnership, an international telecommunications company working with UNICEF and the local government, develops an open-source, freely available mobile app which helps citizens identify the nearest public healthcare facilities and, establish correspondence with doctors and paramedics, especially in case of emergencies

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 34 – *SDG 3 - Action 3: Lead on multi-stakeholder initiatives that encourage healthy behaviours and improve access to healthcare*

3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING



BUSINESS ACTION 3
Lead on multi-stakeholder initiatives that encourage healthy behaviours and improve access to healthcare



Companies have critical resources, expertise, and technology that they can leverage through their convening power in multi-stakeholder partnerships for improved health outcomes. Leadership in these partnerships can bring the health improvement mandate and reach of Governments together with companies' capabilities to deliver. Leading companies can support initiatives to address unhealthy behaviours, such as substance abuse and excess consumption of unhealthy foods. Company leadership in partnerships with other stakeholders is particularly important where it concerns serving regions and disadvantaged groups that lack adequate resources, including access to nutritional foods and medicines. Global health interventions to address their needs require significant manufacturing capacity and distribution capabilities, which Governments and international organizations do not have.

Examples

- An energy company, in partnership with local authorities, **promotes an awareness campaign** of health risks caused by wood stoves in closed spaces, and **creates a roll of needy families for donation of popular stoves and supplying of regular gas bottles for subsidized prices**
- A restaurant chain **collaborates with qualified nutritionists to develop a series of affordable meals, recipes and guidebooks on healthy and balanced eating**; it encourages consumers to adopt a healthy lifestyle in which the food they eat has high nutritional value and is not based on arbitrary "food exclusions"
- A pharmaceuticals company has **donated more than 1 billion treatments for the control and eventual elimination of river blindness** to regions in need, partnering with the WHO, World Bank, ministries of health, and various NGOs to maximize reach and impact
- A pharmaceutical company **partners with peers, companies from other sectors, and a national health care federation to develop new products and service delivery models to improve maternal and new-born health** in a developing country

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 35 – *SDG 3 - Action 4: Invest in high-impact actions: vaccination, donations of pharmaceuticals, and simple procedures*



BUSINESS ACTION 4
Invest in high-impact actions: vaccination, donations of pharmaceuticals, and simple procedures

>>

Studies carried out by economists suggest that there are highly effective low cost measures that can be carried out in the field of health:

- to expand the immunization coverage to include protection to forms of influenza, pneumonia and dysentery, reducing children's death rate in 25 percent (\$60 for each \$1 invested)
- to supply preventive medicines to populations with high risk of contracting tuberculosis, avoiding 95 percent of deaths of this disease (\$43 for each \$1 invested)
- to treat malaria patients with artemisinin combined with two other medications (\$36 for each \$1 invested)
- to supply aspirin to patients in the early stages of acute myocardial infarction (\$63 for each \$1 invested)
- to supply anti-retrovirals to patients infected with HIV (\$10 for each \$1 invested)
- to perform male circumcision, reducing in 60 percent the HIV transmission during sexual acts (\$28 for each \$1 invested)

Companies could promote these actions investing in campaigns, donations and work rallies, contributing to save lives.

Examples

- A global pharmaceutical company **provides for free (or with discount prices) medicines and vaccines, or else frees their patents**, to countries with most needy populations and with larger occurrence of HIV, malaria and tuberculosis
- An association of private hospital chains, in partnership with universities and surgeons, **organizes a campaign to perform free circumcision surgeries in less busy hours**
- A mass transportation company includes aspirin in its emergency kits and promote educational campaigns among employees and passengers, informing them how to deal with heart attacks, including symptom identification and ways of calling for professional help and so on

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 36 – SDG 4 - Action 5: Foment pre-schooling in sub-Saharan Africa

4
QUALITY
EDUCATION


BUSINESS ACTION 5

Foment pre-schooling in sub-Saharan Africa



Studies indicate that pre-school education has a positive impact on adult life. Although it does not generate a major difference in terms of learning, when compared with primary education, it stimulates social and emotional abilities in the early stages of childhood development that are of great importance later on. Economists consider that sub-Saharan Africa, being the region that concentrates the biggest problems, is where best results may be gathered, generating **a benefit 33 times larger than the amount invested** in pre-school education. Companies may form partnerships with the public power or local private institutions, with the intent of enhancing the offer of seats, strengthening logistics and increasing the quality of pre-school teaching, contributing to sub-Saharan Africa's prosperity in the middle and long term.

Examples

- A civil engineering company, in partnership with local education departments, **builds schools in the most needy areas** increasing the number of pre-school education opportunities available and reducing the distance between students' homes and classes
- A vehicle assembling plant, in partnership with a hardware builder, **donates tablets and computers to schools**, so that pre-school students may use educational games and videos
- A global educational technology company, in partnership with a hardware producer, **donates tablets and computers to schools**, so that pre-school students may use educational games and watch didactic videos

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 37 – *SDG 5 - Action 5: Contribute to universal access to reproductive health and to contraceptive methods*

	<p>BUSINESS ACTION 5 Contribute to universal access to reproductive health and to contraceptive methods</p>
	<p>Early pregnancy harms the education of young women, also negatively impacting job opportunities they will have in adulthood. Economists estimate that family planning may result in a benefit up to 120 times greater than the value invested. Companies might even help to create universal access to reproductive health and to contraceptive methods, allowing women to stay in school longer and to have opportunities of better paid jobs in the future.</p>
<p>Examples</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pharmaceutical company performs a broad awareness campaign in schools and communities, offering free contraceptives and leaflets on the importance of seeking gynecological care • A consumer goods producer publishes ads in social media and in their products' packaging enhancing the importance of avoiding precocious pregnancy • A large media group includes in its TV series or dramas the theme of early pregnancy and the impacts on women's future professional lives 	

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 38 – *SDG 5 - Action 6: Protect women against sexual assaults*

5
GENDER
EQUALITY


BUSINESS ACTION 5
Contribute to universal access to reproductive health and to contraceptive methods

>>

Early pregnancy harms the education of young women, also negatively impacting job opportunities they will have in adulthood. Economists estimate that family planning may result in a benefit **up to 120 times greater than the value invested**. Companies might even help to create universal access to reproductive health and to contraceptive methods, allowing women to stay in school longer and to have opportunities of better paid jobs in the future.

Examples

- A pharmaceutical company performs a **broad awareness campaign in schools and communities**, offering free contraceptives and leaflets on the importance of seeking gynecological care
- A consumer goods producer publishes **ads in social media and in their products' packaging** enhancing the importance of avoiding precocious pregnancy
- A large media group **includes in its TV series or dramas the theme of early pregnancy** and the impacts on women's future professional lives

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 39 – *SDG 7 - Action 4: Invest in shifting from wood to cleaner fuels stoves*

7
AFFORDABLE AND
CLEAN ENERGY



BUSINESS ACTION 4
Invest in shifting from wood to cleaner fuels stoves

>>

Every year, more than 4 million people, mainly women and children, die of lung illnesses caused by the use of wood stoves inside their homes. Economists estimate that the substitution of 30 percent of them (around 780 million) for liquefied gas stoves would bring a **benefit 15 times bigger than the amount invested**. Companies might contribute to this action, which impacts not only health and well-being in short term, but also productivity and life expectancy in a longer term.

Examples

- A household appliance producer **promotes a campaign of awareness** about the health hazards from using wood stoves in closed spaces, and **for each stove sold it donates a popular stove to a needy family**
- A technology company, in partnership with a household appliance producer, **develops a solar-energy stove to be donated to needy communities** located in areas not reached by gas bottle delivery

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 40 – SDG 8 - Action 5: Provide jobs for immigrant workers

8
 DECENT WORK AND
 ECONOMIC GROWTH



BUSINESS ACTION 5
Provide jobs for immigrant workers

>>

While wealthier countries observe the shrinking and aging of their populations, poorer countries count on a young, unemployed or low-paid labor pool. Economists suggest that an easing of migration restrictions could provide a mutually beneficial solution, estimating that a growth of just 3 percent in the richer countries' work force would generate a **benefit 45 times bigger than the cost involved**. Companies might select specific work posts for immigrant work force, who would pay taxes and thus would help paying for services of the aging population in richer countries, besides helping their families in their native countries.

Examples

- A human resource company **creates a specific service for recruiting qualified immigrants and stages a campaign** with large companies to stimulate the hiring of those candidates
- A technology company that offers private commuting through a mobile app **stimulates the enrollment of immigrant drivers**, offering in its platform language courses and guidance on transit specifics in the countries where it operates
- Auto parts companies **form a consortium to build plants of intense work force use in areas with high concentration of refugees**

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 41 – *SDG 9 - Action 5: Invest in infrastructure for food production and logistics*



9 INDUSTRY, INNOVATION
AND INFRASTRUCTURE

BUSINESS ACTION 5
Invest in infrastructure for food production and logistics



Almost one fourth of all the food produced in the world is wasted every year. A team of economists from the International Food Policy Research Institute concluded the main problem is the lack of infrastructure. Without appropriate roads and railways, farmers cannot ship their production. Without electricity, food cannot be properly stored. Estimates are that investment in infrastructure needed to cut in half the waste of food produced in developing countries could generate **benefits 13 times greater than the investment**. Companies might act directly or indirectly to enhance infrastructure for the transit of food production, reducing waste and increasing efficiency, in order to expand future generations' food safety.

Examples

- Companies in the agribusiness industry, in partnership with the public sector, **perform a mapping of the main bottlenecks and invest in a transport network that integrates railways, highways and ports**
- An energy company **offers to farmers solutions based on generators and solar panels to assure electricity supply** in times of harvest distribution
- A civil engineering company, in partnership with universities and research centers, **develops an alternative of ecological pavement based on recycled tires**, with higher endurance

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 42 – *SDG 9 - Action 6: Invest in increasing the access to mobile broadband in developing countries*



9
INDUSTRY, INNOVATION
AND INFRASTRUCTURE

BUSINESS ACTION 6
Invest in increasing the access to mobile broadband in developing countries



Today, while 83 percent of the people in rich countries have access to the mobile broadband internet, in developing countries the proportion is just 21 percent. Economists say that tripling that number may add \$400 billion to the global GDP and create 10 million direct jobs, generating **benefits 17 times larger than the amount invested**. Companies might invest in the amplification of mobile internet access in developing countries, contributing to global prosperity.

Examples

- An aerospace technology company invests in the **launching of 4,000 mini-satellites to offer global broadband internet coverage**
- A telecom company, in partnership with companies from other industries, **offers free wi-fi coverage in needy communities and public schools**
- A smartphone and tablet producer **stages a campaign offering discounts to consumers who buy new sets when they give back their old sets in working conditions**, which will be donated to needy communities

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 43 – *SDG 13 - Action 5: Invest in Research & Development of energy technologies*



BUSINESS ACTION 5
Invest in Research & Development of energy technologies



Economists say that to effectively reach the goals of reducing greenhouse-effect gas emissions it is necessary to develop new technologies, since the present trends of fossil fuel use are growing. It is estimated that an investment of 0.5 percent of the global GDP on the development of new energy technologies may result in a **benefit up to 11 times bigger**. Companies may work in partnership with universities and research centers in order to create innovative energy-generation technologies or to improve the efficiency of present technologies.

Examples

- A team of American and German scientists **develops an energy generation technology by nuclear fusion inspired in the phenomenon that occurs in the Sun and in other stars**
- A company of the energy industry **develops transparent solar panels** that may be used as windows in buildings facades
- Researchers of a British university **develop roof shingles that can generate solar energy**, more resistant and cheap than common shingles
- An electric vehicle company **develops tiles capable of generating solar energy**, more resistant and cheaper than common tiles

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 44 – SDG 14 - Action 5: Invest in the preservation and creation of coral reefs



BUSINESS ACTION 5
Invest in the preservation and creation of coral reefs



The coral reefs offer shelter and food to sea animals, exerting a basic function in submarine systems. Besides that, they act as a protection barrier against natural disasters in coastal towns and cities. However, natural reefs represent just 0.1 percent of the planet's ocean area. Economists estimate that reducing the loss of coral reefs in 50 percent may bring **benefits 24 times greater than the amount invested**. Companies may actively participate in the preservation of natural reefs, as well as create artificial reefs, contributing to the protection of sea life and the coastal areas populations.

Examples

- A mass transportation company, in partnership with environmental agencies, **discards old bus and train wagon cockpits close to the coast, in order to form artificial reefs**
- A company that produces oil in off-shore rigs, in partnership with universities and research centers, **finances the mapping of the coast to guide preservation actions and the creation of coral reefs**
- An audio-visual company **produces a series of documentaries with the intent of creating social awareness on the importance of coral reefs preservation**, to be aired on open TV in several countries and offered for free on the internet

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 45 – *SDG 15 - Action 1: Implement policies and practices to protect natural ecosystems that are affected by business and supply chain activities*

	<p>BUSINESS ACTION 1 Implement policies and practices to protect natural ecosystems that are affected by business and supply chain activities</p>	
	<p>Companies have a responsibility to abide by national environmental standards and international treaties. Leading companies go beyond this and set new benchmarks on pursuing growth without damaging natural ecosystems. They are encouraged to do so through multi-stakeholder partnerships and standards. Leading companies implement procedures to protect natural ecosystems across multiple tiers of their supply chains. This can include supplier selection and working with strategic suppliers to help build their capacity to adhere to, and exceed, environmental standards.</p>	<p>Examples</p> <ul style="list-style-type: none"> • A chemical plant implements a rigorous effluent control program that includes water treatment for reusing • A global mining company adopts as a standard policy, besides replanting woods in a deforested area at the end of the exploitation period, planting trees in another equivalent area in the beginning of the exploitation period • A British retailer ensures that all of its products comply with the standards set by the Responsible Fishing Scheme and the Forest Stewardship Council (FSC); it takes additional measures to ensure supply chain traceability and adhere to robust sustainability standards • A cosmetics company takes robust action to source its raw material from sustainable sources to ensure that its business does not contribute to deforestation; it has time-bound targets with the aim of being deforestation-free by 2020 • An outdoor apparel and equipment manufacturer audits the materials and methods it uses to make products, taking responsibility for the entire lifecycle of products. It examines how it uses resources at buildings and facilities to ensure that natural ecosystems are not directly or indirectly harmed by activities • A large media company measures its indirect impact on forest ecosystems by monitoring its consumption of paper-based products; it enacts a 'no deforestation policy' and only sources paper products that comply with FSC standards or are recycled. It encourages and helps other paper suppliers to follow similarly high standards • A food producer in Brazil investigates its supply chain to ensure that its operations do not illegally encroach upon natural ecosystems and communities; it takes steps to ensure that the physical presence of business operations does not undermine the health of terrestrial ecosystems and supports afforestation efforts

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 46 – *SDG 15 - Action 3: Galvanize finance to create awareness, protect, and further develop natural ecosystems*




BUSINESS ACTION 3
Galvanize finance to create awareness, protect, and further develop natural ecosystems

Companies in all sectors, from finance to industries with a direct impact on their environment, play a role in allocating capital in a way that is commensurate with protecting and developing healthy natural ecosystems. Companies with sufficient clout to influence investment decisions of others can lead by galvanizing finance to support ecosystem conservation, restoration and development efforts, and build awareness among relevant stakeholders. They can identify funding gaps and focus particularly on regions that do not have the capacity to finance support for natural ecosystems, so as to maximize positive impact.

Examples

- A beverage company **creates an investment fund involving companies of its supply chain** in order to preserve forests around springs and river margins
- An airline company **forms a consortium** with a tourism agency and a hotel chain to **invest in infrastructure and promote ecotourism in Amazonia**
- An apparel and equipment retailer **establishes a venture fund which backs start-ups with an aim to protect natural habitats**
- A large commercial bank sets up a department specialized in environmental finance and **helps structure and place a forest-backed bond** that attracts more than \$150 million in institutional investor financing

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 47 – SDG 16 - Action 4: Engage in stopping violence against children

	<p>BUSINESS ACTION 4 Engage in stopping violence against children</p>
	<p>Violence against children occurs in different ways, but physical chastising, according to economists, represents a cost equivalent to 4.2 percent of the global GDP (equivalent to Germany's total GDP), and to fight that kind of violence may generate benefits 11 times greater than the investment. Companies may engage in this global effort contributing to end physical punishing of children as a disciplinary measure.</p> <p>Examples</p> <ul style="list-style-type: none"> • A large media group might divulge in its programming messages of awareness on the importance of fighting violence against children, announcing the channels for denouncement • Companies of one industry, in partnership with public schools in needy areas, organize an action directed to teachers, employees and students' parents to end physical chastising of children • A company sponsors the work of a NGO that instructs voluntary leaders in needy communities to guide their neighbors in basic health, education, nutrition and citizenship actions, highlighting the importance of eradicating physical punishment as a way of disciplining children

Fonte: Elaborado pelo autor